

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Larissa Rodrigues Vacari de Arruda

Disputas Oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses 1892-1906

São Carlos

Setembro de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Larissa Rodrigues Vacari de Arruda

Disputas Oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses 1892-1906

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, para obtenção do título de Mestre em Ciência Política, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

São Carlos

Setembro de 2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A779do Arruda, Larissa Rodrigues Vacari de.
Disputas oligárquicas : as práticas políticas das elites mato-grossenses 1892-1906 / Larissa Rodrigues Vacari de Arruda. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
170 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

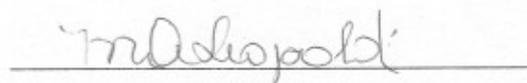
1. Ciência política. 2. Mato Grosso. 3. Elites políticas. 4. Oligarquia. 5. Ponce, Generoso Pais Leme de Sousa, 1852-1911. 6. Murtinho, Joaquim Duarte, 1848-1911. I. Título.

CDD: 320 (20^a)

Dissertação defendida e aprovada em 30 de setembro de 2013, pela banca examinadora constituída pelos professores:



Dra Maria Teresa Miceli Kerbauy



Dra Maria Antonieta Leopoldi



Dr Oswaldo Mário Serra Truzzi

Para minha família,
pois sem seu apoio nada seria possível.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a feitura desse trabalho. Primeiramente, aos meus pais, por compreenderem a educação como elemento fundamental e, mesmo nos momentos mais difíceis sempre a priorizaram. Quero ressaltar o apoio e a compreensão de minha família para que eu deixasse o Mato Grosso do Sul e concluísse toda a minha formação em São Paulo, especialmente meus avós, Helenita e Antônio, minha mãe Lilia, minha irmã Lisiane e aqueles sempre me apoiaram, mas não puderam ver mais essa conquista. Quero destacar a ajuda da minha prima Isabela em pesquisas e compra de livros raros, assim como pelas fotos retiradas por meu cunhado Gert, usadas no último capítulo.

Agradeço à Universidade Federal de São Carlos pelo apoio para continuidade da pesquisa, possibilitando acesso dos mestrados à moradia estudantil e ao auxílio alimentação, bem como ao Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política. Aos professores pelas aulas, que deram aporte teórico e constante estímulo intelectual. Também sou grata aos meus colegas da turma de mestrado 2011, pelas discussões em sala de aula, pela amizade, por todas atividades realizadas, e principalmente ao Ludolf, por ter sido verdadeiro companheiro, primeiro leitor e crítico de todos os meus trabalhos, sempre apoiando as minhas decisões.

Sou profundamente agradecida à Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - FAPESP, cuja bolsa de mestrado foi essencial para a realização da dissertação, das pesquisas de campo e participações em congressos. Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Miceli Kerbauy, com quem aprendi imensamente e sua compreensão, incentivo, paciência foram essenciais para meu crescimento enquanto pesquisadora.

Quero registrar a contribuição dos professores, Dr.^o Oswaldo Mário Serra Truzzi, da UFSCar, pela participação na banca de defesa de mestrado, da professora Dr.^a Maria Antonieta Leopoldi, da UFF, pelas conversas, sugestões e estímulo à pesquisa, como também a contribuição da professora Dr.^a Marisa Bittar, que muito colaborou com suas considerações.

Resumo

Durante a Primeira República (1889 – 1930), inúmeros confrontos entre oligarquias ocorreram nos estados brasileiros. Em Mato Grosso, três Disputas Oligárquicas marcaram a vida política do estado em 1892, 1899 e 1906. Elas aconteceram devido às disputas entre as elites estaduais pelo controle do poder político. Em 1892, as oligarquias Ponce e Murtinho unidas lutaram com o grupo do militar Antônio Maria Coelho, governador desde 1889. Ponce e Murtinho foram vencedores, até que em 1899 houve uma cisão entre os mesmos, e Ponce saiu derrotado. Estas duas oligarquias uniram-se, novamente, em 1906 para derrotar um inimigo incomum: o presidente do estado de Mato Grosso Antônio Paes de Barros, assassinado nesse episódio. A presente pesquisa tem como objetivo analisar as especificidades das oligarquias mato-grossenses e suas consequências para as práticas políticas no estado de Mato Grosso no período de 1892 a 1906. Para isso será necessário investigar a formação e consolidação dessas duas oligarquias, para compreender como as relações entre as oligarquias Ponce e Murtinho interferiram na política de Mato Grosso. Consideramos também as relações entre a esfera municipal e estadual (Ponce e seus chefes locais) e entre a esfera estadual e federal (relação de Ponce e Joaquim Murtinho, a contínua interferência, ou omissão de presidentes da República e o uso da Comissão de Verificação dos Poderes no estado). Foi utilizado como referencial teórico a bibliografia sobre Poder Local, Coronelismo, a Teoria das Elites e o Neoinstitucionalismo.

Palavras Chave: Mato Grosso. Elites. Disputas Oligárquicas. Ponce. Murtinho.

Abstract

During the First Republic (1889 - 1930), numerous conflicts between oligarchs occurred in the Brazilian states. In Mato Grosso, three Disputes oligarchic marked the political life of the state in 1892, 1899 and 1906. They were due to disputes between the state elites for control of political power. In 1892, Ponce and Murtinho oligarchies together competed with the Antonio's Maria Coelho group, governor since 1899. Ponce and Murtinho won, until in 1899 disruption occurred between them, when Ponce was defeated. These two oligarchies unite again in 1906 to defeat an enemy uncommon: the governor of the state of Mato Grosso Antonio Paes de Barros, who was murdered in this episode. This research proposes to analyze the specifics of the Mato Grosso oligarchies and its consequences for the political practices in the state of Mato Grosso in the period 1892-1906. Thus, we investigated the formation and consolidation of these two oligarchies, for understand how relationships between Ponce and Murtinho oligarchies interfered in the politics of Mato Grosso. We also considered the relationship between the municipal and state (Ponce and their local chiefs) and between state and federal (connection of Ponce and Joaquim Murtinho, the interference continues, or omission of Presidents of the Republic and the use of the Verification of Credentials Committee). Was used as a theoretical literature on Community Power Structure, Coronelismo e Neo-institutionalism.

Keywords: Mato Grosso. Elites. Oligarchic Disputes. Ponce. Murtinho.

Sumário

1-Introdução	11
2 – Revisão Bibliográfica e Metodológica.....	18
3- Mato Grosso: configurações históricas e econômicas	38
3.1- Povoamento e Ciclos Econômicos.....	40
3.2- Primeira República em Mato Grosso.....	48
4- As Disputas Oligárquicas Mato-Grossenses	61
4.1- Disputa Oligárquica de 1892	61
4.2- Disputa Oligárquica de 1899	76
4.3- Disputa Oligárquica de 1906	94
5 – Significados das Disputas Oligárquicas em Mato Grosso	100
5.1- Coronel Generoso Ponce e seus chefes locais	104
5.2- Ponce e Murtinho: união, cisão e nova aliança.....	109
5.3- O Mato Grosso e a República: os presidentes e a Comissão de Verificação de Poderes	113
5.4- Decepção republicana: Brasil e Mato Grosso	117
6- As Elites Brasileiras	121
6.1- Predomínio Oligárquico da Primeira República	121
6.2- Oligarquias Mato-Grossenses	127
6.3- Oligarquias Mato-Grossenses: os Poncistas	132
6.4- Oligarquias Mato-Grossenses: os Murtinho	140
6.5- Coronelismo em Mato Grosso (1892-1906)	152
7- Considerações Finais	158

Lista de abreviaturas e siglas

BRMT: Banco Rio-Mato Grosso

IHGMS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

IHGMT: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

PA: Partido Autonomista

PD: Partido Democrata

PDMG: Partido Democrata Mato-Grossense

PN: Partido Nacional

PNR: Partido Nacional Republicano

PR Conservador: Partido Republicano Conservador

PR Constitucional: Partido Republicano Constitucional

PR: Partido Republicano (de Mato Grosso)

PRM: Partido Republicano Mineiro

PRMG: Partido Republicano Mato-Grossense

PRP: Partido Republicano Paulista

Lista de figuras

Figura 1- Brasil em 1889 e 2013.....	13
Figura 2- Mapa do Tratado de Tordesilhas	40
Figura 3- Mapa Centro- Oeste brasileiro.....	43
Figura 4- Mato Grosso do Sul.....	44
Figura 5- Ervais do sul de Mato Grosso.....	47
Figura 6- Comemoração da Proclamação da República no Arsenal	52
Figura 7- Arsenal de Guerra atualmente	63
Figura 8 - Jornais Mato-Grossenses	130
Figura 9 - Generoso Ponce	139
Figura 10 - Usina Itaiaci.....	140
Figura 11 - Carro de Transporte da Erva Mate	145
Figura 12 - Joaquim Murtinho	152
Figura 13 - Campo Grande - Mato Grosso do Sul	156
Figura 14- Cuiabá - Mato Grosso.....	156
Figura 15- Cuiabá - MT	157
Figura 16 - Praça Generoso Ponce - Corumbá – MS	157

Lista de quadros

Quadro 1- Campos de Oportunidade para o Empreendedorismo.....	35
Quadro 2- Predomínio Político em Mato Grosso.....	103
Quadro 3 - Governadores Republicanos de Mato Grosso.....	127
Quadro 4 - Senadores da República.....	128
Quadro 5 - Principais Partidos da República (1889-1930).....	129

1-Introdução

A primeira experiência republicana e federalista brasileira, ocorrida entre os anos 1889 e 1930, foi um dos períodos mais longos entre as constantes mudanças políticas do século XX. Além da duração de mais quarenta anos, foi um importante momento de institucionalização das práticas políticas e de aprendizagem democrática, uma vez que a experiência nos legou diversos pontos a serem superados para alcançar maior qualidade democrática.

O regime republicano no Brasil, se comparado ao da América espanhola, foi tardio. O império espanhol, após a independência, a partir dos anos de 1804 e 1825, dividiu-se em várias repúblicas, enquanto que na América portuguesa o medo da divisão e a manutenção da escravidão fizeram as elites optar pela Monarquia, após a Independência em 1922 (CARVALHO, 1993). Somente 67 anos após a Independência foi proclamada a República.

Uma das principais mudanças ocorridas na transição dos regimes se refere à descentralização. O Federalismo se opunha à centralização monárquica, outorgando aos estados muito poder¹. Deste fato decorreram algumas características eminentes, como o coronelismo e a política dos governadores, reforçando as tendências persistentes na política brasileira de personalismo e mandonismo (QUEIROZ, 1976). Assim, embora “[...] a ‘democracia republicana’ tenha muito pouco de democracia, nem por isso deixaria de institucionalizar-se e de ter força valorativa” (CARDOSO, 2006, p.51, nota34).

Com as inúmeras atribuições que competiam aos estados, estes tiveram mais poder que a União e os municípios. Entretanto, os estados não tinham igual peso: alguns tinham mais força que outros. Era o caso de São Paulo e Minas Gerais. Além desse desequilíbrio, dentro de cada unidade federativa ocorria uma outra exclusão: pequenos grupos controlavam politicamente um grupo maior. Assim, em São Paulo, a oligarquia era formada pelo Partido Republicano; no Amazonas, pelos Nery; no Pará, pelos Montenegro; no Maranhão, por Benedito Leite; no Ceará, pela família Acióli; no Rio Grande do Norte, por Pedro Velho; em Pernambuco, pelos Rosa e Silva; no Rio de Janeiro, por Porciúncula e Nilo Peçanha; em Santa Catarina, por Lauro Müller; no Alagoas, pelos Malta; em Sergipe, pelo Padre Olímpio e pelo general Valadão; na

¹ Um exemplo refere-se a terminologia utilizada nos estados para denominar os governadores. Em 10 dos 20 estados, os governadores eram chamados de presidentes (ABRUCCIO, 1998), o estado de Mato Grosso também optou por esta denominação.

Paraíba, por Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa; em Mato Grosso, pelos Murtinho; e no Espírito Santo, por Jerônimo Monteiro (CARONE, 1970, p.274).

O sistema fechado republicano, com participação política restrita, gerava constantemente conflitos entre as elites. Exemplificam tais confrontos: os batalhões patrióticos comandados por Fernando Prestes e Campos Salles, em São Paulo; igualmente no Rio Grande do Sul houveram conflitos: Gumercindo Saraiva enfrentou Júlio de Castilhos; no Ceará o ataque a Fortaleza, feito pelos homens do padre Cícero; na Bahia houve a deposição do governador Antônio Muniz, comandada por Horácio de Matos (CARONE, 1970, p.255), entre outros.

O estado de Mato Grosso da mesma forma vivenciou intensos conflitos que, além de confrontos armados, tiraram a vida de um governador. O período foi marcado por saques a cidades (como em Santana do Parnaíba-MS), eliminação dos opositores (massacre da bacia do Garcez, em 1901), ação de bandos armados pela região (o mais famoso foi o do bandoleiro Silvino Jaques), luta entre coronéis por poder, por terras e outros bens, além de conflitos armados reivindicando a divisão do Estado (em 1907, feito pelo coronel Bento Xavier). Até que, em 1917, houve uma intervenção federal encerrando a estratégia da luta armada com finalidade de ascensão política e econômica (CORRÊA, 2006, p.137).

Essa unidade federativa apresentava algumas características que contribuía para esse cenário. O estado tinha pouca importância para a Federação: dependia das verbas federais, o que gerava constantes interferências, agravadas por algumas peculiaridades como a falta de meios de comunicação e transporte precário.

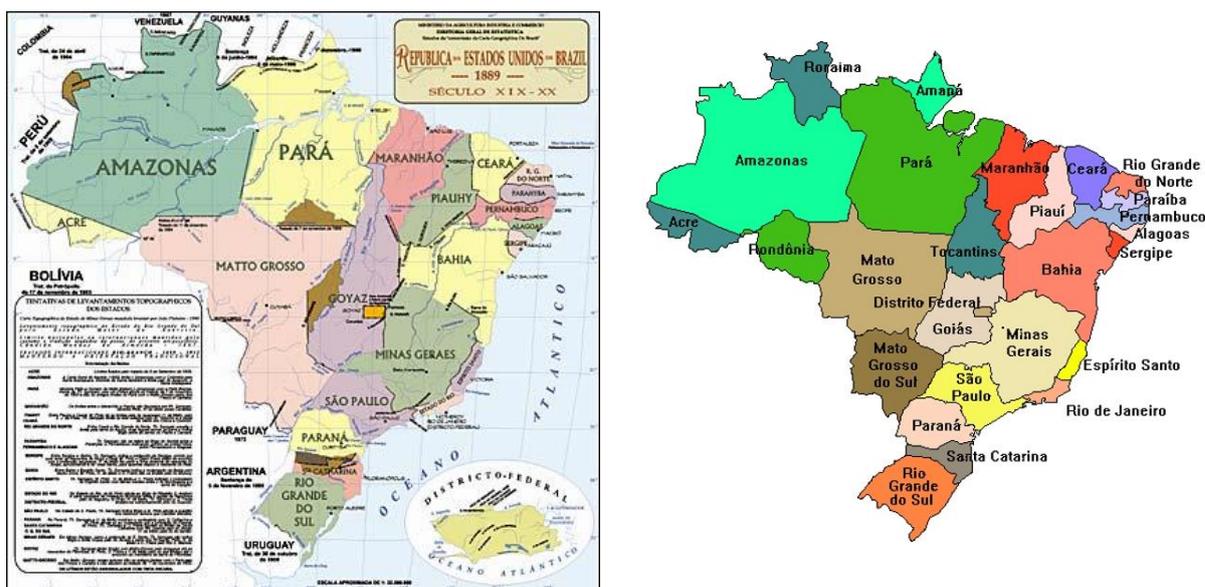
A difícil comunicação que perdurava na República contribuía para a não integração do Brasil. O telégrafo chegou ao estado entre os anos de 1892 e 1906, levado pelo Marechal Rondon. As notícias chegavam com cerca de um a três meses de atraso, feitas por um longo trajeto. Assim, acontecimentos como abolição dos escravos e a proclamação da República foram noticiados depois de todo país. Era mais viável a recepção de correspondências através do Paraguai (ROSA, 1962).

A demora da chegada de novas informações devia-se aos precários meios de transporte. A viagem do Rio de Janeiro a Cuiabá, capital de Mato Grosso, envolvia a passagem por mais três países: Uruguai, Argentina e Paraguai. O resultado do isolamento em relação ao Brasil convertia-se em uma grande integração com os vizinhos platinos. Em 1892, por exemplo, os comerciantes de Corumbá chegaram a incorporar os anseios argentinos, querendo a separação do Brasil (CORRÊA, 2006).

Outro fator relevante era a débil economia do estado. Nas cidades mato-grossenses os empregos restringiam-se aos cargos públicos. “O prestígio de um grupo media-se pela quantidade de seus correligionários em postos de mando no estado, nos municípios e nos cargos federais existentes” (MENEZES,2007, p.15). Segundo Neves (2001, p.71), as disputas entre as facções, além da motivação de obter hegemonia política, ocorriam pelo domínio dos aparatos públicos. Ou seja, a fragilidade de Mato Grosso perante a União era explicitada na dependência do estado a cargos e verbas públicas, pois a disputa de usufruto das benesses do Estado era motivação para os conflitos, uma vez que a economia não era dinâmica.

Nesse cenário havia ainda outro fator propulsor de conflito: o chamado Divisionismo. À época, o Mato Grosso era formado por um grande território, hoje composto pelos estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul, além, é claro, de Mato Grosso.

Figura 1- Brasil em 1889 e 2013



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014

A grande região, como podemos notar no mapa acima, era comandada politicamente pela capital, Cuiabá, que dispunha recursos públicos de maneira desigual para as regiões do grande território do estado. A percepção da diferença de tratamento gerou o Regionalismo, nascido na Primeira República (CORRÊA, 2006) e que, posteriormente, a partir da década de 1930, resultou no divisionismo (BITTAR, 2009). Tanto Neves (2001, p.35) quanto Bittar (2009, p.61) concordam que havia “dois

polos não integrados no mesmo estado”. A diferenciação entre as regiões, segundo Bittar, devia-se ao distanciamento do sul em relação à capital, à falta de comunicação entre as regiões, ao controle burocrático pelo norte e a um sentimento de não pertencimento a Cuiabá.

A diferença no tratamento que o governo estadual prestava às duas regiões gerou anseios pela divisão do estado. Os coronéis do sul, cientes de que o governo estadual estava a favor das oligarquias cuiabanas e vislumbrando o já existente cenário de intensos conflitos, ao invés de disputarem com os cuiabanos, decidem estimular a criação de um novo estado para seu mando político exclusivo. Dessa forma, além dos acirrados conflitos pelo poder entre as oligarquias cuiabanas, da violência de uma região com grandes faixas de fronteiras, de constantes conflitos pela posse de terras, também ocorreram conflitos que almejavam a divisão de Mato Grosso² (BITTAR, 2009; CORRÊA, 2006; NEVES, 2001).

Assim, em todo país era patente a exclusão da população e, em Mato Grosso, além dessa clivagem, existia outra: as oligarquias cuiabanas submetendo as demais. O domínio político estava com as famílias cuiabanas: Ponce, Murinho, Corrêa da Costa e Paes de Barros (CORRÊA, 2006, p.61). Todas as famílias tiveram integrantes envolvidos ativamente na política, nos cargos políticos mais restritos, como presidente de estado, senadores e deputados federais.

Das quatro famílias citadas, foram um “elemento socioeconômico polarizador” (QUEIROZ, 1977), de um lado, Generoso Ponce e de outro Joaquim Murinho. Nos anos abordados, as quatro famílias se compuseram das mais diversas formas, apenas foi constante a aliança entre Ponce e os Corrêa da Costa. Em um primeiro momento, estas oligarquias eram todas aliadas contra os militares. Após a vitória do grupo oligárquico, ocorreu sua divisão entre os Murinho, aliados aos Paes de Barros, e Ponce, com os Corrêa da Costa. Ainda houve uma nova composição, as três famílias (Ponce, Corrêa da Costa e Murinho) uniram-se contra o governador Antônio Paes de Barros, assassinado em 1906.

Tendo em vista essas considerações, a análise desenvolvida tem como foco a política de Mato Grosso, durante os anos de 1892-1906. A necessidade de estudar o período proposto vem dos raros estudos na área das Ciências Sociais, existindo grande produção historiográfica. Das Ciências Sociais chegaram ao nosso conhecimento duas

² A divisão de Mato Grosso concretizou-se somente em 11 de outubro de 1977.

obras: *Leões e Raposas na Política de Mato-Grosso*, de Maria Manuela C.N. Neves (2001) e *Mato Grosso do Sul: A Construção De Um Estado*, de Marisa Bittar (2009). Estas obras, apesar de terem objeto de estudo diferenciado da nossa proposta, ajudaram na contextualização.

O objetivo desse trabalho é analisar as especificidades das elites mato-grossenses e as suas consequências para as práticas políticas no estado. Partimos da seguinte pergunta de pesquisa: a interferência dos Ponce e Murtinho foi fundamental na política Mato-grossense no período de 1892 a 1906?

Para isso investigamos a formação e consolidação dessas duas oligarquias, assim como sua projeção na política de Mato Grosso. Outra questão considerada é a relação entre as esferas municipal, estadual e federal, expressas nas seguintes relações: de Ponce com os seus chefes locais, a relação entre Ponce e Joaquim Murtinho, a contínua interferência, ou omissão, de presidentes da República e o uso das Comissões de Verificação dos Poderes no estado.

Dentre os diversos conflitos que existiram, essa pesquisa destaca três em especial, as “Revoluções” de 1892, 1899 e 1906, assim chamadas pelos historiadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O destaque dado às três revoluções; de 1892, 1899 e 1906, se deve ao fato de serem as mais significativas para análise do comportamento das oligarquias mato-grossense, pois foram suas práticas políticas mais salientes.

Os conflitos que ocorreram durante a Primeira República envolveram rixas pessoais, conquista de terra e posse de bens, luta entre famílias. As três disputas destacadas, além de conter essas questões, abrangiam o impedimento de político eleito assumir mandato ou a derrubada de governo legalmente constituído. Nos três eventos houve o protagonismo de Ponce, Murtinho, Paes de Barros, Corrêa da Costa, conforme Corrêa (2006). E ressaltamos os referidos eventos, pois são os exemplos mais extremos das interferências oligárquicas na política local.

A historiografia mato-grossense denomina os conflitos ocorridos como “Revoluções”. Entretanto, optamos denominá-las de Disputas Oligárquicas, pois elas não tiveram apoio popular, que se saiba, nem significaram rupturas na sociedade. Interpretamos as Disputas Oligárquicas como conflito entre as elites pelo poder estadual, ao povo cabia o papel de se posicionar diante das coerções.

Nesse sentido, estudar o Mato Grosso através das Disputas Oligárquicas permite entender os arranjos e as recomposições das oligarquias, e o processo de renovação, tornando compreensível a implicação de suas ações na política estadual. De modo que a

importância dessa análise está relacionada ao papel que as peculiaridades da formação e organização das elites regionais desempenham para compreensão da política nacional.

Diante dessa apresentação, então, é possível destacar a hipótese de trabalho: os coronéis mato-grossenses diferem dos descritos por Leal. Os coronéis de Leal (1975) tinham como fonte de seu poder a terra. No Mato Grosso, os Ponce e os Murtinho podem ser caracterizados como coronéis diferentes dos clássicos coronéis de Leal. Generoso Ponce não foi um fazendeiro típico, mas sim um coronel comerciante e urbano. Obteve no estado poder e prestígio e teve seu ápice a partir de 1891 até sua morte, em 1911.

Joaquim Murtinho foi uma figura mais complexa. Apesar de usufruir de terras devolutas ao sul do estado, foi médico no Rio de Janeiro, catedrático da Escola Politécnica, ministro e senador. Tinha influência no âmbito federal e estadual. Não se trata da figura pura e simples do coronel, como no caso de Ponce, que podemos enquadrá-lo como um coronel comerciante e um oligarca. Murtinho não foi apenas um oligarca de Mato Grosso, mas também um empreendedor, um acadêmico, um político de expressão nacional.

Também temos como hipótese que os Ponce e os Murtinho tinham necessidade de manter uma correlação de forças a fim de manter o domínio na política estadual. Ou seja, embora a esfera de influência de Joaquim fosse de amplitude federal, no Mato Grosso necessitava de Generoso Ponce para manter seu domínio, visto que morou maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Deste modo, quando Murtinho afastou-se de Ponce não encontrou um aliado satisfatório. Em relação a Ponce, mais restrito ao âmbito local, enfrentava as contínuas interferências vindas do Rio de Janeiro, assim, necessitava se compor com a esfera federal. Logo, ambos necessitavam dessa união no que tange à manutenção do poder estadual, mesmo que houvesse disputa entre essas oligarquias.

Sendo assim, visando cumprir os objetivos assinalados, essa dissertação foi dividida em seis partes. A próxima seção apresenta o referencial teórico e metodológico utilizado. Partimos da clássica bibliografia sobre Poder Local e Coronelismo: Leal (1975), Queiroz (1977), Kerbauy (2000). Utilizamos a Teoria das Elites, Mosca (2007), Dahl (1958) e Wright Mills (1975), pois a visão desses autores de que existe uma minoria que governa politicamente uma maioria desorganizada é facilmente aplicada aos grupos analisados.

A complexidade da figura de Joaquim Murtinho, entendido como alguém que foi mais que um oligarca, precisou de aporte teórico específico para melhor compreensão.

Assim, utilizamos da teoria Neoinstitucional o conceito de empresário institucional, uma vez que Murtinho empreendeu rupturas em diversos campos.

As seções 3 e 4 tem como objetivo apresentar os acontecimentos históricos de Mato Grosso e do Brasil. Primeiramente, fez-se necessário apontar fatos históricos relevantes anteriores à República, tais como a colonização, a Guerra do Paraguai e aspectos econômicos, para então deter-se aos anos de 1892 a 1906. A opção aqui foi de apresentar os fatos cronologicamente, embora compreendamos as críticas feitas por Fanaia (2010) à apresentação cronológica³. A escolha deve-se aos aspectos inerentes à historiografia de Mato Grosso, pois as obras sobre o período são frequentemente confusas, contendo erros, imprecisões – quanto a datas, a nomes de partidos, etc. Assim, a tentativa aqui foi a de apresentar uma síntese dos acontecimentos, sendo imprescindível fazê-lo. Dessa forma, achamos necessário enfatizar a sequência cronológica para a apreensão dos fatos.

As duas outras seções centram-se na análise dos fatos e na experimentação das hipóteses, sendo uma específica para as Disputas Oligárquicas e outra para caracterização das oligarquias. Em seguida, apresentamos as considerações finais.

³ Fanaia critica a historiografia mato-grossense por optar pela apresentação dos fatos de maneira cronológica: “No conjunto das obras disponíveis sobre o tema, por autores como Virgílio Correa Filho, Estevão de Mendonça, Rubens de Mendonça e Lenine de Campos Póvoas, entre outros, predomina o ponto de vista informacional. São trabalhos que se pautam pelo relato cronológico dos fatos, de enaltecimento ou execração de atores políticos, alvo das narrativas, sem devida problematização e o levantamento de questões, o que sem dúvidas compromete de forma irreversível os resultados obtidos. Ao se utilizarem da narrativa pela narrativa, não apresentam uma visão de conjunto e se limitam a reproduzir os acontecimentos, perseguindo um modelo de História Política tradicional e meramente factual” (FANAIA, 2010, p.14).

2 – Revisão Bibliográfica e Metodológica

Esta seção tem como objetivo apresentar as teorias e a metodologia utilizadas, para a compreensão da formação e das especificidades dos grupos oligárquicos mato-grossenses, a verificação das relações entre as esferas federal, estadual e municipal. Para isso, iniciamos com a literatura acerca do Poder Local, considerando o Coronelismo e as teorias mais conhecidas. Em seguida, foi utilizada a Teoria das Elites para caracterizar os grupos estudados. E, para compreender especificamente Joaquim Murtinho, foi empregado o conceito de empreendedor institucional utilizado pela Teoria Neoinstitucional, pois entendemos que Murtinho, como empresário institucional, ultrapassou a conceituação de oligarca ou coronel.

A literatura sobre o Poder Local e Coronelismo foi o ponto de partida para a análise. O Poder Local, entendido não somente como o espaço físico em si do município ou de uma região, é também uma rede de relações que se constituem de interesses específicos, ou seja, uma abstração socialmente construída. Analisando a bibliografia sobre o Poder Local no Brasil, Carvalho (1968) sistematiza e aponta as duas únicas fontes de estudos produzidas à época no país: a Revista Brasileira de Estudos Políticos e os trabalhos feitos por antropólogos brasileiros e estrangeiros.

Carvalho aponta problemas em ambas as produções, principalmente no que se refere à sua metodologia. Para o autor, os estudos se aproximavam de uma história descritiva, com pouca preocupação com a metodologia ou técnicas de pesquisa. Outro ponto crucial levantado é que tais pesquisas se concentram somente em “detectar se o poder local é controlado por famílias ou não” (CARVALHO, 1968, p.243). Outras formas de poder, que não sejam o poder familiar, não são investigadas. Assim, tamanha preocupação com a família aproxima-os dos trabalhos antropológicos, que investigam o papel desta na estrutura social.

Mais recentemente, Kerbaux (2000) também classifica a literatura dos estudos sobre poder local no Brasil, e agrega às duas fontes de produção da literatura apresentadas por Carvalho uma terceira, composta por estudos históricos com ênfase no século XIX, como por exemplo, Kerbaux, (1979) e Franco (1997). A autora também assinala que nos estudos produzidos, o poder oligárquico não é pensado sem o controle familiar, e mesmo que a unidade de análise seja o município, não são articuladas as intermediações entre o local, o estadual e o nacional. Kerbaux critica a incorporação

literal da obra de Leal (1975)⁴, segundo a qual existe uma identificação entre o poder local com o interior e o rural, contraposto ao urbano que se relaciona a capital. Seu livro procura mostrar que no interior paulista essas relações não se dão conforme essa dicotomia.

Kerbaury (2000) ainda destaca a literatura clássica sobre o poder local: Tavares Bastos, *A Província* (1937); Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização da Política Nacional* (1937); Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (1987); Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira* (1976), - podemos incluir também Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder* (1958). As obras podem ser divididas em 1) as que consideram que na política brasileira existe uma preponderância do Estado, o que torna o poder local debilitado frente aos tentáculos absorventes de um Estado Patrimonial, e têm como expoentes Tavares Bastos e Raymundo Faoro; 2) trabalhos que vão ressaltar uma latente autonomia do poder privado frente o Estado, como em Duarte, Queiroz e Oliveira Vianna.

A referência sobre esta temática continua sendo *Coronelismo, Enxada e Voto* (1949), de Victor Nunes Leal. Porém, a obra não se encaixa em nenhuma das divisões apontadas acima, pois Leal (1975) interpretou a realidade brasileira sem utilizar esse dualismo - como fazem Duarte e Vianna – em que as esferas pública e privada não têm nenhuma relação, caracterizando-se intransponíveis (CARVALHO, 1980). O que Leal faz é acabar com essa polaridade, mostrando justamente a ligação entre as esferas pública e privada contida no conceito de coronelismo (KERBAUY, 2000, p.29).

O coronelismo foi um tema muito tratado nos estudos de poder local, Leal entendia que a base do poder local durante a Primeira República era o compromisso coronelista (KERBAUY, 2000, p.29). O conceito desta prática representa compromisso entre o poder público fortalecido e o poder privado decadente, a configuração histórica entre as duas esferas assume peculiaridades no contexto brasileiro, como o baralhamento entre as esferas pública e privada.

Deste modo, o poder privado no começo da Colonização era quase único, o poder da família patriarcal se expressava nas rebeldias das Câmaras Municipais. Porém, a chegada da Corte, a Independência e constitucionalização do país contribuíram para a “redução progressiva do poder privado”. No decorrer do século XIX, opera-se então, “um trabalho perseverante de consolidação” do poder público (LEAL, 1975, p.72).

⁴De acordo com Leal (1975, p.35) “... no interior o elemento rural predomina sobre o urbano”.

Embora gradualmente se fortalecendo, o poder público não era independente, não tinha como agir sozinho. Já o poder privado estava decadente “... em consequência de crises econômicas e da agricultura predatória do café” (LEAL, 1975, p. 27) e não podia mais confrontar-se com a esfera pública como fazia na Colônia, ao contrário, passa dela necessitar para manter o seu poder. Neste contexto, visto que não podiam seguir sozinhos, poder público e poder privado unem-se, demonstrando que “o simples fato do compromisso presume certo grau de fraqueza de ambos os lados” (LEAL, 1975, p.252).

O poder público legitima o poder privado outorgando aos mandões da terra poder institucional, “[...] quando são boas as relações entre o seu poder privado (coronel) e o poder instituído, pode o coronel desempenhar, indisputadamente, uma larga parcela de autoridade pública” (LEAL, 1975, p.42).

Coronelismo é, assim, uma tentativa do poder privado sobreviver à Democracia representativa, ele:

[...] não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com o regime político de extensa base representativa (LEAL, 1975, p.20).

O coronelismo é uma “forma de incursão do poder privado no domínio político”, não só uma sobrevivência do poder privado, mas também uma adaptação para coexistir com o regime representativo (LEAL,1975, p.251).

O poder público alimenta e legitima o poder privado em decorrência do regime representativo, constituindo-se um fenômeno típico deste. Os dois unem-se, de modo a tornar coronelismo um:

[...] sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (LEAL, 1975, p.43)

Leal aponta características secundárias do coronelismo: o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos. O mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários, já o filhotismo, se caracteriza na concessão de favores aos amigos, colocando-os em empregos públicos, o que gera a

desorganização na administração já que, na maioria das vezes, os funcionários não são pessoas qualificadas, mas apenas os afilhados do coronel. Tanto o filhotismo como o mandonismo são as faces de uma mesma moeda, expressa na frase “[...] para os amigos pão, para os inimigos pau” (LEAL, 1975, p.39), o que elucida o caráter personalista descrito por Holanda (2009) do homem cordial, no qual as ações do coronel, assim como as do homem cordial, tanto boas quanto ruins, são baseadas na emoção.

O coronel não é mais o mandão político da colônia que exigia e conseguia o que queria da Coroa; ele está fraco, precisa do aparato público para exercer seu poder no município. Assim, apoiando o governo estadual, recebe em troca o controle os cargos públicos para distribuir suas graças e obter prestígio, persegue seus adversários utilizando a polícia, exerce ampla jurisdição sobre seus dependentes. No município, o coronel era livre para agir como queria, sabia que podia contar com o apoio ou a omissão do governo estadual, “o chefe local pode praticar o bem ou mal, com ação ou omissão do estado” (LEAL, 1975, p. 47).

A situação econômica de dono de terras é a base do poder político do coronel, em um cenário onde o poder lhe é encarnado e o município mais parece um território privado. “A força eleitoral (do coronel) empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras” (LEAL, 1975, p. 23). O problema não é apenas de ordem pessoal, - está ligado também à estrutura econômica e social, que prendem o roceiro ao grande senhor de terras. Sobre o comportamento dos dependentes do coronel, Leal (1975, p.25) afirma que “o lógico é que presenciamos: no plano político ele luta com o coronel e pelo coronel. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização rural”.

A estrutura econômico-social inadequada produziu um eleitorado incapaz, segundo o autor, a manobra de unir os governantes e os condutores desse eleitorado, somada ao regime federativo, deu imensos poderes aos estados. O coronelismo atua no município, que até 1949 – ano de publicação de *Coronelismo, Enxada e Voto* – estava impregnado do elemento rural. Segundo Leal (1975), sua base de sustentação é a estrutura agrária, e o coronelismo só se modifica alterando esta estrutura. A vitalidade do coronelismo é “[...] inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como comércio e indústria” (LEAL, 1975, p. 251). Contudo, Kerbauy (2000, p.14) questiona essa suposição de Leal e nos mostra que a passagem do rural para o urbano não foi suficiente para eliminar o coronelismo e o tradicionalismo.

Outra importante contribuição para a temática foi dada por Maria Isaura Pereira

de Queiroz, segundo a qual,

o coronelismo se integra, pois, com um aspecto específico e datado dentro de um conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro - datado porque, embora aparecendo a apelação de coronel desde a segunda metade do Império, **é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida do mandonismo local a partir da proclamação da República;** o mandonismo teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo em relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcam o Brasil. (QUEIROZ, 1977, p.177, grifo nosso)

Reiterando Leal, Queiroz (1977) afirma que o coronelismo tem seu auge na República Oligárquica, mas que alguns de seus elementos já apareciam desde o Império, e acrescenta, ainda, que o mandonismo sempre existiu, sendo chamado de coronelismo no momento em que toma o poder no regime republicano.

Embora no coronelismo o papel político do coronel seja o aspecto que mais chame atenção, Queiroz pretende não se prender apenas a ele, pois isso seria “mutilar um todo complexo”. Dessa forma, a autora não só analisa as bases políticas do coronelismo, como também seus fundamentos socioeconômicos.

Maria Isaura argumentava que o mandonismo encontra meios para assegurar seus interesses ao se apoiar na **parentela, sua dimensão sociológica**, e não exclusivamente na propriedade fundiária, sua dimensão socioeconômica. (BÔAS, 2009, p.288, grifo nosso)

A origem da estrutura coronelística se dá nas parentelas, um coronel era também chefe de uma parentela - sua coesão ocorre devido aos laços de sangue, aos laços espirituais (o compadrio que une tanto afilhados e padrinhos como os compadres), e à aliança (por casamentos).

Entendemos por “parentela” brasileira um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam, o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes; as famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias uma das outras; o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços, ou das obrigações recíprocas (QUEIROZ, 2006, p.184).

Essa base de sustentação do coronelismo apresentava acirrados conflitos internos e externos. Internamente não havia harmonia na parentela e não raro era o desmanche, criando grupos rivais. O conflito entre parentelas rivais as perpetuavam, pois o conflito

com outras parentelas tirava o foco de problemas internos, implicando em lealdade e apoio unânime entre os pares. Já os conflitos dentro de uma mesma parentela resultavam na divisão da mesma, e surgiam, assim, novos coronéis.

Como será demonstrado na quarta parte denominada, Especificidades dos coronéis Mato-Grossenses: Formação e Consolidação, consideramos Generoso Ponce e Joaquim Murtinho chefes de suas respectivas parentelas assim como da oligarquia. Generoso Ponce vinha de uma família simples, e foi o primeiro membro com preponderância política de sua família, seguido por seu neto. Em vida, foi o chefe inquestionável de sua parentela e da oligarquia, que se compunha principalmente por pessoas que não eram seus parentes. Na parentela dos Murtinho, Joaquim Murtinho tinha indiscutível liderança (CARONE, 1977) diante de sua preponderância nacional, o que lhe permitia influência no estado e benefícios a seus parentes.

Ainda segundo Queiroz, a ascensão a chefe da parentela não era transmitida hereditariamente e só poderiam competir para ascender a chefe os indivíduos em mesma situação socioeconômica que o antecessor. O que fazia um membro da parentela elevar-se ao posto de coronel eram seus dotes pessoais para o mando, tais como: fortuna, instrução e casamento. O que mais importava era a situação econômica, somando pontos o grau de instrução e vínculos conjugais. Já o diferencial de um líder era o carisma, o que não era obrigatório para ser um coronel, mas o destacava dos demais.

Para Queiroz, o fundamento da estrutura coronelística é a posse de bens de fortuna, e não a terra, como citou Leal (1975). A posse de terras não define o sujeito como coronel, ela só era fonte de poder para aqueles que tinham dinheiro para explorá-la, quando inexistente, obrigava o dono de terras a apoiar-se em seus agregados. A regra geral era a de que quanto mais dinheiro para explorar a terra o proprietário possuía, mais prosperava, além de melhor se projetar politicamente frente àqueles que apenas possuísem a terra.

Outro autor que contribui, tanto para os estudos de poder local como para a temática do coronelismo em si é, o já citado, Carvalho. Em sua interpretação sobre o coronelismo, Carvalho (1997) concorda com Queiroz, que a Primeira República foi quando o mandonismo local assumiu o poder, sendo o ápice do coronelismo. O mandonismo é recorrente desde a Colônia até os dias atuais (CARVALHO, 1997; FREYRE, 1963; QUEIROZ, 1976), enquanto o coronelismo é historicamente datado na República Oligárquica (1889-1930).

Carvalho interpreta o coronelismo como um sistema político nacional. Confirmando esse aspecto, Carone (1971) afirma que “a partir do Império, o mandonismo local é denominado indistintamente coronelismo (na maior parte do Brasil), *caudilhismo* (Rio Grande do Sul) *chefismo* (vale do São Francisco), etc.” (Carone, 1971, p.86, grifo do autor).

Segundo Carvalho (1997), o coronelismo surge de um fato político, o federalismo que concentrou poderes nos governadores, e de um fato econômico, a decadência econômica dos coronéis. O coronelismo, ainda, teria seu fim datado em 1937, quando o último caudilho, Flores da Cunha, fora derrubado por Vargas.

Carvalho define o mandonismo como estruturas de poder local personalizada. O mandão local exerce domínio pessoal e arbitrário sobre a população e impede que ajam livremente. Não é um sistema, como o coronelismo, mas uma característica da política tradicional que existe desde o Brasil Colônia. O autor vê negativamente associação entre coronelismo e mandonismo, tornando-os muitas vezes sinônimos, e dessa imprecisão conceitual decorre categorizações acerca da existência de um coronelismo urbano ou um coronelismo sem coronéis.

Apesar dos conceitos estarem interligados, o autor esforça-se em separá-los. Leal afirma que o coronelismo tem como característica secundária o mandonismo e para Carvalho a perspectiva sistêmica do fenômeno envolve práticas clientelistas. Carvalho utiliza o conceito de clientelismo no sentido de troca de benefícios públicos por votos entre os atores políticos. O mandonismo e clientelismo perpassam toda a história política brasileira, fazendo os conceitos relacionarem-se, mas não tornam-se sinônimos.

Carvalho ainda faz outras contribuições significativas para o debate, como discutir as interpretações sobre o coronelismo. Dentre os vários autores que Carvalho (1997) analisa, destacamos Paul Cammack, por sua oposição à tese de Leal.

Sustentarei que sua discussão do papel desempenhado pelos proprietários de terra e seus aliados na política municipal, estadual e nacional acha-se viciada por uma série de pressupostos falsos e inconsistências internas e que, em particular, o próprio conceito de “compromisso coronelista” é totalmente destituído de validade (CAMMACK, 1979, p.1).

Cammack identifica clientelismo com coronelismo, igualação criticada por Carvalho, que tenta justamente fazer separação entre os conceitos de coronelismo e clientelismo. Cammack também nega a validade do compromisso coronelista, nega que os coronéis controlassem votos e questiona a dependência do eleitor em relação ao

coronel.

A crítica de Cammarck quebra um dos pés do compromisso coronelista, qual seja o controle de votos exercido pelo coronel trocados pela carta branca no município. “[...] Nunes Leal não submete a nenhuma análise crítica sua afirmativa, enganosamente simples, de que o governo estadual dependia do coronel para obter os votos que o mantinham no poder” (CAMMACK, 1979, p.7).

Soma-se à contestação de Cammark a crítica contida na obra de Queiroz (2006), ao constatar que os dependentes do coronel eram analfabetos, logo, proibidos de votar durante a Primeira República. Desde a lei Saraiva de 1881⁵, só votava quem era alfabetizado. Quem participava das eleições, conforme Queiroz, era uma camada independente economicamente composta por sitiantes, pequenos funcionários, artífices e vendeiros dos vilarejos, população essa que podia receber do coronel tanto favores como violência. Portanto, também para Queiroz a afirmação que o coronel controlava o voto dos dependentes não se sustenta, pois estavam impedidos de participar.

Retomando as afirmações de Leal fica claro sua defesa de que o coronel controla os votos de seus dependentes, ao mesmo tempo que afirma que eram analfabetos e tinha conhecimento de seu impedimento ao voto. “Completamente **analfabeto**, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas... (ele) tem o patrão na conta de benfeitor” (LEAL, 1975, p.25, grifo nosso). Referindo-se à lei eleitoral da República Oligárquica em nota Leal afirma que “a lei, diga-se de passagem, excluía as mulheres. Também estavam excluídos pela Constituição os mendigos, os **analfabetos**, as praças de pré [...]” (LEAL, 1975, p.226, nota 24, grifo nosso).

Diante dessa lacuna, existiu então o compromisso coronelista? No que se refere a Queiroz, a autora não contesta o compromisso coronelista, pois “o significado das eleições era manter no poder um simulacro de legalidade aqueles que dele tinham conseguido se apossar” (QUEIROZ, 1977, p. 129). As contestações da autora se referem a um maior detalhamento do quadro geral que Leal teoriza, mostra que além da existência do voto de cabresto, também havia um eleitorado economicamente independente, que o coronel precisava conquistar. Defendeu que o voto era trocado conscientemente e que existia uma possibilidade da barganha.

Quanto às críticas de Cammarck, Carvalho faz duas ponderações. Primeiro, a de que há consenso, segundo testemunhos da época e de estudiosos, que os coronéis

⁵ A República não altera a situação dos analfabetos, que pararam de votar durante o Império em 1881, eles só voltam a ter o direito de voto com o advento da Constituição de 1988.

controlavam os votos. Segundo, Carvalho aceita a crítica de Cammarck quanto ao valor dos votos como moeda de troca, pois na época a votação valia pouco e era manipulada facilmente. Ou seja, o voto como base de sustentação do compromisso coronelista pode ser relativizado. Ainda para Carvalho, a ideia de compromisso pôde ser mantida sem que se desse peso decisivo ao voto.

Dessa maneira, o compromisso coronelista era feito através das alianças entre os coronéis e as eleições era uma legitimação do que anteriormente já fora decidido por eles. Nesse sentido, um governador podia ficar sem o apoio de determinado coronel, mas não sobreviveria no poder sem o apoio do conjunto dos coronéis. Se um governador ficasse sem a base de sustentação dada pelos coronéis encontrariam-se em difícil situação, custando-lhes até a vida, como aconteceu com o governador de Mato Grosso, Antônio Paes de Barros, em 1906.

A estabilidade do sistema como um todo exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo, embora essa maioria dos coronéis pudesse ser trocada. As manipulações dos resultados eleitorais sempre beneficiavam um grupo em detrimento de outro e tinham custo político. Se entravam em conflito com número significativo de coronéis, os governadores se viam em situação difícil, se não insustentável. Basta mencionar os casos da Bahia, do Ceará e de Mato Grosso. Em todos eles, os governadores foram desafiados, humilhados e mesmo depostos. (CARVALHO, 1998)

Os coronéis colocavam e sustentavam os governadores no poder, existia a transferência de votos de uma personagem carismática a um determinado político. Queiroz aponta o apoio dado pelo padre Cícero a políticos, e como de fato ocorria essa transferência de votos a ponto de vários políticos realizarem uma difícil viagem até sua cidade só para obter a benção do padre (QUEIROZ, 1976).

No estado de Mato Grosso as práticas de Generoso Ponce e Joaquim Murtinho também seguiram essa perspectiva. O voto popular não tinha peso significativo, o que realmente importava era o pacto, o compromisso entre os chefes municipais com Ponce, que o obedeciam e em troca tinham carta branca para agir como quisessem. Ponce recebia a lealdade dos chefes, ganhava prestígio e apoio no que se refere às suas questões, às suas lutas. Murtinho, em determinados momentos, contou com apoio de Ponce para implantar a política deste grupo, teve também apoio do presidente da República para a realização de seus interesses no estado de Mato Grosso. Assim, no referido estado também podemos relativizar o peso do voto, diante das fraudes e da Comissão de Verificação de Poderes, que por vezes não diplomou candidato eleito que estivesse na oposição, como ocorrido com o próprio Ponce.

Dentro das configurações complexas do país que incluem diferentes contextos regionais existiram relatos de barganha de um segmento independente do coronel, que recebia *kits* com presentes em épocas eleitorais; de voto de cabresto, voto de quem era ou não alfabetizado; de irregularidades nas eleições, ocorrendo casos em que pessoas votavam duas vezes, cômputo de votos de pessoas já mortas, ou simplesmente o bico de pena proclamando o vencedor independente dos votos (CARVALHO, 1987), (QUEIROZ, 1976, 1977).

Consequentemente, o compromisso coronelista existiu, já que se fazia necessário o arranjo institucional entre as esferas municipal, estadual e federal para o sistema existir. Não era no voto que ele se baseava, mas sim nesse compromisso.

Enquanto Leal (1975) esforça-se para encontrar as regularidades nos aspectos gerais do fenômeno, Carone (1970) apresenta muitas especificidades do coronelismo, sempre buscando citar os mais variados exemplos dentro do país. Ao tratar do coronelismo, o autor faz uma divisão entre estados econômica e politicamente mais frágeis e os estados mais adiantados. Nos primeiros, sua estrutura daria maior liberdade permitindo o maior individualismo, sendo sobre estes as lutas mais frequentes. Faziam parte dos estados menos adiantados o Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraíba e Mato Grosso. Entre os estados mais adiantados estavam São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, caracterizados por uma estrutura partidária que suavizava esses conflitos, mas não deixou de existir lutas e os coronéis destes estados tiveram tanto poder que frequentemente chegaram à presidência da República.

Carone explicita que no Brasil o conceito de oligarquia, governo da minoria, ganhou o significado de um governo baseado na estrutura familiar. A diferença de um coronel para um oligarca é a magnitude de seu poder, o coronel está no âmbito local, e o oligarca tem poder de alcance estadual. O oligarca é um coronel, ou um representante dele.

A literatura tratada até aqui sofreu grande influência da Teoria das Elites, os estudos sobre o Poder Local no Brasil incorporaram sua metodologia. A Teoria das Elites foi fundada por Mosca, Pareto e Michels, considerados herdeiros do realismo de Maquiavel e chamados de maquiavélicos. Eles queriam entender como a realidade se processava e não apenas propor um modelo ideal de sociedade, e por essa razão criticaram autores como Rousseau, Fourier, Proudhon e Marx. Esses autores consideravam a Democracia liberal utópica. Soberania Popular, Igualdade Política, Sufrágio Universal eram discursos abstratos, pois sempre haverá uma minoria

governando uma maioria. Toda essa retórica serviria somente para a legitimação do domínio da minoria.

Mosca foi o primeiro dos três autores a publicar, mas é a Pareto que se atribui a afirmação do termo elite. Pareto considerou a diferenciação entre dominados e dominantes “inerente da sociabilidade humana” (HOLLANDA, 2011, p.23). A elite foi definida por eficiência e atribuiu conotação a um pequeno grupo que se destacou nas suas atividades, a elite seria, portanto, a junção dos melhores. Várias elites compõem uma aristocracia, e a renovação de seus membros era traduzida na ideia de circulação da elite. Caso essa circulação não ocorresse, o grupo se degeneraria e seria derrubado por uma revolução. Pareto vê a revolução socialista como uma simples troca de uma elite por outra.

Pareto pertencia à aristocracia italiana, e entendia que o pertencer a esse grupo vinha com legitimidade de ser o melhor. Mosca, pelo contrário, pertencia a uma parte da Itália que carregava enorme carga de preconceito, a Sicília. A origem e formação social destes autores repercute na forma como conceberam suas teorias, pois enquanto Pareto legitima o fato da elite compor-se pelos melhores, Mosca analisa as bases sociais que se compõe uma elite e como mostra se forma.

Mosca enxergou também a existência de duas classes políticas: os que governam e os que são governados, sendo o primeiro grupo menor e organizado impondo-se à maioria desorganizada. O processo de diferenciação entre estes se dava através de três fatores. Primeiro pela riqueza, que é um elemento que proporciona efetiva participação política. O segundo através da diferenciação entre as classes, que é percebida pelo lugar social do nascimento: a elite tem valores e posturas atribuídas socialmente a ela, “situa os homens em um universo de conhecimentos, valores, posturas os aproximando da minoria dominante” (HOLLANDA, 2011, p.15). O terceiro elemento que faz um indivíduo pertencer ou não à elite é o mérito, porém apenas nas sociedades avançadas.

Para Mosca, a minoria teria algum atributo que é valorizado pelo grupo, seja o seu saber, sua força, ou sua riqueza. A minoria não pode dominar apenas pela força, deve existir algo a mais para legitimar-se. Ainda segundo Mosca, a tendência democrática seria verificada na alternância das classes dirigentes, ou seja, quando essas não se renovam a tendência é aristocrática. Mosca foi contra o fascismo e passou a considerar a Democracia como um antídoto ao autoritarismo. Já Pareto foi o intelectual do fascismo: “[...] os operadores do fascismo apresentavam o novo regime como materialização da profecia científica de Pareto” (HOLLANDA, 2011, p.31).

Assim, entendemos que a definição de elites elaborada por esses autores, segundo a qual existiria uma minoria organizada comandando politicamente a maioria desorganizada, se aplica às facções que se digladiavam pelo poder em Mato Grosso, já que o sistema político era excludente. Outros autores da Teoria das Elites também ajudam na compreensão dos fenômenos de um regime tão restrito. Da Itália para os Estados Unidos, a teoria ganhou grande vigor e os estudos norte-americanos influenciaram os brasileiros.

Segundo Carvalho (1968), os estudos sobre o poder local nos Estados Unidos começaram com Robert e Helen Lynd sobre Middletown em 1929 e 1933, mas foi com Floyd Hunter que houve sofisticação metodológica. Desde que Hunter publicou *Community Power Structure* (traduzido por Carvalho como Poder Local) em 1953, dois grupos se formaram: um mais sociológico que apoiou Hunter - entre eles Wright Mills - e outro mais voltado para Ciência Política, que se contrapunha a Hunter, formado por Robert Dahl.

Os dois grupos divergem quanto ao método de encontrar os líderes locais, o grupo mais sociológico ficou conhecido como elitista, e o mais voltado para Ciência Política como pluralistas. No grupo elitista, Hunter utilizou o método reputacional, que consiste em selecionar um grupo de juízes que indicam as pessoas mais influentes. Mills e Hunter defendiam a unidade da elite, ou seja, a existência de uma única elite. Enquanto Mills atribuía essa unidade à elite nacional, Hunter atribuía à unidade à esfera local. “Hunter e Mills [...] têm como questão comum o poder, entendido como faculdade de tomar grandes decisões” (GRYNSZPAN, 1996, p.50).

Enquanto que, no grupo pluralista, Dahl utiliza o método de tomada de decisão. Os autores, Trumam, Kornhauser, Kelller, Lipset e Dahl, criticaram Mills e Hunter em sua visão monista da elite, assim, existiram várias elites, mesmo dentro da administração pública municipal. Para os pluralistas, o esteio da Democracia eram as minorias que governam, pois o povo é passível de engano, as massas são incompetentes para governar.

Os pluralistas fazem severas críticas aos monistas, principalmente as feitas por Dahl dirigidas a Wright Mills. Apesar de concordarmos com as críticas, a definição de Mills acrescenta para o presente trabalho um refinamento da concepção de elite. Em *A Elite do Poder*, o autor além de desmistificar a democracia americana, reflete sobre os limites do poder do homem comum, que é reduzido, limitados por projetos que lhes pertencem, nos quais as grandes mudanças não estão em seu controle. Mas há aqueles

homens que não são comuns, mas um grupo reduzido que:

Não são produtos de seus empregos – criam e eliminam empregos para milhares de outros; não estão limitados a simples responsabilidades de família – podem escapar delas. Vivem em hotéis e casa, mas não estão presos a nenhuma comunidade. Não precisam apenas atender as exigências da hora e do momento, pois criam suas exigências, e levam outros a atendê-las. (MILLS, 1975, p.11)

“Entendemos como poderosos naturalmente os que podem realizar sua vontade, mesmo com resistência de outros” (MILLS, 1975, p.18). Nitidamente, faziam parte da elite Generoso Ponce e Joaquim Murinho e, como será demonstrado nas próximas seções impunham a realização de seus interesses até para o presidente da República, como fez Murinho.

Outro ponto importante, ressaltados através dos debates entre Mills e Dahl, diz respeito ao método de localização da elite. Criticando a definição de elite de Mills, que seria uma elite metafísica e oculta, Dahl discordava fortemente que a elite eram aqueles que foram eleitos.

Assim, Dahl desenvolve um método para encontrá-la. Argumenta que a elite, além de eleita, só é elite quando impõe sua vontade, independente da vontade da massa. Propõe, então, um teste que comprove a existência da elite, no qual devem ser respondidas duas perguntas: 1ª) As preferências dos governantes são iguais às dos governados? 2ª) Se for diferente qual prevalece?

Constatada a diferença de preferência, a vontade do governante deve prevalecer para que se detecte a elite. Portanto, para existir uma elite, deve na divergência de preferências, prevalecer o anseio da elite, independente da opinião do povo. Para Dahl, a elite é um grupo menor e controlador, e não é produto das regras democráticas, os eleitos não são uma elite, apenas representam a maioria.

Sendo assim, considerando a situação política do estado de Mato Grosso conforme a comprovação proposta por Dahl, percebemos que além das preferências serem diferentes, muitas vezes a preferência popular era completamente ignorada (e não apenas no Mato Grosso). As oligarquias se compunham em um equilíbrio que poderia resultar tanto no mútuo compromisso como em conflito: nos estados a vontade das oligarquias prevaleciam e única forma capaz de contestá-la era através de uma oligarquia rival, que deveria se articular com as demais esferas para tentar ganhar o poder.

O uso da Teoria das Elites, do Poder Local e do Coronelismo auxilia na verificação das relações de poder no estado, caracterizando os grupos analisados como elites, além de concatenar as relações entre as esferas municipal, estadual e federal. Não houve dificuldades em apontar que Generoso Ponce foi um coronel e um oligarca, pois participava do compromisso coronelista do estado de Mato Grosso. Já no caso de Joaquim Murtinho, além dele participar desse compromisso, não representava a simples figura do coronel senhor de terras. Murtinho foi uma figura mais complexa, além de influenciar a política de seu estado natal, também exercia influência no nível nacional. Para compreendê-lo acionamos um conceito empregado na Teoria neoinstitucional, todavia para que o conceito faça sentido faz-se mister uma pequena abordagem sobre essa teoria.

O neoinstitucionalismo teve como referência o institucionalismo, que perdurou até os anos 40. Até então a Ciência Política se inspirava na Filosofia Política e no Direito, abordagem utilizada por grandes pensadores (PERES, 2008, p.54). Diante de uma crise de credibilidade dessa interpretação, o comportamentalismo, cujo auge aconteceu na década de 50, foi a resposta ao vazio deixado pelo antigo institucionalismo. O comportamentalismo utilizava uma perspectiva multidisciplinar, inovando na sua preocupação com a objetividade, a generalização, a metodologia sistemática, o material empírico e a quantificação.

No final dos anos 60 surgiu uma reação contrária ao comportamentalismo, denominada neoinstitucionalismo. Ainda de acordo com Peres (2008, p.60), o neoinstitucionalismo apresentava uma dupla rejeição, tanto a ausência de cientificidade do antigo institucionalismo, quanto a ausência do contexto institucional no comportamentalismo. Acreditavam que a multidisciplinaridade do comportamentalismo acarretava em uma perda da especificidade analítica. O neoinstitucionalismo é, assim, uma crítica a esses dois paradigmas que o antecederam, mas também é uma síntese dos dois, formando uma nova forma de fazer Ciência Política. Do antigo institucionalismo o neoinstitucionalismo manteve a centralidade das instituições, do Comportamentalismo foi mantida a preocupação com o rigor metodológico e orientação empírica da pesquisa.

Hall e Taylor (2003) defendem que o neoinstitucionalismo não é uma corrente unificada, que teriam três vertentes dessa teoria: o neoinstitucionalismo sociológico, o da escolha racional e o histórico. O neoinstitucionalismo sociológico considera que as instituições moldam a preferência dos atores, em um processo de formação de preferências. O institucionalismo da escolha racional afirma que o contexto institucional

explica a conduta dos atores políticos racionais. As regras do jogo condicionam a ação dos atores (PERISSINOTTO, 2008, p.8). Segundo Peres (2008), as instituições interagem com preferências já dadas e restringem as decisões. Essa abordagem focaliza as regras do jogo, entretanto, a cultura, as crenças, os valores e a economia são considerados elementos exógenos.

De acordo com César (2009), o neoinstitucionalismo histórico surge para se contrapor ao da escolha racional. A escola tenta “recombinar certos elementos do funcionalismo, do pluralismo e neomarxismo sob uma agenda de pesquisa histórica neo-weberiana e neo-toquevilliana” (CÉSARIS, 2009.p.63). Assim, pretendem abordar grandes perguntas históricas em termos institucionais. Segundo Hall e Taylor (2003) essa escola é mais complexa que a da escolha racional, uma vez que os institucionalistas históricos consideram o papel das instituições na vida política, mas raramente afirmam que são os únicos fatores, levando em conta a relação entre instituições e as ideias ou crenças.

O conceito que utilizamos para interpretar Joaquim Murinho é o de empresário institucional, que nasce na teoria neoinstitucional carregando um alto valor crítico. Porém, para adentrar o conceito de empresário institucional faz-se necessário caracterizar o empreendedorismo, diferenciando o empreendedor do capitalista.

Conforme Martes (2010), a larga utilização do conceito de empreendedorismo gerou uma frouxidão conceitual, acarretando no risco de perda de consistência, sendo necessário retornar aos clássicos para reconstruir o conceito de empreendedorismo. A autora utiliza a obra de Weber (2004a) para ressaltar que o empreendedorismo só é possível no capitalismo moderno. O empreendedor seria um tipo especial de capitalista, ele reinveste e faz crescer sua empresa, não trabalha somente para usufruir de sua riqueza, mas para maximizá-la, diferente do mero capitalista que tem como objetivo apenas lucrar e explorar. Martes também utiliza a diferenciação feita por Schumpeter (1984), amplamente baseada na de Weber, segundo a qual administrar e adaptar não é empreender. O capitalista sempre se adapta às mudanças, já o empreendedor inova causando rupturas.

A inovação precisa ser grande devido à resistência que as instituições têm perante a ação individual. Uma das principais características do empreendedor é que ele é um agente que vê o mundo de outra forma, foge do padrão, vence resistências e impõe novos padrões. Se pensarmos nessa perspectiva de ação individual e compararmos com as considerações apontadas sobre o neoinstitucionalismo, notamos que a teoria atribui

pouco espaço para a ação individual. As instituições coagem a ação individual, mas o contrário – a ação individual interferindo nas instituições – é pouco considerado. O conceito de empreendedorismo institucional carrega essa crítica e tenta mostrar que o indivíduo também influencia as instituições.

DiMaggio formula o conceito de empreendedor institucional na década de 80, dentro da teoria neo-institucional organizacional. Tentando responder à pergunta sobre como nascem novas instituições, DiMaggio mostra como os agentes criam instituições ou se apoderam delas, eles têm interesse em determinados arranjos e para fazê-los mobilizam recursos para criar ou transformar instituições. O conceito é importante porque resolve o problema do neoinstitucionalismo quanto à possibilidade de mudança, diz respeito também ao papel da ação individual, caracterizando-a como independente e proativa. A inspiração para termo vem da teoria schumpeteriana, descrevendo o empreendedor como um fator importante da economia. O empreendedor institucional, portanto, pode ser tanto uma organização como um indivíduo, entretanto a bibliografia é escassa quanto aos estudos sobre indivíduos como empresários individuais (AVRICHIR; CHUEKE, 2011).

Dessa forma, “os empreendedores institucionais podem ser definidos como atores que possuem interesses em determinados campos emergentes e são capazes de mobilizar recursos suficientes para criar uma nova instituição ou transformar uma já existente” (AVRICHIR; CHUEKE, 2011). Eles têm habilidade de construir campos ou reproduzi-los, através da capacidade de mobilizar as outras pessoas e formar uma coalizão política. Os empreendedores institucionais são forças importantes para o desenvolvimento econômico, pois trabalham na constituição das instituições de mercado (AVRICHIR; CHUEKE, 2011).

Avrichir e Chueke (2011) ressaltam que a bibliografia sobre o tema analisa quais são as condições que organização/indivíduos teriam maior probabilidade de se engajar em processos de mudança, uma vez que a posição social é um fator chave para o empreendedorismo e também contam interesse em empreender mudanças e possuir recursos suficientes para alterar a proposta dominante. Pessoas ou organizações com elevada posição social tendem a investir na manutenção do *status quo*, enquanto que organizações/indivíduos que ocupam posições menos centrais pouco têm a perder com mudanças e são menos privilegiados com os arranjos existentes. Dessa forma, é mais provável que a mudança parta de organizações que não ocupam posição central no campo e de indivíduos que não tenham elevado *status* social. Entendemos campo como:

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação *{situs}* atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc). (BOURDIEU, 1992, p. 60).

Avrichir e Chueke (2011) também analisam um estudo sobre empreendedorismo institucional feito pelos chineses Li, Feng e Jiang. Neste estudo, os chineses constroem conceitos para elucidar como os empresários institucionais atuam, eles assinalam que o empreendedor institucional é uma pessoa inovadora que desconstrói e ou cria instituições. O empreendedor institucional tem habilidades para lidar com agentes governamentais e com a opinião pública. Segundo os autores há quatro abordagens utilizadas pelos empresários institucionais:

1. Advocacia aberta: defesa pública de mudança de leis ou regulamentos, através de declarações na mídia, fóruns, etc.
2. Persuasão privada: argumentação privada junto aos tomadores de decisão.
3. Pleito de exceção: defesa de sua ideia como um caso especial e que deve ser tratada como um caso de exceção às regras.
4. Investimento *ex ante* com justificativa *ex post*: o empreendedor começa seu negócio desviando-se dos regulamentos, depois quando alcança o sucesso, gerando empregos e benefícios sociais, justifica sua ação anterior e tenta persuadir o governo a mudar regulamentos e regras para legitimar o seu comportamento (LI, FENG; JIANG⁶, *apud* AVRICHIR; CHUEKE, 2011).

O trabalho de Leca, Battilana e Boxenbaum (2009) analisa as publicações sobre os empresários institucionais desde 1988, no qual as autoras perceberam que houve crescente aumento na utilização do conceito. As autoras, ao sistematizarem a análise sobre o empreendedorismo institucional, procuram demonstrar a explicação como os atores se tornam empreendedores institucionais apesar da coerção das instituições. Alguns autores sugerem que os empresários institucionais tiveram condições favoráveis,

⁶ LI, D. D. ; FENG, J.; JIANG, H. Institutional entrepreneurs. *American Economic Association*, v. 96, n. 2, p. 358-362, 2006.

auxiliadas por conjunturas de crises, convulsões sociais, rupturas e discontinuidades que perturbam o consenso socialmente construído, contribuindo para a introdução de novas ideias. Outros estudos descreveram as características do campo que o empresário institucional se insere, para então entender quais campos são mais propícios à mudança, à heterogeneidade e à institucionalização e que facilitariam a ação do empreendedorismo institucional, bem como quais são as várias ordens institucionais ou alternativas que contribuiriam para a inovação. Concluíram que quanto mais heterogêneos forem os arranjos institucionais mais provável a existência de incompatibilidade e contradições, fatores considerados propícios para gerar mudanças.

Dorado⁷, citado por LECA, BATTIANA e BOXNBAUM (2009) desenvolveu uma tipologia que leva em conta o grau de heterogeneidade e o grau de institucionalização, na tentativa de determinar a extensão na qual os campos são susceptíveis de oferecer oportunidades para a ação, isto é, para o empreendedorismo institucional. Os campos organizacionais podem adotar uma das três formas dominantes: 1) Campos altamente institucionalizados ou isolados da potencial influência de outros campos e, conseqüentemente, de novas ideias, apresentam uma “oportunidade opaca”, o que significa que as suas características não preveem qualquer possibilidade de ação. 2) O campo de “oportunidade transparente” oferece uma série de oportunidades para a ação, são caracterizados pela coexistência de arranjos institucionais heterogêneos e um nível substancial de institucionalização. 3) O campo de “oportunidade nebulosa” caracterizado pela institucionalização mínima e por muitos modelos heterogêneos de práticas, pode oferecer oportunidades para a ação, mas elas são difícil compreensão porque os agentes têm de lidar com um ambiente altamente imprevisível.

Quadro 1- Campos de Oportunidade para o Empreendedorismo

Campo de "oportunidade opaca"	Campo de “oportunidade transparente”	Campo de “oportunidade nebulosa”
Altamente institucionalizado	Substancial nível de institucionalização	Baixa institucionalização
Isolado da influência de outros campos	Arranjos institucionais heterogêneos	Modelos heterogêneos de práticas

⁷ Dorado, S. 2005. Institutional entrepreneurship, partaking, and convening. *Organization Studies* 26(3): 383-413.

Não prevê possibilidade de ação	Oferecem uma série de oportunidades para a ação	Oferecem oportunidades para ação difíceis de ser entendidas
---------------------------------	---	---

Fonte: Dorado, citado por LECA, BATTIANA e BOXNBAUM (2009)

Leca, Battilana e Boxenbaum (2009) também apontam que a posição social do empreendedor institucional no campo é relevante, assim como foi analisado no trabalho de grau de Avrichir e Chueke (2011). A posição social desses atores é a chave que pode gerar impacto na percepção dos demais atores sociais, sendo assim, atores à margem do campo organizacional seriam mais propensos a agir como empresários institucionais, entretanto, encontram-se também empreendedores institucionais no centro do campo.

Alguns estudos ressaltam a importância das qualidades individuais dos empreendedores institucionais, que seriam pessoas socialmente habilidosas. De modo que, suas ações incorporam uma identidade coletiva, atendendo ao interesse de determinado grupo, ou seja, as habilidades sociais os distinguem, fazendo com que se sobressaiam perante os demais. Os empresários institucionais de sucesso tendem a ser atores com altos níveis de capital social⁸.

Os atores no centro do campo teriam a seu favor a autoridade formal, um recurso útil para os empreendedores institucionais. Autoridade formal refere-se a um ator legitimamente reconhecido com o direito de tomar decisões. A autoridade do Estado e a autoridade conferida pela posição oficial são autoridades formais, tal autoridade pode ajudar os empreendedores institucionais a promover o reconhecimento de seu discurso por outros atores.

Crouch (2005) se apropria do conceito para criticar o neoinstitucionalismo e enfatizar a ação individual na mudança. Considera que o neoinstitucionalismo cai em um determinismo das instituições, dessa forma os indivíduos mais parecem estar em uma gaiola de ferro onde nada podem fazer. Contra o determinismo neoinstitucional, Crouch pretendeu em seu livro fornecer uma base teórica para analisar como os atores sociais inovadores fazem algo semelhante para as instituições, ou seja, como o indivíduo também altera as instituições. Tais atores sociais, Crouch denomina de empresários institucionais, pois sua atuação através das instituições ocorre da mesma maneira que de um empresário comum diante de uma oportunidade de negócio. Eles procuram constantemente maneiras de fazer negócios e resolver questões que até então

⁸ Entendido como “[...] aspectos estruturais que facilitam o acesso a certos recursos (Coleman, 1988)”, ou ainda “... são os recursos mobilizados por um indivíduo em uma rede de relações em auxílio as suas próprias necessidades” (FIALHO, 2008, p.73).

foram impossíveis, utilizam elementos das instituições recombinao-os com formas incomuns em momentos oportunos, a fim de produzir mudanças. Crouch quer se apropriar do que considera um avanço realizado pela teoria – o fato das instituies restringirem a ao individual- e desenvolver uma teoria que possibilite a ao individual assim como a mudança institucional.

Consideramos, portanto, Joaquim Murinho um empresrio institucional, uma vez que ele ajudou a institucionalizar o campo da medicina homeopática, sanou as finanças do país e alterou a política em seu estado natal. Explicaremos por que Murinho foi um empresrio institucional na última seo desse trabalho, na próxima analisaremos os acontecimentos históricos, os quais atuaram os grupos oligárquicos.

3- Mato Grosso: configurações históricas e econômicas

Ao tratarmos da história de Mato Grosso passamos por questões pontuais, como o regionalismo, que tem sua gênese na Primeira República (CORRÊA, 2006). Embora o estado tivesse sido apenas um até 1977, havia ali duas histórias distintas, dois percursos diferentes percorridos pelo norte e pelo sul daquela região (BITTAR, 2009; NEVES, 2001). A diferenciação entre o norte e o sul causou impacto na própria interpretação da história dos estados, produzindo várias interpretações.

As interpretações da história mato-grossense e sul mato-grossense foram divididas por Bittar (2009) em quatro grupos, quais sejam: 1) As obras publicadas antes da divisão do estado em 1977, produzidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), de autoria de Virgílio Corrêa Filho, Estevão e Rubens de Mendonça, Generoso Ponce Filho, Nilo e Lenine Póvoas; 2) Obras publicadas também por este Instituto após a divisão do estado e de autoria de Paulo Coelho Machado, José Barbosa Rodrigues, Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães; 3) Obras cujos autores provinham da região sul e escreveram antes da divisão, tais como Oclécio Barbosa Martins, Emílio Garcia Barbosa, Pedro Ângelo da Rosa, Arlindo de Andrade, Melo e Silva, Miguel Palermo e Demóstenes Martins; 4) Pesquisas acadêmicas produzidas por Alisolete Weigartner e Jovam Vilela da Silva.

Bittar realizou essa divisão com foco na interpretação destes autores quanto ao divisionismo, no entanto, para o presente estudo se faz relevante nessas obras a relação entre as elites durante sua participação nos fatos históricos ocorridos entre 1892 e 1906 no estado de Mato Grosso, objetivo deste capítulo.

Deste modo, seguimos a organização da bibliografia proposta por Bittar, mas acrescentamos ou retiramos autores para melhor perfazer nosso objetivo, resultando na seguinte ordem:

- 1) Obras publicadas antes da divisão do estado ligadas ao IHGMT. Os trabalhos desse grupo são ricos e se caracterizam pelo ensaísmo, pela idealização dos personagens históricos. Alguns autores desconsideram dados que poderiam sugerir interpretações indesejadas, além de serem exaltadas determinadas informações. Não existe afastamento do objeto, as posições políticas estão claramente demarcadas e defendidas no desenrolar das obras. Os autores pertenciam à elite intelectual e por vezes estavam ligados e defendiam uma oligarquia. Segundo Bittar (2009), a produção feita pelo IHGMT ignora que

no sul do estado existiu de fato um “movimento divisionista” ou meros anseios pela divisão do estado. Utilizamos, deste grupo, as seguintes obras: *História de Mato Grosso* (1969) e *Joaquim Murtinho* (1951), de Virgílio Corrêa Filho; *Datas Mato-Grossenses* (1973), de Estevão de Mendonça; *História das Revoluções em Mato Grosso* (1970), de Rubens de Mendonça; *Generoso Ponce, um Chefe* (1952) e *O Menino Que Era Eu* (1967), de Generoso Ponce Filho; *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso* (1977), de Nilo Póvoas.

- 2) Obras escritas por autores do sul do estado após a divisão. Caracterizam-se por aumentar a dimensão do divisionismo (BITTAR, 2009) e são carregadas também de idealização dos personagens históricos do sul do estado, que foram ignorados pelas obras do IHGMT. Por esses autores tratarem da construção do estado de Mato Grosso do Sul e nosso objeto constituir-se das elites políticas do norte, utilizamos as obras que abordaram não exclusivamente a história do sul e do divisionismo, tais como *Taboco 150 anos – Balaio de Recordações* (1984), de Renato Alves Ribeiro; *Morro Azul Estórias Pantaneiras* (1993), de Aglay Trindade Nantes.
- 3) Obras escritas por autores do sul antes da divisão do estado, das quais utilizamos: *Nioaque Evolução Política e Revolução de Mato Grosso* (1896), de Miguel Ângelo Palermo; *Resenha Histórica de Mato Grosso* (1962), de Pedro Ângelo da Rosa; *Evolução Histórica do Sul de Mato Grosso* (2010) e *Mato Grosso, Terra de Promissão* (2010), de João Batista de Sousa; *Eduardo Olímpio Machado: O homem, o meio e seu tempo* (1976), de Antônio Lopes Lins.
- 4) Por fim, da heterogênea produção acadêmica sobre o Mato Grosso, composta em sua maioria por historiadores, utilizamos as seguintes publicações: *Regionalismo e divisionismo no sul do Mato Grosso* (2009), de Marisa Bittar, com foco no divisionismo; *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1890- 1940)* (2006), de Valmir Batista Corrêa, explicando o período através da ligação entre coronelismo e banditismo, ressaltando assim a violência; *Os vícios da República: Negócios e Poder na Passagem do Século XX* (1993), de Fernando Antonio Faria, obra sobre Joaquim Murtinho; *A Morte de Totó Paes: Política no Interior do Brasil* (2007), de Alfredo Mota Menezes; *Leões e Raposas na Política de Mato Grosso* (2001), de Maria Manuela

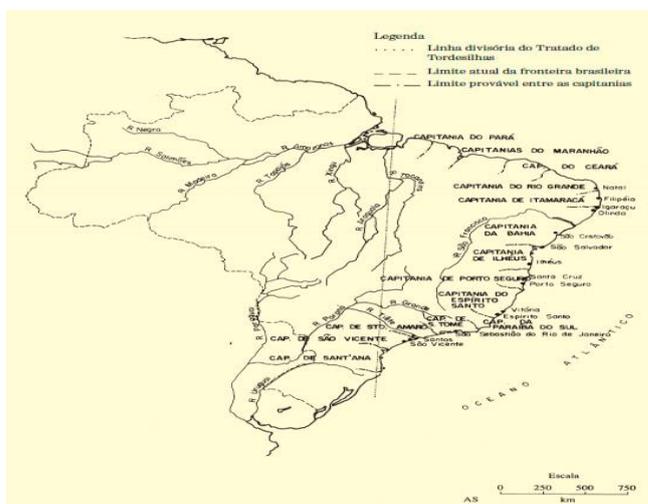
Renha de Novis Neves; *Joaquim Murtinho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902)* (2010), de Paulo Roberto Cimó Queiroz; *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República*, de João E. A. Fanaia.

Para trabalhar a trajetória histórica de 1892 a 1906, faz-se necessário apontar o panorama anterior da região, demonstrando quais eram as condições em que Mato Grosso se encontrava até a Proclamação da República. Para isso, primeiramente abordamos pontos como o povoamento da região e as importantes mudanças históricas e econômicas. No capítulo seguinte, tratamos dos fatos históricos de 1892 a 1906, passando pelas principais práticas políticas das elites: as Disputas Oligárquicas de 1892, 1899 e 1906.

3.1- Povoamento e Ciclos Econômicos

O Tratado de Tordesilhas de 1494 delimitava que as terras a leste do Novo Mundo pertenciam à Coroa Portuguesa e a oeste à Coroa Espanhola, assim, a maior parte do atual território brasileiro pertencia à Espanha. A conquista do oeste brasileiro se deu através da figura do bandeirante, que ao descobrir “produtos” que os interessava, provocaram o povoamento de grandes porções de terras – como os estados do Amazonas, Mato Grosso e Goiás.

Figura 2- Mapa do Tratado de Tordesilhas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014

O desbravamento do oeste feito pelos bandeirantes tinha a finalidade de explorar as riquezas naturais. Nestes percursos, deparavam-se com os espanhóis, na comum tentativa de acabar com as povoações e fixar seus povoados. Como exemplos de tais ações figuram a destruição do povoado espanhol Santiago Xerez (RIBEIRO, 2010), e o destacamento português da Colônia Militar do Iguatemi, ambos localizados no atual estado do Mato Grosso do Sul.

Contudo, o grupo que mais se opôs à conquista para oeste foram os índios, que habitavam as terras muito antes da chegada imigratória. Os grupos indígenas eram muitos e se compunham de várias etnias, dentre elas, os itatins, xanés, guaxis, guaicurús, laianos, quinquinas, terenas, guató, paiaguás, coxiponés (RIBEIRO, 2010, p.21). O homem branco chegou tempos depois, o primeiro que se sabe foi Pedro Aleixo em 1525, subindo o rio Paraná e o Paraguai alcançando a Bolívia.

O interesse do homem branco pelo oeste aumentou depois da descoberta de ouro e prata pelos exploradores espanhóis. Os bandeirantes faziam incursões com objetivo de apreender índios, em uma destas expedições, a bandeira do sorocabano Pascoal Moreira Cabral descobriu ao acaso o ouro de aluvião, na região próxima ao rio Coxipó (CORRÊA FILHO, 1969). Para explorar o ouro encontrado, em 1719 foi fundada a cidade de Cuiabá, e elevada a Vila Real em 1727⁹.

Além das terras ao norte os portugueses também incorporaram as terras mais ao sul, a fim de demarcar a fronteira com a Espanha. Dessa forma, a capitania de Mato Grosso compreendia um grande território, que necessitava de população para fazer frente aos espanhóis. “Essa região sul da capitania cumpriu, então, a função de anteparo às investidas castelhanas e às correrias indígenas, assim como por longo período foi apenas área de passagem de monções e tropeiros com destinos aos centros mineradores” (CORRÊA, 2006, p.58).

As primeiras levas populacionais, formadas por paulistas e portugueses, dirigiam-se para o norte para extrair o ouro. Várias bandeiras fixaram-se em Cuiabá, o primeiro grupo de pessoas chegou em 1720, através da rota das monções¹⁰ (CORRÊA FILHO, 1969). Dessa época remontam a chegada de tradicionais famílias mato-

⁹ O Mato Grosso só se tornou uma capitania em 1748, desmembrado seu território de São Paulo. Cuiabá se tornou capital da província em 1835, anteriormente a capital era Vila Bela, fronteira com a Bolívia (MENDONÇA, 1973).

¹⁰ A rota das monções era feita por três estados, começava no rio Tietê, em seguida no rio Paraná, em São Paulo; no Mato Grosso do Sul subiam o rio Pardo, depois o caminho era feito a cavalo - frequentemente lutava-se com os índios caiapós ou paiaguás – seguia-se no rio Coxim, no rio Taquari, para finalmente entrar no rio Cuiabá, em Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1969).

grossenses, como membros da família Ponce que chegaram em meados de 1700, vindos de São Paulo (PONCE FILHO, 1952, p. XXIV) e o bandeirante sorocabano Miguel Sutil; a tradicional família paulista Paes de Barros instalou-se em Cuiabá em 1731; um pouco mais tarde, a família de Antônio Maria Coelho, de origem portuguesa, chegou por volta de 1800 (MENDONÇA, 1973, p.70), além de outras diversas famílias de mesma origem como os Cavassa, Pereira Leite, Montenegro, Moreira Freire, Oliveira etc.

Devido à atividade econômica proveniente da exploração do ouro, o fluxo de pessoas seguia para o norte, enquanto o sul permanecia habitado quase que exclusivamente pelos indígenas. Mendonça (1973) destaca a relevância do presidente da capitania Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres para manutenção das terras ao sul.

O capitão-general Cáceres promoveu o povoamento e conseguiu mais terras para o Brasil, sendo chamado pelos espanhóis de “o mais ambicioso dos governadores portugueses” (MENDONÇA, 1973, p.315). Cáceres assumiu o governo da capitania em 1772 e permaneceu neste posto por 17 anos, período em que criou presídios, destacamentos e colônias, a fim de povoar o extenso território. Ordenou que atacassem os índios bororo, que resistiam às monções, e mandou ocupar a margem direita do rio Paraguai, fundando ali, fundando ali a cidade de Corumbá¹¹ e Cáceres¹², como medida de retaliação ao desrespeito aos tratados por parte dos castelhanos. O capitão-general igualmente fundou, em 1775, no rio Paraguai, o Forte Coimbra, principal proteção do estado frente aos vizinhos espanhóis e paraguaios durante a Guerra do Paraguai.

No início do século XIX, a chegada de contingentes populacionais diminuiu, devido ao esgotamento do ouro de aluvião cuiabano. Os paulistas que não retornaram para sua terra natal ficaram em Cuiabá, Diamantino, Livramento, Poconé e Cáceres, todas cidades localizadas ao norte do estado. Começaram então outras atividades, como a agricultura de subsistência, as lavouras de cana no rio Cuiabá e a criação de gado em Poconé e Cáceres, mesmo as terras do norte não sendo propícias para criação de gado, praticada desde 1737¹³ (FANAIA, 2010).

Os criadores descem ao sul do estado durante o Império, entre os anos de 1820 e 1830 (RIBEIRO, 2010, p.43). Numerosas famílias dirigiram-se, com seu gado, para o

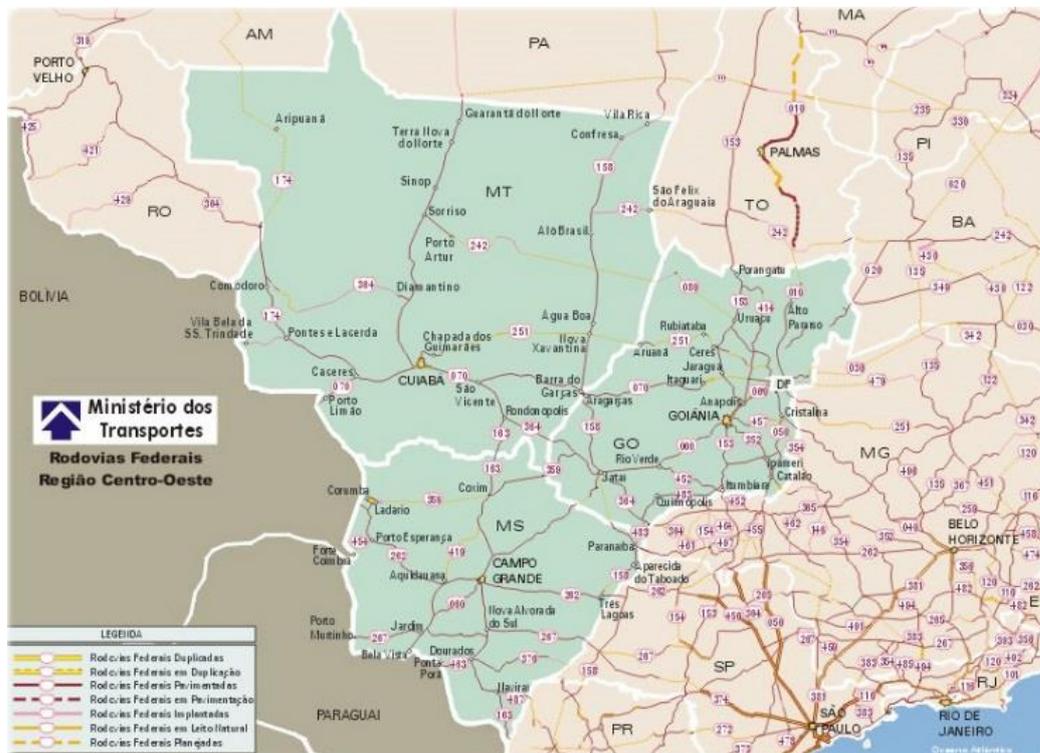
¹¹ Atualmente localizada no estado de Mato Grosso do Sul.

¹² Localizada no estado de Mato Grosso.

¹³ A entrada do boi em Mato Grosso ocorreu pelo oeste através do rio São Francisco desde final do século XVIII (BITTAR, 2009, p.44).

pantanal: os Alves de Arruda, Alves de Barros e os Ferraz se instalam na região de Porto Murinho; os Alves Corrêa e os Albuquerque foram para Miranda; os Gomes da Silva e os Barros ficaram em Nhecolândia; os Rondon vão para o rio Negro (RIBEIRO, 2010).

Figura 3- Mapa Centro- Oeste brasileiro



Fonte: Brasil, 2014

Desta forma, a entrada da criação bovina no sul de Mato Grosso ocorreu pelo norte e também pelo oeste. Paulistas e mineiros adentravam o estado pelo triângulo mineiro, atravessando o rio Paranaíba e fixando-se em Santana do Paranaíba, porta de entrada para o povoamento do sul do estado. Somou-se a estes grupos as “comitivas gaúchas”, que desde 1840 dirigiam-se para Ponta Porã e vinham sem rebanho.

Com o término da guerra do Paraguai, os gaúchos levaram a notícia de existir no sul Mato Grosso campos para criação de gado e erva-mate nativa. O contingente populacional aumentou partir de 1895 que, com o fim da Revolução Federalista, buscavam refúgio partindo com suas famílias para ocupar as terras devolutas e criar gado.

Figura 4- Mato Grosso do Sul



Fonte: Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, 2014

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi vivenciada intensamente pela província, palco da invasão das forças paraguaias. Solano Lopez planejava uma guerra rápida e, com objetivo de mudar o equilíbrio na bacia do Prata, invadiu o Brasil em dezembro de 1864. A invasão iniciou-se no Mato Grosso por ser a província mais fraca, mais isolada e indefesa do país¹⁴.

Escolhido o alvo mais fácil, o Paraguai invadiu o Brasil por terra e por água na província de Mato Grosso, almejando alcançar a capital Cuiabá. A expedição fluvial dirigiu-se para atacar o Forte Coimbra, lá chegando em 26 de dezembro de 1864. Na manhã seguinte intimaram os brasileiros a renderem-se, o que não ocorreu. Os invasores, então, atacaram¹⁵.

Enquanto isso, pelo rio Paraguai, na região de Corumbá, uma expedição terrestre paraguaia atacava mais ao sul. Isidoro Resquim comandava a expedição composta por

¹⁴ Na época a província necessitava de 3879 homens para defesa, e só contava com 875 efetivos do Exército; a Marinha dispunha de seis vapores, que não podiam ser considerados de guerra, e sim de transporte, única defesa do estado era o Forte Coimbra. Os paraguaios espiavam a província desde 1862, fizeram expedições de reconhecimento do território (DORATIOTO, 2002).

¹⁵ Nesse combate morreram 200 paraguaios; o coronel brasileiro Portocarrero ordenou que evacuassem o forte Coimbra por não terem mais munição. Em 1º de janeiro de 1865 foi ocupado Albuquerque, e no dia 4 do mesmo mês Corumbá. A invasão restringiu-se ao sul da província, as forças paraguaias não chegaram a capital (DORATIOTO, 2002).

3500 homens, que se dividiu em duas colunas: uma comandada por Resquim e outra pelo capitão Urbietta. A coluna de Resquim invadiu a Colônia Militar de Miranda, os moradores haviam fugido e os índios lutaram contra os paraguaios, sem sucesso. Em 2 de janeiro de 1865, ocuparam Nioaque, já que os moradores também haviam fugido e a cidade incendiada duas vezes (PALERMO, 2010). A outra coluna, de competência do capitão Urbietta, atacou a Colônia Militar de Dourados, defendida à época por apenas 18 soldados, entre eles o tenente brasileiro Antônio João que, mesmo sabendo da chegada dos paraguaios, não fugiu e morreu em combate¹⁶.

Quando o Paraguai ocupou o Mato Grosso, a navegação do rio Paraguai foi interrompida, deixando a província ainda mais isolada.¹⁷ Como resultado deste isolamento houve risco de fome e a ausência de correspondências, que sem telégrafos, demoravam mais de um ano para chegar. O Brasil então preparou medidas de resistência, em 1866 uma expedição saiu do Rio de Janeiro, por terra, até o Mato Grosso, a fim de atacar o Paraguai pelo norte. Os brasileiros conseguiram chegar ao Paraguai em abril de 1867, mas estavam exaustos, com fome, doentes e faltava-lhes munição, desta forma, quase vencidos, decidiram se retirar em 07 de maio. Perseguidos pelos paraguaios, poucos sobreviveram e o episódio ficou conhecido como Retirada da Laguna (ROSA, 1962, p.13).

Depois de ter invadido o sul de Mato Grosso, e os paraguaios terem causado mortes, estupros, roubos, aprisionado brasileiros e portugueses em Assunção¹⁸, o Brasil conseguiu no estado uma vitória. Em fevereiro de 1867, o presidente da província Couto de Magalhães, cansado da presença paraguaia, aceitou o plano do capitão Antônio Maria Coelho e, contrariando seus superiores, comissionou Antônio Maria ao posto de coronel para um ataque surpresa a Corumbá, o que resultou na retomada da cidade pelas forças brasileiras em 13 de junho de 1867. A ocupação no estado terminou em fevereiro de 1868, quando os brasileiros chegaram a Assunção e Solano Lopez ordenou a retirada do estado (DORATIOTO, 2002). As operações em Mato Grosso foram secundárias e não influenciaram no resultado da guerra (CORRÊA, 2006).

¹⁶ Os paraguaios se apossaram de 50 canhões brasileiros, o que suprimiu quase todas suas necessidades da guerra, Solano Lopez preocupado em invadir o Rio Grande do Sul, diminui o número de homens no Mato Grosso (DORATIOTO, 2002).

¹⁷ A comunicação com Rio de Janeiro só foi reestabelecida em 4 de fevereiro 1869, depois da ocupação brasileira em Assunção, quando chegaram vapores da Marinha Imperial em Cuiabá. Houve grandes comemorações na cidade (DORATIOTO, 2002, p.130).

¹⁸ Os brasileiros também infringiram humilhações aos paraguaios.

Com o término da guerra foi liberada a navegação no rio Paraguai e todo o estado se alterou, principalmente a cidade de Corumbá, que voltou a ter o porto mais importante do estado e sofrer influência da região do Prata. Corumbá estava – assim como todo estado – muito mais próximo dos países platinos do que do próprio Brasil, pois os problemas de comunicação e transporte lentamente se solucionavam.

Corrêa Filho (1969) pontua que a abertura do rio Paraguai possibilitou a entrada de imigrantes na região, recebendo italianos, franceses, uruguaios e argentinos – os dois últimos em menor número. Em 1892, Corumbá contava com a Sociedade Italiana de Beneficência (MENDONÇA, 1973, p.224), além de imigrantes de outros países, estrangeiros de grande importância política e econômica, como o inglês e almirante, Augusto Leverger, barão de Melgaço, e a família Müller e Josetti, descendentes de alemães (CORRÊA FILHO, 1951, p.8). Encontramos também um grande número de pessoas vindas da Bahia, como José Antônio Murтинho, pai de Joaquim Murтинho, as famílias Novis, Santos Machado, Souza Nobre, Calhau também descendentes de baianos (CORRÊA FILHO, 1951, p.8). Os baianos destacaram-se na política do sul do estado como, por exemplo, João Batista de Souza, Eduardo Olímpio Machado e o médico e político Dormevil José dos Santos Malhado.

Outra mudança que o fim da guerra trouxe foi no cenário econômico de Mato Grosso. Houve abertura para investimentos estrangeiros no setor agropecuário importador/exportador (caso das casas comerciais de Ponce em todo o estado), para compra de terra por estrangeiros, abriram-se filiais de casas comerciais em Corumbá e surgiram as primeiras casas bancárias (como o Banco Rio e Mato Grosso criados pela família Murтинho). Assim, a economia foi dinamizada e os vínculos comerciais com estrangeiros, estreitados.

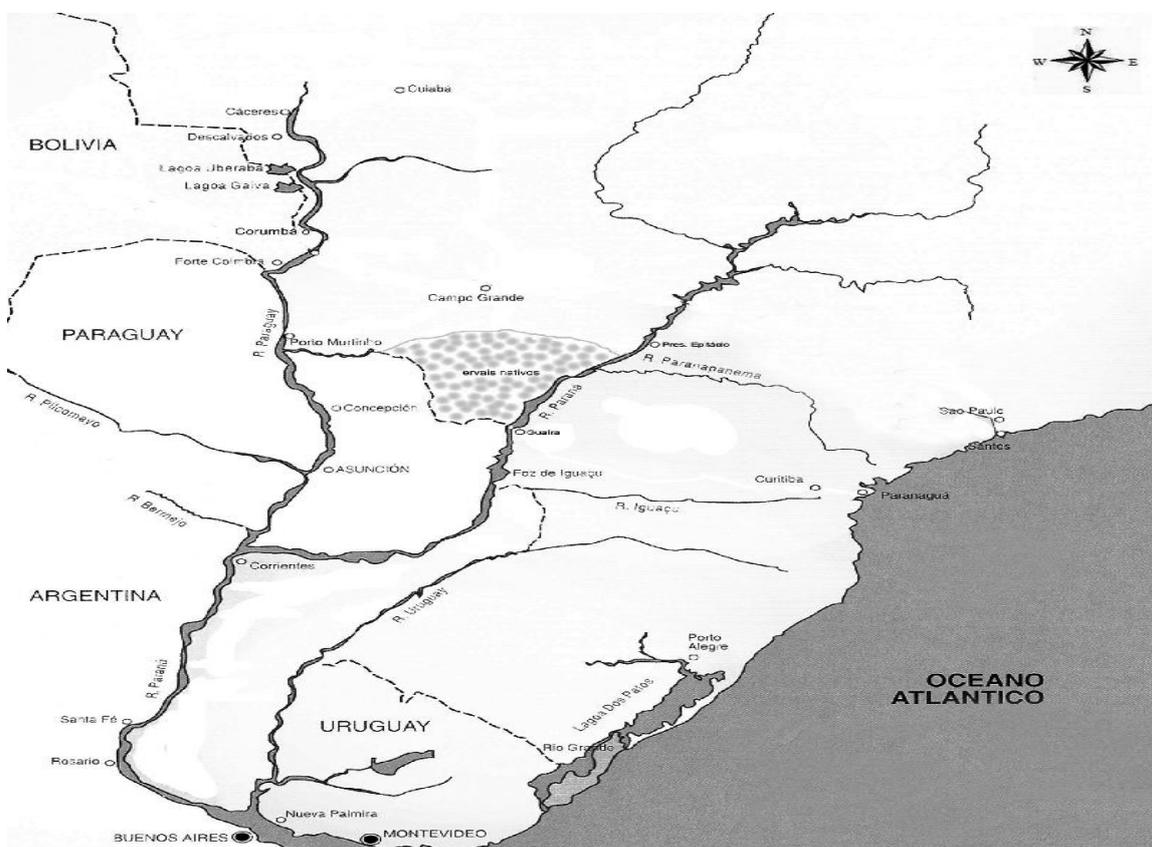
A partir do final da guerra inicia-se o povoamento sistemático do sul do estado o que leva à criação de novas cidades: Campo Grande em 1899, Porto Murтинho em 1911 e Ponta Porã em 1912. Além dos criadores de gado que vieram para sul e dos imigrantes que chegaram pelo rio Paraguai, também estimulou o povoamento a criação da Companhia Mate Laranjeira.

A Companhia tem uma história complexa, que remonta ao período do Império. O mate sempre foi utilizado pelos índios guaranis, bem como nas missões jesuíticas no Paraguai (CORRÊA FILHO, 1925). Os ervais nativos localizavam-se no sul de Mato Grosso, como podemos notar na figura 5. Sua exploração foi oficializada depois da guerra, após demarcação das fronteiras. A comissão demarcatória foi chefiada pelo

coronel Rufino Enéias Gustavo Galvão, cujo período estendeu-se de 12 de agosto de 1872 a 24 de outubro de 1874. Acompanharam a comissão dois gaúchos, Thomas Laranjeira e Ernesto Paiva, que fornecia aos oficiais sua alimentação. Thomas, observando os ervais nativos, apoderou-se das terras na extensão de Ponta Porã a Bela Vista e, com a ajuda de alguns conterrâneos, começou explorar a erva-mate. Em 1882, Thomas obtém licença para explorar as terras devolutas no sul do estado.

A erva-mate foi o principal produto da economia do estado na primeira República, período que apresentou maior dinamismo se comparado com o Império. Segundo Neves (2001), de 1870 a 1890 houve significativa redução nas exportações, época em que o Mato Grosso era sustentado pelos financiamentos do governo central. Já nos anos de 1890 a 1914, ocorreu a ascensão do extrativismo, tais como borracha, erva-mate, ipecacuanha. Entretanto, a economia ainda era muito restrita, conforme Menezes (2007), os empregos nas cidades restringiam-se aos cargos públicos. Durante anos de 1914 a 1930 ocorreram alterações na economia da região, segundo Neves (2001), o período marca o declínio da comercialização de produtos extrativos e desenvolvimento da pecuária e seus derivados.

Figura 5- Ervais do sul de Mato Grosso



Fonte: Figura – Vias de comunicação na bacia platina (adaptada de Los rios nos unem, Bogotá: CAF, 1998) (QUEIROZ, 2010)

A mudança na configuração econômica ocorrida durante a Primeira República, com a queda da exploração da erva-mate e a ascensão da pecuária, ensejou futuras disputas entre o norte e o sul do estado. Enquanto os ciclos mais curtos, do ouro e da borracha¹⁹, se localizavam ao norte do estado, os mais duradouros e geradores de maior riqueza, como da erva-mate e da pecuária, encontravam-se no sul. Tal desequilíbrio do dinamismo econômico no estado deu suporte para que reivindicações acerca da divisão de Mato Grosso fosse suscitada pelos sulistas a partir da década de 1930, e concretizada em 1977.

A gênese do divisionismo é debatida na literatura. Para Corrêa (2006), na Primeira República nasce o separatismo, pois os coronéis do sul vendo a quão acirrada era a disputa entre os coronéis do norte, decidiram não entrar na competição e passaram a fomentar a ideia da criação de um estado somente para seu mando. Neves (2001) afirma que havia duas regiões já separadas antes da divisão de fato ocorrer. Entretanto, para Bittar (2009) o regionalismo, ou seja, a diferenciação entre as duas regiões, sempre existiu, mas o divisionismo não era forte na República, a autora argumenta que existia um anseio pela divisão, mas ele era ambíguo, fraco e com líderes contraditórios que mais se ocupavam da defesa de questões pessoais.

Portanto, o Mato Grosso, que vinha sendo progressivamente povoado, havia passado por transformações decorridas da Guerra do Paraguai e, na Primeira República, tinha como cenário uma economia mais dinâmica que na época do Império, embora ainda restrita e a depender dos repasses federais. Mesmo com aumento do contingente populacional, a população ainda era pequena, em 1888 o enorme território não chegava a ter 80 mil habitantes (CORRÊA FILHO, 1969, p.581).

3.2- Primeira República em Mato Grosso.

O Império gozava de popularidade em Mato Grosso, mesmo contando com a existência de grupos favoráveis à República (CORRÊA FILHO, 1969). Os mato-

¹⁹ A borracha era extraída da Amazônia, encontrada no norte do estado de Mato Grosso. A extração do látex se inicia em 1827, aumentando em 1895. A partir de 1878 a 1910, o Brasil controla a extração da borracha, feita nos estados do Amazonas, Pará, Acre e Mato Grosso, mas no último estado por possuir menor terras da floresta Amazônica produzia menos. Em 1914 o sudeste asiático supera todos países na produção, inunda o mercado e os preços despencam (CARONE, 1970).

grossenses deram provas de aceitação à Monarquia, e este assentimento era maximizado pelos constantes problemas advindos da precária comunicação, em que as notícias demoravam no mínimo um mês para chegar. Sob esta perspectiva, em 02 de dezembro de 1889, a Assembleia provincial aprovou unanimemente uma moção de congratulações à família real, dia também de festejos em comemoração ao aniversário de Dom Pedro II.

A configuração política no estado nos anos finais do Império era de predominância do Partido Liberal em detrimento do Partido Conservador. Em seus momentos finais, ocorreria ainda, em 31 de outubro de 1889, a última eleição do antigo regime (A PROVÍNCIA, 1889). O Partido Liberal deveria indicar nomes para a lista tríplice do Senado Imperial, devido a vacância provocada pelo falecimento do almirante Delamare.

O Partido Liberal, chefiado por Generoso Ponce, discutia sobre a indicação de possíveis nomes e dentre eles estavam: o comendador Firmo de Matos, o ex-presidente da província Gaudie Ley, o médico Joaquim Murtinho e o militar Antônio Maria Coelho. Durante o processo de escolha, Antônio Azeredo, membro do partido, defendeu “o nome do Dr. Joaquim Murtinho porque é de um dos moços de mais talento que o Brasil possui e um dos caracteres mais independentes que conheço e capaz de levantar a nossa província” (PONCE FILHO, 1952, p.59). Diante do exposto, o partido escolheu Joaquim Murtinho ao invés de Antônio Maria Coelho.

Realizadas as eleições de outubro de 1889, o Partido Liberal foi o vencedor em Mato Grosso, oferecendo um baile comemorativo a Generoso Ponce. A comemoração, ocorrida na casa do capitão João B. O. Sobrinho no dia 08 de dezembro de 1889, foi ocasião de saudação a Dom Pedro II (MENDONÇA, 1973, p.300).

O baile foi, antes de tudo, uma demonstração de força e prestígio dos liberais frente ao declínio dos conservadores e uma mostra do vigor das instituições monárquicas em Mato Grosso. Cerca de uma hora após o término da reunião cívica, tomou-se conhecimento da queda do Império [...] (FARIA, 1993, p.197)

A maioria dos mato-grossenses não considerava a substituição da Monarquia pela República algo urgente (CORRÊA FILHO, 1969). Esta urgência vinha da parte dos republicanos históricos e dos militares, causada por uma somatória de fatores como, por exemplo, as tendências federalistas, o movimento republicano, a crise religiosa, a questão militar, o problema servil, a sucessão imperial, o predomínio de uma

aristocracia decadente, a ascensão de novas oligarquias, a crescente urbanização e a lenta renovação das instituições do Império (CARONE, 1977).

Dos fatores citados, Cardoso (2006) aponta a questão militar como a mais significativa para o processo, pois dela resulta o apoio militar à República. Os militares já faziam críticas ao regime acerca da corrupção e “politicagem”, e passaram a constatar que o Império não atendia seus anseios, pois desde a Guerra do Paraguai tomaram consciência de sua importância, fazendo nascer um sentimento de pertencimento a uma classe privilegiada. “O *esprit de corps* militar surgia através de uma espécie de fusão mística entre a corporação e a pátria. Para que ela se objetivasse, entretanto, faltava a substância transfigurada que lhe daria contorno real: um Estado Reformado” (CARDOSO, 2006, p.32). Assim, para os militares era necessária uma mudança, que significava o fim da Monarquia. A questão militar foi “[...] a manifestação política [...] de oficiais em defesa de sua corporação [...]” (CARDOSO, 2006, p.33); tal manifestação eclodiu em 1887.

Além da perda de apoio por parte dos militares, houve nos anos finais a decomposição da ordem senhorial e escravocrata. Cardoso (2006) assinala que desde o fim do tráfico negreiro, com a imigração e expansão do café dos anos 1870, a dinâmica econômica se assentou em outras forças. Esta mudança econômica, de acordo com Queiroz (1976), formou duas zonas distintas: uma ligada ao trabalho escravo, que se representava no Império e outra ligada ao trabalho assalariado e representada pela nova ordem.

Desta forma, as zonas ligadas ao trabalho escravo e representadas pela Monarquia eram compostas pelo Nordeste e pelo Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. O Nordeste, inicialmente rico, possuía muitos escravos que, com a mudança do eixo econômico para o Sudeste, passou a vendê-los a altos preços após a proibição do tráfico negreiro. Estes escravos eram comprados pelos ricos fazendeiros do Vale do Paraíba, entretanto, a partir da década de 1870 começou a se processar a decadência desta região, concretizada em 1888 com a abolição dos escravos.

Durante o processo de empobrecimento do Nordeste e do Vale do Paraíba, os fazendeiros do oeste paulista vivenciaram uma trajetória diferente. Os paulistas, ao contrário dos cafeicultores do Vale do Paraíba, não tinham como comprar escravos. Além da proibição do tráfico negreiro, o que encarecia os escravos no país, as lavouras de café levavam de 5 a 6 anos para dar lucro. Diante desse panorama, os paulistas solucionam esses problemas promovendo eles mesmos a vinda de mão de obra

estrangeira; a província de São Paulo só tomou para si a assistência ao colono a partir da lei de 1884. Dessa forma, a abolição passou a afetar exclusivamente o Nordeste e o Vale do Paraíba, pois os paulistas já utilizavam mão de obra assalariada.

Erguendo-se uma nova região produtiva (São Paulo) e não figurando seus representantes, de maneira satisfatória, no governo que continuava nas mãos dos representantes de regiões anteriores e decadentes (Nordeste e Vale do Paraíba-RJ), o resultado foi a República (QUEIROZ,1976, p. 131).

Logo, para a autora este processo decorreu das novas forças econômicas que se levantaram, enquanto o Rio de Janeiro estava estagnado, São Paulo despontou na economia nacional e necessitava da preponderância política. A mudança da configuração econômica fez com que os fazendeiros paulistas almejassem representação política. No entanto, o regime acabou perdendo o apoio dos proprietários de terra em geral.

Donos de terra de ambos estados clamavam pela descentralização política. Os senhores rurais reivindicaram a eletividade dos presidentes de província, que eram indicados pelo imperador a qualquer momento, o que gerava a probabilidade do grupo da situação passar rapidamente para oposição, dependendo de quem assumisse o governo estadual. Os senhores de terra lutavam por autonomia política em relação ao centro, o que representava o direito de ter um “seguro processo de eleição do presidente da província pela elite política da região” (ABRUCIO,1998, p.34).

Assim, os militares, os fazendeiros e os republicanos apoiavam a queda do Império, de modo que a feitura da República decorreu da união de forças entre civis republicanos e militares. A articulação para proclamação foi feita no Exército pelos jovens oficiais apartados dos soldados e com pouca comunicação com oficiais superiores; a Corporação Militar aderiu devido à participação de Deodoro da Fonseca, dos esforços de Benjamim Constant e Floriano Peixoto. Os militares fizeram uma parada militar no dia 15 de novembro na Praça da Aclamação, que pareceu apenas um movimento superficial e, como relatou Aristides Lobo, o povo assistiu a tudo bestializado (CARVALHO, 1987). Deodoro da Fonseca assumiu o Governo Provisório, o novo chefe do governo era de uma família tradicional alagoana, conservador e amigo do imperador até as vésperas da República (CARDOSO, 2006).

Após proclamada a República no Rio de Janeiro, nos demais estados a transição aconteceu de forma pacífica, posteriormente porém, ocorreram processos violentos de

disputa pelo poder entre as oligarquias (CARONE, 1977). No Mato Grosso houve maciça adesão à República, as oligarquias viram a mudança como oportunidade de permanecer no poder (CORRÊA, 2006) ou de ascender, no caso das que tiveram suas pretensões políticas frustradas durante o Império (FARIA, 1993). Os mato-grossenses receberam a notícia com otimismo, porque o estado era tratado com descaso pelo poder central, visto somente como terra de exílio (PONCE FILHO, 1952).

A aceitação ao novo regime no Mato Grosso se deu pela chance de obter preponderância política por parte das oligarquias, e também pela simpatia aos ideais republicanos. O ideário do novo regime estava presente desde a Regência, quer seja na Sociedade Zelosos da Independência, fundada em 12 de agosto de 1833, que tinha ideais políticos republicanos (MENDONÇA, 1973, p.32), ou nos acontecimentos de 1834 “[...]quando os nativistas da Rusga apregoavam as suas ideias, ainda confusas, de federalismo e república” (CORRÊA FILHO, 1969, p.581).²⁰

As aspirações republicanas também se manifestaram através de jornais, o jornal A República fundado em 1883, conforme Corrêa Filho, imitava o que acontecia na corte e não se diferenciava dos jornais da oposição, a não ser por transcrever com maior frequência os artigos republicanos cariocas; teve curta duração.

Figura 6- Comemoração da Proclamação da República no Arsenal



Fonte: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO, 1889.

²⁰ A Rusga foi um movimento nativista contra os portugueses ocorrido em 1834, quando foram mortos portugueses no estado, entre eles o avô materno de Joaquim Murtinho, Joaquim Duarte Pinheiro.

Além do republicanismo, também encontramos na província o movimento abolicionista representado por diversas associações como a Sociedade Emancipadora Mato-grossense fundada em 1782, que libertava os escravos; a Sociedade Abolicionista de Mato Grosso fundada em 1883 na cidade de Cuiabá; e a Sociedade Treze de Junho presidida por Francisco Corrêa da Costa Sobrinho²¹.

Mesmo que as ideias republicanas encontrassem algum espaço, havia no estado poucos republicanos (PONCE FILHO, 1952, p.61). O primeiro Partido Republicano foi fundado somente em 1888²², resultado da união dos lesados pela abolição com alguns jovens republicanos (CORRÊA FILHO, 1969), que refletiu apenas o movimento pré-republicano (NEVES, 2001). O partido era incipiente na chegada da República, Ponce Filho (1952) o chama de facção e não de partido, pontua que faltava organização e número de pessoas, tanto que nas últimas eleições imperiais seus votos contaram para o Partido Liberal.

Assim, a República se iniciou no Mato Grosso com poucos republicanos e um fraco partido. No Rio de Janeiro, o Governo Provisório nomeou militares para governar os estados²³, para Mato Grosso foi designado o general Antônio Maria Coelho. O general gozava do prestígio de ter tido a iniciativa na retomada de Corumbá das forças paraguaias, mas foi considerado inapropriado por seus companheiros do partido Liberal na indicação da lista tríplice do Senado Imperial. De modo que, naquela sociedade marcada pela guerra o “[...] grande prestígio da classe militar confirmou-se com a própria indicação de Maria Coelho que, contrariamente, se chocava com os interesses de parte considerável do coronelismo regional” (CORRÊA,2006, p.87).

A indicação de Antônio Maria é vista de maneira controversa pela literatura. Corrêa Filho (1951, p.53) pontua que Joaquim Murtinho indicou o general, e o próprio Murtinho assumiu sua participação através das cartas que escrevia aos Ministros do Estado do Interior e de Estrangeiros (FARIA, 1993, p.202). Contudo, Faria (1993, p.

²¹ O movimento abolicionista também contava com outras representações como o vigário Fleury de Santana de Paranaíba, que mediu a libertação de centenas de escravos antes de 1885 (Mendonça, 1973 , p.50); em Corumbá, o coronel João Antônio Rodrigues, gaúcho e abolicionista criou em 1888 o jornal O Escravo (Mendonça, 1973, p.71); em Cuiabá, José Maria Velasco, republicano e abolicionista, dirigiu o jornal N’O Povo, onde combateu a escravidão (Mendonça, 1973, p.179); na mesma cidade, o bispo paulista José Antônio dos Reis fazia propaganda abolicionista e entregou em 25 de março de 1872 carta de alforria a 62 escravos (Mendonça, 1973, p.204).

²² Em 12 de agosto de 1888 assinam o manifesto republicano: José da Silva Rondon, Pedro Leite de Osório, José Paes de Barros, Pedro Cerqueira Caldas, Manuel Francisco Ferreira Mendes, Firmo Rodrigues Mendes (SOUZA, 2010, p. 100).

²³ Exceto em São Paulo e Minas Gerais - nos estados da Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso eles não conseguiram se sustentar.

198) esclarece que a escolha do general se deve ao fato dele ser o oficial mais graduado na província, ainda que de passagem, inspecionando tropas.

Antônio Maria assumiu o governo estadual em 09 de dezembro de 1889. O presidente do estado aglutinou em torno de si, num primeiro momento, os antigos conservadores e liberais; ambos o apoiaram com objetivo de participar do governo – os primeiros por estarem fora do jogo político no Império, e os segundos para se manterem no poder. Foram distribuídos cargos para os dois grupos, entretanto, Antônio Maria não havia esquecido a sua não indicação para o Senado Imperial.

Como o Partido Republicano criado em 1888 era frágil, havia a necessidade de um partido que comportasse a nova situação. A estrutura partidária em Mato Grosso era diferente da situação de alguns estados, como por exemplo de São Paulo, com o Partido Republicano Paulista (PRP). Este partido já estava organizado desde o Império²⁴ e participou tanto da propaganda republicana como na queda do regime e principalmente na condução da política nacional na República. Assim, enquanto o PRP era forte e relativamente coeso, o republicanismo dos partidos mato-grossenses era frágil, fragmentado, cheio de disputas e baseado em lideranças pessoais.

Nesse sentido, visando resolver o problema da fragilidade do Partido Republicano, Antônio Maria convidou os chefes locais para formarem o Partido Nacional em 26 de dezembro 1889. Em Nioaque, sul do estado, o governador recomendou a um aliado, o coronel João da Silva Barbosa, que criasse o partido na cidade. O coronel Barbosa, então, torna-se o mandão político, com o apoio de Antônio Maria, influenciando as eleições²⁵.

Na capital do estado, Cuiabá, a proposta do partido era congregar os dois grupos – antigos conservadores e liberais – mas o governador preferiu privilegiar os antigos conservadores²⁶, uma vez que verificou-se durante as reuniões do partido que não eram aceitas as propostas dos antigos liberais, e sim apenas as dos conservadores: “Os antigos liberais compreendem aos poucos que os conservadores, pelos chefes mais habilidosos, influenciam o velho general contra êles, aproveitando-se do ressentimento dêste contra

²⁴ Partido fundado durante a Convenção de Itu no dia 18 de abril 1873.

²⁵ Segundo Palermo (2010, p.48), o coronel Barbosa esqueceu de comandar o 7º Regimento de Cavalaria Ligeira para controlar votos. “Desta maneira tinha-se formado um regimento de polícia que até espiava os movimentos dos cidadãos em sua própria casa!”

²⁶ Foram nomes importantes do Partido Conservador o coronel Pedro José Rufino, veterano da guerra e residia em Nioaque; o coronel Joaquim Caracciolo Peixoto de Azevedo; Joaquim Suplicio Cerqueira, o barão de Diamantino; o vigário Fleury, já citado; Carlos José Souza Nobre, que participou na retomada de Corumbá; José Antônio Murtinho; Pedro Celestino Corrêa da Costa; o tenente-coronel João de Souza Neves; o comendador Joaquim Gaudie Ley; e José da Silva Rondon.

seus correligionários da Monarquia” (PONCE FILHO, 1952, p.66).

Perante o impasse entre Antônio Maria e os antigos liberais tentou-se outra solução: um novo partido. Juntos, os antigos conservadores e liberais criaram o Partido Republicano em 27 de julho de 1890, para o qual foram eleitos como chefes Generoso Ponce e o padre Antônio H. C. Ferro, ex-conservador (PONCE FILHO, 1952). Os mesmos correligionários participaram da criação dos dois partidos – Nacional e Republicano – tentando, neste último, escapar da influência do governador e conciliar ambas as facções, passando a ser o único partido²⁷. A criação do Partido Republicano foi apoiada por Joaquim Murtinho, que publicou manifesto em Cuiabá.

A tentativa de conciliação entre os dois grupos no Partido Republicano não durou muito tempo. Os grupos divergiram quanto aos nomes dos candidatos à Constituinte Federal, marcada para o dia 15 de setembro de 1890, sem acordo, os antigos conservadores saíram do Partido Republicano e fundaram em 20 de agosto de 1890 um novo partido: o Partido Nacional Republicano (PNR).

O PNR contava com militares de Cuiabá, Corumbá, Nioaque e Miranda (CORRÊA, 2006, p.90). Estavam congregados no partido de Antônio Maria: o médico Dormevil Malhado²⁸, o coronel Pedro José Rufino, o tenente-coronel Victal Batista de Araújo, o tenente-coronel Antônio Augusto Ramiro de Carvalho e o coronel Pedro Leite de Osório. O Partido Republicano aglutinou as oligarquias e contava com expoentes como Generoso Ponce, Antônio Azeredo, Joaquim Murtinho, Pedro Celestino Corrêa da Costa e o coronel Joaquim Caracciolo Peixoto de Azevedo²⁹.

A formação dos Partidos Nacional, Republicano e Nacional Republicano revela um padrão que ocorreu em toda a República Oligárquica no estado. Os partidos foram coadjuvantes utilizados como mero instrumento da rivalidade entre grupos, uma vez que a qualquer discordância entre líderes era formada uma nova sigla (NEVES, 2001). A configuração partidária era frágil, motivada pelo líder, que caso fosse eliminado por falecimento ou ostracismo político, também o partido acabava, demonstrando o caráter pessoal das agremiações políticas.

De tal modo, definidos os dois partidos estava formada a arena de enfrentamento dos próximos anos, pois estavam por acontecer as eleições para a Assembleia

²⁷ O Partido Nacional, de acordo com Ponce Filho (1952, p.72), foi extinto no dia 27 de julho de 1891 com a criação do Partido Republicano.

²⁸ O médico fez o caminho contrário da maioria, os filiados ao Partido Nacional compunham-se de antigos conservadores, já Malhado durante o Império pertenceu ao Partido Liberal, sendo seu presidente. (MENDONÇA, 1973, p.39)

²⁹ Filiado ao Partido Conservador no Império.

Constituinte e para a Assembleia Legislativa. A eleição geral para a Assembleia Constituinte ocorreu em 15 de setembro de 1890, no Mato Grosso a vitória foi do PNR, já que Ponce havia aconselhado seus correligionários a absterem-se.

A eleição de setembro no estado de Mato Grosso consagrou a vitória de Antônio Maria e de seu partido³⁰. Antônio Maria é frequentemente destacado pela literatura por sua inabilidade política e por seu interesse pelas disputas partidárias. Corrêa Filho (1969) o chamou de Deodoro em miniatura e Menezes (2007) também pontua que ele não era um político e não estava preparado para ser. O fato é que ao invés de conciliar os grupos, o presidente do estado posicionou-se a favor dos antigos conservadores e perseguiu os antigos liberais.

A inaptidão política de Antônio Maria pôde ser percebida em várias situações, uma delas foi o ato de prender pessoas simplesmente por serem oposicionistas ao seu governo. No dia 10 de dezembro de 1890, em Cuiabá, foram distribuídos diversos exemplares de um boletim da tipografia do jornal O Mato Grosso, noticiando a demissão de Antônio Maria Coelho, horas depois pôde-se ver e ouvir fogos de artifício serem lançados em vários pontos da cidade. À noite a polícia guardou a casa e prendeu, na manhã seguinte, o juiz Manoel Murinho, o jornalista José Magno da Silva Pereira e o proprietário do jornal “O Mato Grosso” Emílio do Espírito Santo Rodrigues Calháo. Para Mendonça, a publicação foi uma armadilha da oposição “com intuito de provocar medidas de violência por parte do governador” (MENDONÇA, 1973, p. 306).

Comando das Armas de Mato Grosso. Quartel General, em Cuiabá, 11 de dezembro de 1890. ORDEM DE DIA Nº55 LOUVOR. Publicado ontem à tarde, um boletim pela redação do periódico – O Mato Grosso, - em que declarava estar eu demitido do Governo e comando das Armas deste Estado, tive a ciência de que, às nove horas da noite, ao sinal de foguetes do ar partidos da casa do Bacharel Manoel José Murinho, do capitão José Magno da Silva Pereira e do tenente do Emílio do E. S. R. Calháo, ambos da guarda nacional, se reuniria nas casas dos dois primeiros para, de improviso apresentarem-se em Palácio, deporem-me do governo... vendo a precisão e o imperioso dever de, não só prevenir a agressão, como também de reprimir a criminosa tentativa, determinei que os batalhões 8º e 21º marchassem para o palácio a fim de manter a ordem...

A situação de domínio estadual pelo PNR fez com que os membros do Partido Republicano traçassem táticas para o enfrentamento. O líder do partido, Generoso Ponce, foi ao Rio de Janeiro para somar forças com Joaquim Murinho e Antônio Azeredo, no sentido de pressionarem o Governo Provisório a demitir Antônio Maria.

³⁰ Foram eleitos senadores Aquilino L. A. Coutinho, Joaquim Murinho e Antônio Pinheiro Guedes.

Diante das ações do presidente de Mato Grosso, Ponce, Murinho e Azeredo obtiveram o decreto com a demissão de Antônio Maria, em 31 de dezembro de 1890 (MENEZES, 2007). Entretanto, os membros do partido Republicano não conseguiram a demissão nas primeiras tentativas, mas somente depois que Deodoro tomou conhecimento dos atos irregulares como prisões e demissões para perseguir opositores (CORRÊA FILHO, 1969, p.584).

Como as notícias demoravam cerca de um mês para chegar ao estado, Antônio Maria continuou no governo até 15 de fevereiro de 1891. Enquanto isso, a eleição para Constituinte estadual foi realizada em 03 de janeiro de 1891, novamente com a vitória dos nacionais. Em 15 de fevereiro 1891 assumiu o governo o coronel Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, nomeado pelo governo federal; investido de poder, o coronel Solon³¹ anulou a eleição de janeiro, marcando uma nova para o dia 28 de maio.

Com a autoridade de republicano histórico, tachou de viciosas as eleições de 3 de janeiro, para deputados à Assembleia Constituinte do Estado, além de outros motivos, por não se ajustarem às normas instituídas pelo decreto 1189, de 20 de dezembro, que dispõe acerca da organização das mesas eleitorais e da apuração e declarou-as, por fim, de “nenhum efeito” (CORRÊA FILHO, 1969, p.585 nota13).

Logo após a anulação das eleições de 03 de janeiro, o coronel Solon deixou o estado por motivo de saúde. Ante a vacância do cargo, José da Silva Rondon³² assumiu provisoriamente em 01 de abril. A eleição marcada por Solon ocorreu normalmente em 28 de maio, com vitória do Partido Republicano. Entretanto, os nacionais ainda tentaram anular o decreto de Solon, apresentando um recurso ao Ministro da Justiça Campos Salles, que o proferiu indeferido (CORRÊA FILHO, 1969, p.585, nota 16).

Deodoro nomeou para presidir o estado o coronel Mallet, que assumiu o cargo em 06 de junho de 1891. O novo presidente tentou harmonizar os dois partidos promovendo uma reunião, na qual foi acordado unanimemente, inclusive por Antônio Maria, o estabelecimento de um regime provisório até uma eleição definitiva de constituintes e presidente de estado. Contudo, o acordo de Mallet foi rejeitado pelos nacionais uma semana depois, mas como o Partido Republicano manteve apoio ao acordo, o coronel considerou válida a eleição de 28 de maio (CORRÊA FILHO, 1969, p.585).

³¹ O coronel Solon foi posteriormente eleito deputado federal por Mato Grosso em 1891-1893.

³² José da Silva Rondon era 2º vice-presidente do estado e amigo de Generoso Ponce, foi Rondon que indicou Ponce para trabalhar no comércio de Firme de Matos, sendo seu primeiro emprego (PONCE FILHO, 1952, p.27).

Com a confirmação da validade das eleições vencidas pelos republicanos, começou a feitura da Constituição estadual. No dia 15 de agosto de 1891 foi promulgada a primeira constituição do estado: os constituintes elegeram presidente do estado Manuel José Murinho, 1º vice Generoso Ponce, 2º vice José da Silva Rondon e 3º vice Pedro Celestino Corrêa da Costa. Manuel Murinho assumiu o governo do estado no dia seguinte, em 16 de agosto de 1891.

O ano de 1891 foi turbulento no Mato Grosso, assim como no âmbito federal. No Rio de Janeiro, depois da feitura da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, o Congresso se reuniu para eleger o presidente e vice-presidente, logo no dia seguinte. Nessa eleição ocorreu o enfrentamento dos militares e dos republicanos civis, que passaram a ter divergências. O candidato militar foi Deodoro e o civil Prudente de Moraes, para vice concorreram Floriano Peixoto e Saldanha Marinho.

Deodoro venceu a eleição depois que a guarnição militar ameaçou dissolver a Constituinte à força (CARONE,1977), com ele também foi eleito a vice-presidente Floriano Peixoto. Deodoro conseguiu se eleger com auxílio dos militares, mas teve de enfrentar uma Câmara indócil (CARDOSO, 2006).

O governo enfrentou a oposição dos monarquistas, sendo permanente o temor de uma contrarrevolução monarquista (CARONE, 1977, p.31), por parte dos republicanos – formado por Prudente de Moraes, Campos Salles e Bernardino de Campos – e também dentro das próprias Forças Armadas. A oposição a Deodoro decorria de diversos motivos como as práticas de nepotismo, perseguição aos adversários, corrupção, escândalos, ministros abandonando governo, interferência nos estados. Durante a “[...] primeira fase da República o ardor militar coibia, em certos casos com empastelamentos e mortes, a mordacidade crítica e tentativas de volta atrás político” (CARDOSO, 2006, p.45).

Deste modo, a união inicial entre os civis republicanos e militares para a feitura da República estava abalada, a cisão aconteceu quando Deodoro interrompeu o processo político já consumado em São Paulo. Neste estado, após o 15 de novembro, assumiu o governo um triunvirato formado por Campos Salles, Rangel Pestana e o coronel Mursa. Na sucessão da junta, Deodoro indicou Bernardino de Campos, mas os paulistas empossaram Prudente de Moraes em 14 de fevereiro de 1890 e depois, Jorge Tibiriçá, em outubro do mesmo ano. Em 07 de março de 1891, Deodoro nomeou para governo

paulista Américo Brasiliense, que não tinha simpatia popular e era dissidente³³. Após o desentendimento, Deodoro rompeu com o PRP (CARONE, 1977).

Depois da interferência no estado de São Paulo, e também da derrubada do governador Bias Fortes de Minas Gerais, o governo de Deodoro perdeu cada vez mais apoio. Em junho de 1891, o Congresso se reuniu pela primeira vez após a feitura da Constituição, e passou a fazer oposição ao governo.

Além da oposição do Congresso, Deodoro perdeu o apoio dos militares que acabaram se dividindo na disputa pelo poder, um exemplo foi o fato do almirante Custódio de Mello apoiar o civil Prudente de Moraes na eleição e não Deodoro, o que evidenciou a cisão entre Exército e Marinha. Enquanto isso, Floriano aglutinava o apoio dos oficiais na oposição (CARDOSO, 2006; CARONE, 1977).

Os dois principais atores dos primeiros anos republicanos – os militares e os civis do PRP – tiveram comportamento opostos. Enquanto os primeiros estavam divididos lutando entre si pelo poder, os paulistas permaneceram unidos. O PRP manteve-se coeso nos anos iniciais, com apenas duas dissidências no período abordado: Américo Brasiliense e Francisco Glicério. Os paulistas, devido ao desentendimento com Deodoro, passaram a apoiar Floriano Peixoto.

Cada vez mais acirradas as relações, o desfecho ocorreu em 1891 no mês de novembro. A relação entre Executivo e Legislativo estremeceu quando o Congresso aprovou uma lei que restringia as ações do presidente, Deodoro vetou. Em 31 de outubro, o Congresso reabriu a discussão mesmo com o veto presidencial e, em 02 de novembro, o Senado aprovou a matéria que, passada à Câmara também foi aprovada. Em 03 de novembro, as tropas ocuparam o Congresso Nacional, dissolvendo-o; o governo informou que novos representantes seriam escolhidos e a Constituição revisada. Carone (1977) afirma que além das motivações políticas, o golpe também teve motivações econômicas, uma vez que o Congresso havia restringido a reforma econômica proposta por Deodoro.

No dia seguinte ao golpe de 03 de novembro, apenas o Congresso Nacional e o governador do Pará, Lauro Sodré, se posicionam contra. Os governadores apoiaram Deodoro, todavia, formaram-se nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco grupos contrários. Marinha e Exército lideraram um movimento armado, que contou também com a participação, ainda que em menor número, de civis. Trabalhadores da

³³ Rompeu com PRP por achar inadequado a união com os militares na feitura do novo regime.

Estrada de Ferro Central do Brasil iniciaram uma greve em 21 de novembro; dois dias após, alunos das escolas e universidade militares se revoltaram; navios insurgiram na Baía da Guanabara no mesmo dia. Finalmente, no dia 23 de novembro de 1891, o presidente, já doente e na tentativa de evitar maiores conflitos, renunciou sob ameaça do almirante Custódio de Mello bombardear a Baía da Guanabara (CARDOSO, 2006; CARONE, 1977; MELLO, 1938).

No mesmo dia, Floriano Peixoto assumiu o governo articulado com o PRP. Os paulistas apoiaram Floriano e juntos enfrentaram as dificuldades das Revoltas Federalista e da Armada. O PRP manteve-se firme em torno da legalidade, para enfim ficar com o comando político da nação a partir dos governos seguintes.

Faz-se importante ressaltar o evento das derrubadas estaduais apoiadas pelo governo Floriano. O vice-presidente destituiu os governadores que apoiaram Deodoro nas situações estaduais e foram feitas novas eleições. “É no processo estadual, porém, que se vai demonstrar a política agressiva e complexa dos novos grupos no poder”. (CARONE, 1977, p.72)

No governo de Floriano vários conflitos estaduais eclodiram, como a Disputa Oligárquica de 1892, que assim como as demais serão abordados no próximo capítulo.

4- As Disputas Oligárquicas Mato-Grossenses

Os arranjos oligárquicos eram propulsores dos conflitos, além dos fatores já comentados como o isolamento, a violência da fronteira, luta pela posse de terras. As disputas oligárquicas entre os anos de 1892 e 1906, objeto do capítulo, demonstram os arranjos personalistas das referidas oligarquias, em que ferrenhos adversários facilmente se reconciliavam conforme o benefício proporcionado pela união.

4.1- Disputa Oligárquica de 1892

O golpe de 03 de novembro 1891, como já destacado, teve apoio geral dos governadores, apenas o governador do Pará se manifestou contra. Manuel Murтинho, presidente do estado de Mato Grosso, se posicionou em 21 de novembro de 1891, apoiando o golpe.

Palácio do Governo de Mato Grosso – Cuyabá, 21 de Novembro de 1891 – Ao Snr. Ministro do Interior – Rio – Recebi hoje vosso telegramma de 4 do corrente communicando que o Governo Federal teve necessidade de dissolver o Congresso Nacional, e opportunamente convocaria novo Congresso; que no interesse da segurança publica forão declarados em estado de sitio o Districto Federal e a cidade de Nictheroy. Certo de que este Estado saberá bem aquilatar os intuitos patrióticos que inspirarão o decreto de dissolução e por isso há de acatal-o devidamente e concorrer para que a Nação possa livre e pacificamente manifestar-se na consulta que vai ser feita, creio poder assergurar-vos que neste Estado conservar-se-há a ordem publica, si entretanto fôr perturbada, recorrerrei às medidas que me recomendastes. Fico também sciente mais do que me communicastes, observando fielmente vossas instrucções. Aguardo manifesto do Presidente da República. Pode o Governo Federal contar com toda a minha dedicação em prol da manutenção da ordem publica e sustentação das instituições. O Presidente do Estado. Manuel Murтинho (MELLO, 1938, p.141).

Deodoro renunciou em novembro, e Floriano assumiu. O novo governo não tolerou que continuassem nos estados aqueles que tivessem apoiado Deodoro, e assim, iniciou-se a queda dos governadores. “Daí o papel de expectador assumido por Floriano, incentivando secretamente alguns movimentos revolucionários nos estados e dizendo nada poder fazer contra os movimentos populares” (CARONE, 1977, p.72).

O processo ocorreu em todos estados com o consentimento do presidente em exercício, a iniciativa partiu das oligarquias ou dos florianistas. No Centro-Oeste brasileiro, no estado de Mato Grosso a oposição estadual também aproveitou a oportunidade de ascender ao poder.

A situação em Mato Grosso, como no plano nacional, era de disputa entre militares e as oligarquias. A demissão de Antônio Maria alijou os militares do poder estadual e a investidura de Floriano “[...] representou a tentativa dos militares em retomar o controle político do estado, então perdido com a ascensão da oligarquia tribal dos Murtinho (apesar da existência de militares no grupo oligárquico estadual)” (CORRÊA, 2006, p.93).

Segundo Palermo (2010), uma revolta contra os Murtinho havia sido pensada no primeiro semestre de 1891. O coronel Barbosa, aliado de Antônio Maria, saiu de Nioaque em abril rumo a Cuiabá com esse intuito, mas não obteve apoio, então, desistiu em maio. Ainda no final deste ano, os coronéis do PNR e militares depuseram autoridades de Miranda, em oposição direta aos Murtinho (CORRÊA, 2006, p.93, nota 18).

O apoio dos governadores ao golpe foi uma oportunidade para as oposições estaduais, uma vez que a oposição dependia de um cenário de desacordo entre governo federal e estadual para poder ascender. No período, foram comuns os desentendimentos entre os governos federal e estadual, a ajuda do governo federal às oposições no estado, era a única chance que as oposições estaduais tinham em um cenário marcado pelo governismo (QUEIROZ, 1976, p. 129).

Dessa forma, em Corumbá, o PNR contava com o apoio dos militares e dos comerciantes. Em 22 de janeiro de 1892, o povo se reuniu em frente ao prédio da intendência municipal exigindo a deposição do governador, foram aclamados novos membros para a intendência de Corumbá. Corrêa (2006) ressalta a participação dos comerciantes ligados aos mercados estrangeiros, que na defesa de seus interesses participaram da Junta Governativa da cidade, devolvendo e abaixando os impostos do comércio. A Junta Governativa também anulou a proibição de estrangeiros votarem, já que em Corumbá havia muitos estrangeiros com ligações com a atividade comercial.

Para concretização da derrubada de Manuel Murtinho, o coronel Barbosa organizou uma expedição para Cuiabá, chefiada pelo major Aníbal Pereira da Mota – sobrinho de Antônio Maria – com data marcada para 25 de janeiro de 1892. Na capital o grupo recebeu apoio dos militares, que eram liderados pelo major Caetano de Faria e Albuquerque, membro do PNR e deputado federal.

Juntaram-se ao major Mota o 8º Batalhão de Infantaria, da Companhia de Operários do Arsenal de Guerra e o Corpo de Polícia Militar. A primeira medida foi tomar o Arsenal de Guerra, que havia sido abandonado pelas tropas do governo

(CORRÊA, 2006; CORRÊA FILHO, 1969; FARIA, 1993; NEVES, 2001; PONCE FILHO, 1952).

Figura 7- Arsenal de Guerra atualmente



Fonte: Registro da autora, 2012.

Depois de tomado o Arsenal de Guerra, as forças dirigiram-se para a casa de Manuel Murtinho, no dia 01 de fevereiro de 1892, e exigiram que ele deixasse o governo. Uma comissão de oficiais, tendo à frente o major Albuquerque, intimou o presidente a renunciar “em nome do povo”, Murtinho respondeu que em nome do “Povo não, só vejo soldados” (SOUZA, 2010, p.104).

Deposto pelas Forças Armadas, Murtinho deixou o cargo e foi organizada uma Junta Governativa composta por Luís Benedito Pereira Leite, que havia sido eleito 1º vice-presidente do estado³⁴, e por major Antônio Aníbal da Mota e José Marques Fontes, ambos da Guarda Nacional. A Junta declarou que governaria até que o eleito em 03 de janeiro de 1891 tomasse posse. Nas demais vilas também foram depostas autoridades (PALERMO, 2010), participaram as cidades de Cáceres, Rosário, Nioaque, Miranda e Bela Vista (CORRÊA, 2006, p.97).

Embora a deposição só tenha sido possível devido ao contexto nacional, ela ocorreu motivada por questões locais, sendo um pretexto para a retomada do governo. “No Estado ninguém lembra sequer de aludir ao golpe de Deodoro, dissolvendo o

³⁴ A eleição de 03 de janeiro de 1891 elegeu os deputados constituintes do Partido Nacional Republicano, estes ignorando que a eleição foi anulada pelo coronel Solon, se reuniram como Assembleia Constituinte em uma casa na capital Cuiabá e promulgaram uma Constituição, dois dias depois elegeram governador o capitão de fragata Henrique Pinheiro Guedes e vice Luís Benedito Pereira Leite. Participou da eleição o médico Malhado (MENDONÇA, 1973, p.60).

Congresso. É só a política local. Apegam-se mais às eleições de 3 de janeiro, que pretendem validar” (PONCE FILHO, 1952, p.87).

Como já salientamos, a reação de Floriano quando a oposição exigiu a saída dos governadores foi de consentimento. Contudo, no caso abordado de Mato Grosso, a oposição formada pelos militares perdeu o apoio de Floriano e as oligarquias situacionistas colocaram-se ao seu dispor, assim, o presidente Manuel Murтинho –que apoiou o golpe de Deodoro-, conseguiu retornar ao poder com o apoio de Floriano.

Esse período a partir dos anos 1891 e 1892, Floriano abriu uma brecha para o retorno político das oligarquias oposicionistas. No Mato Grosso ocorreu o movimento contrário, a oligarquia retirada do poder foi apoiada por Floriano. Cumpre agora mostrarmos o apoio de Floriano à ação militar que depôs Manuel Murтинho e qual o processo que o fez mudar de ideia e apoiar as oligarquias situacionistas.

O apoio de Floriano nas derrubadas estaduais é um consenso na literatura (CARDOSO, 2006; CARONE, 1977). O almirante Custódio de Mello (1938), que à época geria a pasta da Marinha e interinamente a da Guerra, detalha o procedimento adotado pelo governo federal:

[...] o Chefe de Estado, solidário com todo o Ministerio, fiel ao pensamento da revolução (de 23 de novembro de 1891), resolveu o que lhe pareceu mais consentaneo, isto é, fazer por meios suasórios, ou pelo emprego da força, si tanto fosse necessário, resignarem esses Governadores que não souberam presar sua honra, os cargos de que estavam investidos, e cujo decoro também não souberam zelar. E resolveu também nos Estados, onde a lucta já estivesse travada entre eles e o elemento popular, fazer, desde logo, para abafal-a prompto, e dest’arte evitar o derramamento de sangue, a intervenção das forças federaes, não, é bem ver, a favor dos Governadores – o que importaria trahir o Governo ao pensamento revolucionário, faltar a seu programma politico, - mas a favor do movimento popular, que outra cousa não era, senão a mesma revolução, triumphante na Capital Federal com a resignação do poder pelo Marechal Deodoro da Fonseca, mas nos Estados continuada com a resistência dos respectivos Governadores, seus cumplices (MELLO, 1938, p.143).

Os acontecimentos no Rio de Janeiro foram traduzidos nos diversos contextos locais dos estados, assim, os governadores identificavam-se com Deodoro e as oposições estaduais com o “povo”. Apesar de terem ocorrido por todo o país manifestações populares, no Mato Grosso a oposição era formada pelos militares, apoiada pelos comerciantes e encontramos poucas referências na literatura quanto à participação popular, sempre usada como forma de legitimação pelos grupos, existindo

poucas provas para afirmar sua voluntária atuação³⁵.

Os procedimentos do governo federal, acima transcritos, foram aplicados ao caso de Mato Grosso. Inicialmente, o governo Floriano supôs que o Mato Grosso, assim como o Pará, não tinha apoiado o golpe de Deodoro; devido aos problemas na comunicação o telegrama de Murtinho não foi publicado no diário oficial, e assim, quando o vice-presidente assumiu não sabia qual a posição do estado de Mato Grosso.

Em fevereiro de 1892, Floriano recebeu um telegrama afirmando que Murtinho aderiu ao golpe e foi deposto pelo povo e pela guarnição do estado. Diante deste fato, Floriano nomeou o general Luiz Henrique de Oliveira Ewbank comandante do distrito militar e deveria cumular funções do comando do governo estadual, substituindo a Junta que governava. O militar João de Souza Batista afirmou em sua obra que Floriano ajudou o Partido Nacional Republicano, que era composto por militares, em detrimento das oligarquias representadas pelo presidente do estado, Manuel Murtinho: “[...] o general Antônio Maria Coelho, cujo partido, patrocinado por Floriano Peixoto, acabava de subir ao poder com a deposição do dr. Manuel Murtinho ...” (SOUZA, 2010, p.105).

Desse modo, o PNR contava com o apoio de Floriano Peixoto, mas três fatos afastaram o marechal e o fizeram apoiar as oligarquias, a saber: 1) os militares não autorizaram o general Ewbank a assumir o governo, 2) a tentativa de separação do estado de Mato Grosso do país e 3) a participação de Antônio Maria nas tentativas de derrubada do presidente da república.

Sobre o comportamento dos militares de Mato Grosso, o almirante Custódio observa que:

[...] mantivemos inalterável nosso pensamento em relação à neutralidade das forças armadas, não só obrigando-as, no caso vertente, a agirem sómente quando recebessem ordens directas do Governo Federal, como recomendando-lhes, sob penas severas, a mais rigorosa observancia daquele principio que, infelizmente, com bastante pezar nosso, foi transgredido por alguns Officiaes de terra e mar, nos Estados do Amazonas e de Matto-Grosso, mas cuja repressão não se fez esperar um só instante (MELLO, 1938, p.144).

O almirante demonstrou a insatisfação do governo Floriano para com os militares que o desobedeceram. Ainda sobre a deposição de Murtinho, Custódio afirma que “foi fácil a deposição dos Governadores de todos os outros estados, excepto a dos

³⁵ O militar Miguel Ângelo Palermo afirma que houve no estado participação popular contra o Partido Nacional Republicano: “Assim, pode-se dizer que o povo não recebeu a imposição dos nacionais em nenhuma parte do estado, não obedeceu a essas autoridades substituídas pelo terror da força armada nem se calava diante de uma situação inteiramente precária como ameaçadora” (PALERMO, 2010, p.57).

Governadores dos Estados de Matto-Grosso e Ceará” (MELLO, 1938, p.145).

Abordaremos agora cada um dos três fatores que fizeram Floriano apoiar os Murinho e Ponce, quais sejam:

1) Os militares não autorizaram o general Ewbank a assumir o governo.

Após a deposição de Manuel Murinho em 01 de fevereiro de 1892, este embarcou para o Rio de Janeiro a fim de buscar ajuda federal. Em seu lugar passou a governar uma Junta, que em 30 de fevereiro daquele ano, entregou a administração para Luís Benedito, considerado pelos nacionais o vice-presidente do estado.

No comando do governo estadual, os nacionais não aprovaram a nomeação do general Ewbank feita por Floriano, interpretaram tal ato como uma interferência federal ante a autonomia estadual. O Jornal do Commercio, de circulação nacional, publicou o seguinte telegrama “Cuyabá, 19 de Março – O povo reunido em massa repele a nomeação do general Ewbank. A repulsa é geral, a attitude energica, e a revolução firme. O general não assumirá o Governo, porque este Estado tem Governo Constitucional” (MELLO, 1938, p.148).

Vereadores cuiabanos também protestaram sobre a nomeação do general Ewbank:

Não, snr. Marechal, Matto-Grosso não póde e não há de tragar impassível o aviltamento e a humilhação a que o quer reduzir o governo de V. Excia. Matto-Grosso tem brios que lhe cumpre zelar os direitos que não pode deixar defender e advogar, custe o que custar! Por isso, primeiro ele morrerá na pessoa de cada um de seus filhos, dignos d’este nome, antes do que consentir na pungente afronta que o ciado menosprezo pela autonomia e indenpendencia, tão solememente prometidas na Constituição política que rege os destinos do povo brasileiro. André Virgílio Pereira de Albuquerque, Julio Frederico Muller, Egidio da Silva Padro, Gabriel de Souza Neves e Alvaro Pereira Jorge (PONCE FILHO, 1952, p.98).

Neste período, os mato-grossenses mantiveram-se correspondentes com Floriano, o que foi decisivo para a definição de seu posicionamento. Floriano havia presidido a província de Mato Grosso entre os anos de 1884 a 1885³⁶, e desde essa época mantinha relações com os mato-grossenses (MENDONÇA, 1973, p.209). Segundo Ponce Filho (1952, p.53), seu pai havia sido amigo de Floriano, pois eram do

³⁶ Floriano havia cumulado os cargos de presidente e comandante das armas. Seu governo sofreu grande oposição por parte dos conservadores, e para conseguir vitória da candidatura de um amigo usou todos os meios, inclusive o de usar o aparato do Exército para guardar as ruas durante a eleição, mas foi derrotado, pois havia grande coesão do partido conservador na candidatura do barão de Diamantino. No seu governo passou-se a cobrar imposto sobre a erva mate (MENDONÇA, 1973, p.208).

mesmo partido. O general Solon e comendador Firmo de Matos também mantiveram contato informando tudo que acontecia no estado e, de Nioaque, João Mascarenhas informou a Floriano o dia de partida do coronel Barbosa para lutar contra Murtinho.

De modo que, como foi anunciado pelos nacionais, o general não foi autorizado seguir viagem até Cuiabá. Em 20 de março quando chegou ao Forte Coimbra, acompanhado de Manuel Murtinho, recebeu a seguinte intimação:

O Exército e o povo, não querem e não admitem que o general Ewbank e o dr. Murtinho subam o rio além do forte de Coimbra, podendo, no entretanto, permanecerem nesse porto até seu regresso para baixo. Corumbá, 21 de março de 1892. Commandante José da Silva Barbosa, Capitão Bazilico, Commandante do 2º de Artilharia, Capitão Noberto Ildelfonso Muniz, Commandante do 21º, Constantino Preza Brandão. (PONCE FILHO, 1952, p.98)

Retornam para Montevideú Manuel Murtinho e o general Ewbank. Palermo (2010, p.60) atribui ao coronel Barbosa o impedimento da passagem do general, essa ação, de acordo com Corrêa (2006, p.98), “representava uma ruptura da disciplina militar e desobediência direta ao poder central, que o PR bem soube catalisar para angariar a simpatia do governo federal [...]”

2) A tentativa de separação do estado de Mato Grosso do Brasil.

O resultado imediato do impedimento do general para acesso ao rio Paraguai foi a atitude extremada da separação do país. De modo que a Disputa Oligárquica de 1892 ganhou uma conotação internacional (CORRÊA, 2006, p.99). Depois do ocorrido, em 31 de março de 1892, uma reunião foi realizada para traçar os caminhos a seguir, a ata daquela reunião transcrevemos abaixo:

Aos trinta e um dias do mez de Março do anno de mil oitocentos e noventa e dois, nesta cidade de Corumbá, Estado do Matto-Grosso, os officiaes abaixo assignados do batalhão 21 de Infantaria, sahidos de uma reunião para qual foram convocados pelo cidadão Coronel João da Silva Barboza, Commandante interino d'este 7º districto militar, a qual teve logar no quartel de residência e ahi estiveram presentes os officiaes do 2º batalhão de artilharia de posição, 19 e 21 de Infanteria e alguns do 7º Regimento de cavalaria e da armada nacional, e que tinha por fim assentar-se nas providencias a tomar-se relativamente aos acontecimentos occorridos neste Estado, passou a relatar succintamente o que ocorreu na dita reunião. O cidadão Coronel Barboza disse que o fim da reunião era assentar-se nas medidas que devião ser tomadas ante o procedimento do Governo Federal querendo impor um governador para este Estado quando elle já estava sendo dirigido pelo vice- governador... Disse mais que o povo desta cidade tinha

resolvido mandar uma comissão ao forte Coimbra para intimidar ao cidadão general Ewbank para não entrar no Estado...O cidadão capitão Ferreira, secretario do commando do districto, disse que achava muito correcta a maneira de pensar do seu collega, mas que isso não podia ter lugar depois da intimação feita em Coimbra. Que no estado actual das cousas só havia dois caminhos a seguir para sahirse da difficuldade, um, mandar dizer ao general Ewbank que aquillo tinha sido brincadeira e que podia vir tomar conta e outro preparar-se para resistir a todo transe porque não deviamos esperar da parte do Governo senão medidas energicas. A algumas objecções de que não havia meios de ressistencia, declarou que meios havia e que o principal era declarar livre o Estado do Matto-Grosso e officiar as Republicas do Prata, porque estas, para manter a neutralidade, não consentiriam passar forças pelos rios que banhão as mesmas Republicas. A outras objecções de falta de recursos pecuniarios, disse que podia-se obter esses recursos hypothecandose o Estado à Inglaterra (PONCE FILHO, 1952, p. 91).

Desta luta pela autonomia decorria o impedimento do general entrar em exercício, atitude esta que gerou uma ainda mais extremada, a conotação separatista. Corrêa (2006) interpreta esse anseio de rompimento devido à ligação de Corumbá com os comerciantes estrangeiros, principalmente argentinos, pois caso se concretizasse a separação de Mato Grosso do Brasil, assumiria a Argentina a liderança na região do Prata, já que o Brasil perderia partes significativas na região.

Acredita-se que a proclamação de independência de Mato Grosso foi favorecida e preparada pelos argentinos, que são os beneficiados pela separação de Mato Grosso, porque essa província não mais pertencendo ao Brasil, este último país não tem mais alguma razão para interferir nas repúblicas do Prata, as quais agora dominarão inteiramente os rios Paraguai e Uruguai. The Daily Telegraph³⁷, apud (LEAL, 1988, p.71)

O caráter separatista dessa Disputa Oligárquica, segundo Corrêa (2006), a torna a mais atípica das três.

3) A participação de Antônio Maria nas tentativas de derrubada do presidente da república

Antônio Maria estava ligado às conspirações contra o governo Floriano. Após a renúncia de Deodoro, grupos ligados aos deodoristas se rearticularam e fizeram oposição ao vice-presidente, usando as interferências nos estados. Desencadearam uma série de manifestações, como um motim realizado pelos marinheiros que tomaram a Fortaleza de Santa Cruz, entre outros. A partir de fevereiro de 1892 começou a circular a ideia de que deveria ser feita nova eleição, visto que Floriano era vice e estava previsto

³⁷ The Daily Telegraph, London, Friday, April 15, 1892.

na Constituição. Em 31 de abril, 13 generais assinaram manifesto³⁸ reprovando as atitudes de Floriano e contestando a legitimidade de seu governo.

Palermo confirma as ligações do general Antônio Maria na conspiração no Rio de Janeiro contra Floriano, e afirma a relação com os acontecimentos do estado. O coronel Barbosa, em Nioaque, conspirava com o general Antônio Maria e o senador Henrique Pinheiro Guedes, no Rio de Janeiro. Os acontecimentos em Mato Grosso ligavam-se às tentativas de derrubada do vice-presidente, que ocorreu em 10 e 11 de abril de 1892, quando a Fortaleza de Santa Cruz também se revoltou contra o manifesto dos 13 generais, assinado no dia 31 de março, e entre as quais constava a assinatura de Antônio Maria Coelho (PALERMO, 2010, p.55).

Os militares não souberam aproveitar a conjuntura favorável à sua permanência no poder. “Tantos erros políticos praticados no estado pelo Partido Nacional Republicano e no Rio, pelo seu chefe, o general Antônio Maria Coelho, deram lugar a que deles se aproveitasse Generoso Ponce, hasteando a bandeira florianista [...]” (SOUZA, 2010, p.105). De tal modo que Generoso Ponce liderou uma reação. Assim, os “[...] ortodoxos civis e republicanos articularão, graças ao apoio que vão prestar ao Marechal de Ferro em sua luta antirrevoltosos, a volta ao poder daqueles que na primeira fase republicana não gozavam as boas das Forças Armadas” (CARDOSO, 2006, p.47). No ano de 1892, o apoio federal surgiu como uma oportunidade, aproveitada pelas oligarquias, que a partir desse ano mantiveram o domínio político por longo período.

Valendo-se da conjuntura, Ponce arquitetou um plano para retirar os nacionais do poder, chefiar uma milícia e lutar. Ele já havia pedido ao governo federal a nomeação de um novo governador, mas diante do controle dos revoltosos sobre as águas do rio Paraguai qualquer ajuda federal na capital estava impossibilitada, então, deixou Cuiabá para retornar, no dia 10 de abril, acompanhado de 1500 homens.

O governo dos nacionais estava sediado no Arsenal de Guerra, mas quando as forças de Ponce entraram na cidade Luís Benedicto entregou-lhe o governo (PONCE FILHO, 1952). Entraram em acordo os nacionais e republicanos sem que ocorresse luta, o que foi possível com a intermediação de dois homens do coronel Barbosa: o tenente

³⁸ Assinaram o manifesto José de Almeida Barreto, Eduardo Wandenkolk, José C. de Queirós, Antônio Maria Coelho, Cândido José da Costa, José Marques Guimarães, João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Dionísio Manhães Barreto, João Severiano da Fonseca, Manuel Ricardo de Cunha Couto, João José de Bruce, José Cerqueira de Aguiar Lima, João Luís de Andrade Vasconcelos.

da armada Francisco M. Wanderley e o secretário do referido coronel que, ao chegarem em Cuiabá, negociaram com Ponce a fim de formar uma Junta para manter a ordem pública e respeitar os filiados dos dois partidos. Assim, formou-se uma Junta Militar composta pelo capitão Frederico C. R. da Silva, Antônio J. Duarte e Francisco M. Wanderley (PONCE FILHO, 1952).

Passados oito dias do acordo, os revoltosos de Corumbá intimidaram a Junta Militar, que repassou o governo, novamente, para Luís Benedito. Os nacionais de Cuiabá não gostaram do rompimento do acordo, mas a chefia estava em Corumbá e existia uma “séria divergência entre os nacionais de Cuiabá e os de Corumbá, onde imperava a chefia militarista” (CORRÊA FILHO, 1969, p.588).

Outra vez no governo, Luís Benedito declarou respeitar o governo federal, com objetivo de angariar sua simpatia, o que não ocorreu. Para dar suporte ao governo de Benedito, o coronel Barbosa enviou para Cuiabá outra expedição chefiada pelo major Mota; o acompanham o tenente Gabriel Mamede e o capitão Norberto Muniz, que durante o trajeto bombardearam a usina de Conceição, dos Paes de Barros (PONCE FILHO, 1952, p.102).

Com a reviravolta da tomada do poder pelos nacionais, Ponce saiu da capital novamente a arregimentar pessoas. Em 18 dias conseguiu 3000 homens para o denominado Exército Floriano Peixoto e, para enfrentá-los, formou-se o Batalhão Patriótico Antônio Maria.

Enquanto arregimentava pessoas, na capital vários nacionais desertaram (CORRÊA FILHO, 1969, p.588). O major Aníbal Mota seguiu para Corumbá, o coronel Luís Benedito adoeceu e renunciou em 18 de abril, assumindo em seu lugar José Marques de Fontes, que também adoeceu e renunciou em 01 de maio. Assumiu, então, o major André V. P. de Albuquerque, que renunciou em 07 de maio, quando Ponce entrou em Cuiabá.

As duas forças, o Exército Floriano Peixoto e o Batalhão Patriótico Antônio Maria, se enfrentaram entre os dias 07 e 10 de maio, terminada a Disputa Oligárquica no dia 13. Depois que major Albuquerque entregou o poder a Ponce, os deputados eleitos na eleição anulada de 03 de janeiro de 1891 também renunciaram, mas no 2º Quartel, o tenente Gabriel Mamede se proclamou presidente do estado e resistiu junto com o alferes Saldanha, capitão Muniz e capitão Leôncio Azevedo.

A luta entre os grupos foi violenta, gerando ressentimentos e vinganças. O grupo resistente prendeu, torturou e matou Libano H. dos Santos, funcionário do comércio de

Ponce, e tal ato foi encarado como agressão pessoal a Ponce. Contudo, a resistência não durou por muito tempo, Leôncio Azevedo morreu em combate e Saldanha não sobreviveu ao acidente com o canhão Krupp que manejava.

Durante os acontecimentos de 1892, alguns militares não aderiram à causa do coronel Barbosa e o general Antônio Maria. Entre os que lutaram com Ponce estava o major Tupy Caldas³⁹, que teve importante papel para convencer o tenente Mamede a se render. Em 13 de maio de 1892, o tenente Mamede rendeu-se, bem como o capitão Muniz. Entretanto, durante o trajeto à prisão ambos são assassinados pela multidão.

Ao ser conduzido, do seu reduto para o Arsenal de Guerra, entre os oficiais do Exército, incumbidos de garantir-lhe a vida, ao frontear a praça 13 de junho, salteou-o uma carga de lanceiros desvairados, que Tupy Caldas e os seus colegas, não puderam refrear. E aos seus olhos atônitos consumou-se o nefando crime, que manchou a vitória dos republicanos (CORRÊA FILHO⁴⁰ *apud* PONCE FILHO, 1952, p.113)

A versão de Mendonça⁴¹ sobre os fatos exime de culpa Generoso Ponce:

São trucidados em Cuiabá, no trajeto do antigo quartel do 2º Batalhão de Infantaria para o Arsenal de Guerra e nas imediações do edifício onde se encontra aquartelado atualmente o Batalhão da Polícia Militar, o capitão de Infantaria Norberto Idelfonso Muniz, e o 1º Tenente de Artilharia Gabriel Mamede de Araujo e Silva... É sabido que o tenente Mamede, cuja influência era decisiva sobre o espírito de seu companheiro de resistência, relutou em entregar-se à prisão, e a isso só se decidiu depois que o major Tupy Ferreira Caldas lhe assegurou garantia de vida... Tomando conhecimento dessa missiva o coronel Generoso Ponce que possuía uma alma cavalheiresca, chamou a si a tarefa de efetivar as garantias asseguradas àqueles dois oficiais. Chefe de um movimento vitorioso, portanto cercado de imenso prestígio na ocasião, o coronel Ponce, acompanhado de um luzido estado maior, percorreu em pessoa tôdas as trincheiras e aquartelamentos, pedindo a seus companheiros de jornada o máximo de respeito e segurança aos vencidos... (MENDONÇA⁴², *apud* PONCE FILHO, 1952, p.115)

Palermo (2010, p.119) atribuiu a morte dos dois oficiais a uma vingança do assassinato de Libâno, “Num momento foram mortos. O povo tinha vingado o mártir!”. Souza (2010, p.107) culpa Tupy Caldas, sobre a morte do major em Canudos atestou que “Quem com espada fere, com espada será ferido”, também afirma que “Tal ato de traição e covardia foi reprovado pelo povo e pelo próprio chefe da revolução, coronel

³⁹ O major Tupy Caldas faleceu na campanha de Canudos em 1897, também participou de Canudos o coronel Barbosa (PONCE FILHO, 1952).

⁴⁰ CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso.

⁴¹ Estevão de Mendonça era inimigo político de Ponce, os dois se enfrentaram em 1906, quando Estevão foi preso pelos homens de Ponce.

⁴² MENDONÇA, Estevão. Datas Matogrossenses. 1919

Generoso Ponce”. Também em telegrama, o médico Malhado afirmou que as mortes se deviam à indignação das pessoas pelo assassinato de Libâno (PONCE FILHO, 1952, p.116). Ponce Filho (1952, p.188) em defesa do pai, transcreve notícia do Jornal A Tribuna, segundo a qual o autor das mortes seria o comendador Paes de Barros em retaliação à destruição de sua usina por Mamede⁴³. Já para Menezes (2007), as mortes de Mamede e Muniz contribuíram para dar a Ponce a fama de violento.

Com a cidade tomada e o governo nas mãos do 1º vice-presidente, Generoso Ponce encerrou em Cuiabá a disputa, mas continuou suas lutas no resto do estado. Em Corumbá, visto que Ponce venceu no norte, os rebeldes declararam que:

Os abaixo assignados, officiaes do batalhão 21 de infantaria da guarnição deste Estado, a vista da dissensão havida em vosso quartel hoje, na qual não chegou a um resultado sobre as medidas a serem tomadas relativamente aos ultimos acontecimentos occorridos neste Estado vêem declarar-vos que não são solidarios com a intimação feita no forte Coimbra para regressar o cidadão general Luiz Henrique d'Oliveira Ewbank ... Não concordão também na declaração de Estado Livre de Matto Grosso, porque como filhos dele, sabem que o Estado não dispõe de recursos; finalmente não adherem a movimento algum que tenha por fim repellir actos e ordems do governo federal. (PONCE FILHO, 1952, p.93)

No sul também apoiaram Ponce os coronéis João Ferreira Mascarenhas, Augusto Ferreira Mascarenhas, Manoel Antônio de Barros, João Alves Ribeiro e Estevão Alves Corrêa (CORRÊA, 2006). Para enfrentar o coronel Barbosa, João Mascarenhas comandou uma milícia. O coronel Barbosa e seus companheiros, fugindo das forças de Mascarenhas, foram até Assunção encontrar o general Ewbank.

Em 07 de julho, o general Ewbank e Manuel Murtinho chegaram a Corumbá, no dia seguinte, Ponce e Murtinho seguiram viagem até Cuiabá. Em 20 de julho, Manuel Murtinho reassumiu a presidência do estado. Segundo Mendonça (1973, p.45), Manuel não praticou nenhum ato de represália aos seus adversários, e não enfrentou mais nenhum movimento armado. A Disputa Oligárquica de 1892 consagrou Generoso Ponce como um líder, alcançando grande prestígio.

Enquanto que Antônio Maria deixou a carreira política. Foi reformado, junto

⁴³ “Quanto ao torpe e infame linchamento do tenente Mamede e o capitão Noberto, o sr. Paes Barreto devia procurar se informar antes de se referir a elles, para que a seta atirada ao ar não viesse cahir-lhe na cabeça. Não há quem ignore em Cuyabá, e nós ouvimos do próprio coronel João Paes de Barros, irmão do coronel Antonio Paes, que o assassino do desditoso Mamede foi uma vindita tirada por seu pae, o comendador Joaquim Paes de Barros e seus irmãos contra aquelle official, que havia disparado, em sua passagem para Cuyabá, dous ou tres tiros de canhão contra seu estabelecimento industrial, à margem do rio Cuyabá” (PONCE FILHO, 1952, p.118).

com os outros militares que assinaram o manifesto. Depois de sua participação na conspiração contra Floriano, foi desterrado na Fortaleza de Villegaignon em 11 de abril de 1892. Antônio Maria faleceu em 29 de agosto de 1894. Mendonça (1973, p.117) questiona o general: “Temos dúvidas sobre os sentimentos democráticos do general Antônio Maria Coelho”.

Em 1897, no jardim público de Corumbá ergueu-se monumento em bronze a Antônio Maria Coelho. O general tem sua participação na política estadual criticada pela literatura, reverenciado por seus atos na guerra. Segundo Nilo Póvoas Antônio Maria foi:

Figura de excepcional relevo na história militar de Mato Grosso, não foi sua efêmera passagem pelos meandros da política partidária, nem o papel saliente que representou na qualidade de primeiro Governador do Estado no regime republicano que lhe deram direito à consagração da posteridade, ... mas sim a indômita bravura com que, intemorata e espontaneamente, se atirou à luta pela redenção dos seus irmãos do cativo paraguaio, libertando do seu jugo um pedaço do solo pátrio e desafrontando a Nação Brasileira do vil insulto atirado à sua face (PÓVOAS, 1977, p.29).

O retorno do Partido Republicano ao poder foi atribuído a Ponce, que recebeu homenagens por todo estado e a gratidão do partido. O senador Antônio Azeredo o felicitou pela vitória e perguntou o que Ponce gostaria do partido: “Rio, 16 de Maio de 1892. Coronel Ponce, Presidente Matto-Grosso. Parabéns brilhante victoria alcançada nossa causa. Que deseja de nosso partido? Quereis continuar no governo ou quereis se faça nova eleição? Saudações” (PONCE FILHO, 1952, p.120). Ponce respondeu:

Cuyabá, 17 de Maio de 1892. Deputado Azeredo – Rio. Respondendo vosso telegramma hontem, devo dizer: o que deseja nosso partido consta decreto publiquei 14 corrente, restabelecendo Constituição, considerando como insubsistente todos os actos praticados pelo governo oriundo da sedição militar. Continuarei governo até que se apresente aqui dr. Manuel Murinho, presidente do Estado. Saudações. Generoso Ponce. (PONCE FILHO, 1952, p.120)

Quando Ponce assumiu o governo na qualidade de 1º vice-presidente, o governo federal perguntou se ele gostaria de permanecer, ele recusou. Ponce recebeu o título de coronel honorário da Guarda Nacional⁴⁴, entregue diretamente por Floriano Peixoto⁴⁵.

⁴⁴ A Guarda foi criada com inspiração na Guarda Nacional Francesa. Com a abdicação de Dom Pedro os liberais assumem a Regência. O Exército passou a ser excluído das decisões políticas, pois o governo, depois da participação ativa do Exército na Abdicação, temeu que houvesse uma anarquia militar. “Sabiam os liberais – e disso colheram proveito – que o exército, na feição que lhe imprimiu D. Pedro, não seriam apenas elemento propício a anarquia, mas marcaria a atividade política com uma tutela sem

Em 24 de outubro, Manuel Murtinho decretou o dia 07 de maio, dia que Ponce entrou em Cuiabá, feriado estadual. Ao completar um ano de tal homenagem, Ponce recebeu os cumprimentos de Joaquim Murtinho e outros tantos agradecimentos estendidos por vários anos.

Rio, 17 de Maio de 93. Coronel Generoso Ponce.

Em nome do Estado que represento no Senado Federal saúdo dia de hoje glorioso chefe, grande cidadão Generoso Ponce, forças patrióticas que conquistaram com valor e heroísmo liberdade e autonomia de Matto-Grosso. Joaquim Murtinho (PONCE FILHO, 1952, p.129)

Os anos de 1893 a 1898 seguiram-se com tranquilidade sobre o predomínio de Ponce aliado aos Murtinho. Em 1893, Ponce apresentou candidatura ao senado. No Rio de Janeiro, na casa de Joaquim Murtinho reuniram-se Azeredo, José Maria Metelo e Antônio Corrêa da Costa, que apoiaram sua candidatura e indicaram mais dois nomes. Em Mato Grosso, apenas um dos nomes indicados no Rio foi aceito, determinação que para Ponce Filho (1952, p.134) significava que “tem independência de atitudes os chefes locais e valor as suas decisões”.

Em 1893, ocorreriam as eleições para novo presidente da república. O governo Floriano inicialmente não contava com simpatia popular, mas com o tempo ganhou adeptos da classe média e baixa (CARONE, 1977), “[...] foi um Governo forte, mas popular; republicano jacobino, mas sustentado pela nova burguesia em ascensão” (CARDOSO, 2006, p.48).

No governo Floriano, segundo Cardoso, ocorreu a união entre republicanos históricos e jacobinos, o que sedimentou um sentimento contraditório de respeito às instituições, sem isso a transição seria insustentável. Para as eleições presidenciais, o nome apontado foi o de Prudente de Moraes, que mesmo não sendo o favorito de Floriano, este não fez objeção.

Nas eleições realizadas em 01 de março de 1894, Prudente foi eleito presidente e Ponce eleito senador por Mato Grosso, na vaga de Pinheiro Guedes. O primeiro presidente civil da República, Prudente de Moraes, assumiu sob boatos de que Floriano impediria sua posse. Seu novo governo vivenciou inúmeras instabilidades, como a

mandato popular [...]” (FAORO, 2008, p.347) Feijó cortou a verba do Exército e criou em 18 de agosto de 1831 a Guarda Nacional, em paralelo enfraquecimento do exército. Havia uma incompatibilidade entre o liberalismo e exército (FAORO, 2008, p.347).

⁴⁵ Azeredo sugeriu a Floriano que Ponce deveria ser general, o vice-presidente respondeu que não o faria porque ele abateu seus colegas do exército (PONCE FILHO, 1952, p.122).

Campanha de Canudos em 1896-1897, contudo, conseguiu a pacificação dos revoltosos do sul. Foi, assim, estabelecido o primado civil (CARDOSO, 2006).

No Mato Grosso, Manuel Murtinho terminou seu mandato em 1895, e para o governo estadual foi eleito Antônio Corrêa da Costa, e o 1º vice-presidente Antônio Cesário de Figueiredo. No ano seguinte, em 03 de dezembro de 1896 ocorreriam as eleições para o Congresso Nacional. Começaram, no Rio de Janeiro e em Cuiabá, as alianças políticas para a indicação dos candidatos.

Pensando na eleição para o Congresso, Antônio Azeredo pediu o apoio de Ponce para concorrer ao Senado, Ponce concedeu. Em outubro, o Partido Republicano definiu os nomes, e assim, esboçaram-se os primeiros atritos entre Manuel e Ponce quanto à escolha dos candidatos. Manuel Murtinho não concordou com o nome do general Francisco de Melo Rêgo, como também com a não inclusão de João de Moraes e Matos. Por telegrama, Manuel deixa claro que “quer que o Partido volte atrás. **Mas Ponce não consente**” (PONCE FILHO, 1952, p.139, grifo nosso).

Em abril de 1897, Ponce se muda para o Rio de Janeiro para permanecer dois anos e frequentar o Senado. O presidente do estado Antônio Corrêa lhe escrevia contando os detalhes do que se passava no estado, o filho de Solano Lopez havia entrado com uma ação requerendo as terras ao sul de Mato Grosso, e assim como Antônio Corrêa fornecia a Ponce informações sobre suas terras:

No mais tudo vae bem. Parece-me que a questão das terras dos Barros também vae terminar do melhor modo. O Totó Paes esteve commigo e expuz-lhe com a maior franqueza a questão e ele concordou que seu procedimento a respeito da pretensão dos irmãos não podia ser outro, porem, notei que não está contente comsigo e fez-lhe recriminações que demonstrei serem infundadas [...] (PONCE FILHO, 1952, p.140)

Antônio Paes de Barros, chamado de Totó Paes e chefe local de Ponce, era um rico usineiro que estava em desentendimentos com o senador Ponce por terras (CARONE, 1977). Outro ponto digno de nota é a amizade entre Antônio Corrêa e Ponce, que passou por uma situação famosa no estado, conhecida como o “caso do bonde”. O episódio resultou na demissão do presidente de estado e do chefe de polícia. Interessante notar que Ponce Filho em suas obras sempre faz defesa apaixonada do pai, entretanto, esse foi o único acontecimento visto como um erro pelo herdeiro.

O “caso do bonde” ocorreu no retorno do senador Ponce à Cuiabá, já que tinha sido eleito em 01 novembro de 1897 deputado estadual, e seria empossado no estado em

30 de janeiro de 1898. Em 23 de janeiro de 1898, Ponce retorna, à época na cidade, circulava o bonde levando passageiros do porto até o centro. Ao desembarcar no porto Ponce, notando que o bonde não estava, seguiu caminhando até a rua 13 de junho, onde avistou o bonde parado. Ignorando a ordem do chefe de polícia, segundo a qual o bonde estava em conserto, Ponce ordenou que o bonde funcionasse: “Perde, por instante, a calma habitual. E manda com voz imperativa: - Siga o bonde! O tom de autoridade de quem fala, operam o milagre por que espera o cansaço de todos. E o veículo pôe-se em movimento” (PONCE FILHO, 1952, p.145).

De fato o bonde parou para o conserto em um momento de necessidade de utilização do serviço, durante a chegada de passageiros no porto sob sol escaldante, mas é uma voz de autoridade que fez o direito – que deveria ser para todos – funcionar naquele momento. O presidente de estado e chefe de polícia, sentindo-se desprestigiados ante a autoridade de Ponce, renunciaram. Ponce pediu desculpas a Antônio Corrêa da Costa, que mudou-se, sem romperem relações, para Porto Murinho para ser superintendente do Banco Rio-Mato Grosso (BRMT). Assumiu o governo estadual Antônio Cesário de Figueiredo.

Nesses anos de razoável tranquilidade, enquanto o Partido Republicano vivenciou anos estáveis no poder, os remanescentes do Partido Nacional fundaram o Partido Democrata, e em 1898 passaram para o Partido Republicano. Já no Rio de Janeiro, o governo de Prudente de Moraes finda-se e, em 15 de novembro, Campos Salles assumiu a presidência da República. Este novo mandato tem repercussão para o estado, pois o mato-grossense Joaquim Murinho era o novo Ministro da Fazenda, o que significava ameaça direta à liderança de Generoso Ponce. Na cerimônia de posse do novo presidente, o senador Ponce pressentiu futuros embates com a família Murinho⁴⁶.

4.2- Disputa Oligárquica de 1899

O ano de 1898 foi marcado pelos arranjos da escolha do nome para concorrer à presidência no estado, cujas eleições seriam em 1º de março 1899. Os chefes políticos apontaram Ponce como candidato natural, mas ele recusou repetidas vezes. Ponce Filho afirma que o pai acreditava que faltava-lhe instrução para assumir tal posto. Nessas

⁴⁶ Durante a cerimônia de posse, Ponce retira os sapatos por estarem apertados, indagado por sua atitude respondeu: “Mas, meu caro Antero, os incômodos que êles me causam nada são comparados com os que vou ter com o governo que hoje se principia ...” (PONCE FILHO, 1952, p.151).

circunstâncias, Antônio Corrêa da Costa opinou sobre a questão em carta enviada a Ponce:

Estou muito satisfeito com a sua resolução; não me conformo, porém, com os motivos allegados para excusar a indicação honrosa que do seu nome faz todo o Estado, para occupar o logar de seu primeiro magistrado. Si o meu amigo, com sua longa e proveitosa experiencia das cousas e dos homens, conhecendo a fundo as nossas necessidades de ordem material e moral, não se julga habilitado a occupar este espinhoso cargo, quem poderá apresentar melhores titulos de habilitação? Compreendo bem que, na sua posição de chefe, talvez não conviesse muito a responsabilidade pessoal do poder; é sempre prudente e profundamente político, que tal responsabilidade recaia num amigo de inteira confiança, como ora succede com o nome por você lembrado e aqui bem aceito (PONCE FILHO, 1952, p.153).

Em janeiro de 1902, Ponce já no Senado comentou sobre o motivo da recusa em se candidatar à presidência do estado, segundo ele “a presidencia me fora offerecida por todos os chefes locais... mas eu não acceitei, porque não me considerava com forças bastantes, com illustração necessaria para bem dirigir o Estado”. O senador Metelo interpela afirmando que “a política de Matto-Grosso era, havia muitos annos, dirigida por V. Excia.”. Ainda no Senado Ponce comenta que:

Para dirigir a politica como chefe basta um pouco de bom senso... Para governar o Estado exigem-se, capacidade e qualidades especiais. O chefe político não precisa de talento e saber; basta que seja merecedor de confiança de seus amigos e tenha algum tino para conduzil-os por caminhos mais ou menos seguros (PONCE FILHO, 1952, p.153).

Diante da recusa de Ponce, durante 1898, o Partido Republicano precisava encontrar um candidato. Ponce escreveu cartas aos chefes locais do estado, perguntando sobre quem deveria ser o candidato do partido e a indicação de seu nome foi unânime, poucos apresentaram outros candidatos, mas comprometeram-se em apoiar, conforme excertos abaixo, a qualquer indicação de Ponce.

Assim, em 27 de março de 1898, Antônio Paes de Barros respondeu indicando três nomes e assinalou que “a fim de V. Excia. á vontade fazer a escolha, na certeza de que saberei acatar a deliberação que V. Excia. tomar (PONCE FILHO, 1952, p.155). Arthur de Campos Borges, chefe em Rosário, também primeiro destacou o nome de Ponce e indicou mais três nomes. Francisco Alexandre Ferreira Mendes, “prestigioso chefe de Diamantino”, em 15 de fevereiro de 1898 escreveu:

Quanto à indicação que me pedis de um nome para candidato à presidencia do nosso Estado, não tenho outro a indicar senão o vosso, e nenhum outro conheço com igual direito e merecimento, portanto, muito de coração indico o vosso próprio nome. Si, porém, por incompatibilidade que ignoro, não

acceitardes minha indicação, autorizo-vos desde já a substituí-lo como entenderdes, certo de que muito acato e respeito a vossa judiciosa opinião (PONCE FILHO, 1952, p.155).

Joaquim Sulpício de Cerqueira Caldas, chefe da Chapada, respondeu em 18 de março de 1898, depois de também indicar primeiro Ponce: “mas, si obstina-se em não aceitar, no que faz muito mal, já sabe que votarei em quem o Sr. mandar: meu candidato será o seu; a responsabilidade da escolha lhe compete; é só o que tenho a dizer” (PONCE FILHO, 1952, p.156).

Os irmãos Venancio de Campos e Silva e Francisco Galdino Duarte, chefes na Guia, respondem em 28 de fevereiro de 1898 e igualmente após indicarem Ponce, afirmaram: “votaremos em quem o Sr. Indicar: não temos indicação a fazer. Suas ordens serão aqui cumpridas religiosamente, como sempre” (PONCE FILHO, 1952, p.156).

O major Joaquim Pio de Souza Machado, chefe de Brotas, em 01 de março de 1898, respondeu: “... aceitarei com religioso respeito quem for indicado por V. indicado, pois sabe que sou soldado disciplinado”. O chefe de Cáceres, Diogo Nunes de Souza, disse que aceitaria qualquer indicação de Ponce, pois “cabe ao chefe fazer tal indicação”. Antônio Joaquim Malheiros, possuidor da maior fortuna do estado, de Corumbá, respondeu em 03 de abril de 1898 “[...] o nosso partido em Corumbá votará em quem V. mandar”. Salomão Alves Ribeiro, de Poconé, em 05 de setembro 1898 também deixou a escolha para Ponce.

Carlos Ferreira Castro, homem abastado de sua região, de Santana do Parnaíba, respondeu em 01 de agosto de 1898:

Com relação à eleição de presidente do Estado sobre que V. Deseja saber a minha opinião, cumpre-me dizer-lhe que deliberará como melhor entender na certeza de que, si dependesse de minha vontade, o meu desejo de coração é que seja você o eleito, pois que reúne todos os requisitos para o bom desempenho do cargo...Aqui a votação poderá atingir a uns 600 votos; mas, si for você o candidato, poderá contar com muito maior votação (PONCE FILHO, 1952, p.157).

João Batista de Almeida, chefe de Barra do Bugres, respondeu em 23 de setembro de 1898 que:

Não há que vacilar na escolha do candidato, cuja indicação você pede: o nome geralmente apontado pelo partido é o seu e, fora disso, aqui aceitaremos sem relutância a indicação que for feita pelo nosso prezado chefe, cuja voz de mando desde muito acostumamos a obedecer (PONCE FILHO, 1952, p.157).

Da mesma forma, João Ferreira Mascarenhas, chefe em Nioaque, salienta que apoiaria quem Ponce indicar. João Paes de Barros, além de indicar Ponce, indicou também João Félix, mas deixou a seu cargo a escolha: “[...] V. como chefe do partido, é quem deve mesmo escolher os nossos amigos capazes – o candidato à presidencia, e de cuja escolha nos satisfaremos, confiados no alto tino politico e já tantas vezes provada dedicação aos amigos” (PONCE FILHO, 1952, p.158).

A escolha foi feita, portanto, consultando os chefes locais, o que segundo Ponce Filho seria uma forma democrática. Entretanto, o teor das cartas, tanto de Ponce como dos chefes locais, era de mera formalidade. Um exemplo do aspecto diplomático das cartas foi Antônio Paes que mesmo referendando o nome de Ponce, é sabido que desde 1897 “já não estava contente” com o senador devido às disputas de terras. A formalidade da consulta serviu apenas para legitimar a escolha feita por Ponce, pois seria dele o veredicto final.

Diante do aspecto mais propriamente polido da consulta, Ponce escolheu o candidato do PR, o engenheiro João Félix de Azevedo e informou aos chefes que “esta minha indicação, porém, de modo algum obrigará a sua aceitação. O amigo lembrará o nome de quem bem lhe parecer, com a certeza de que o candidato do nosso partido será aquelle que reunir a maioria das indicações dos chefes locais” (PONCE FILHO, 1952, p.159).

A maioria dos chefes locais apoiou a candidatura de João Félix, faltava apenas que Ponce o anunciasse como candidato oficial. O presidente do estado em exercício, coronel Cesário, se manifestou sobre o assunto em carta dirigida a Ponce:

Quanto à candidatura do nosso amigo Dr. João Félix à presidente do Estado, pode-se dizer que é cousa definitiva o apoio quasi geral de todas as localidades, dependendo somente da ultima palavra do Chefe para que o órgão do partido se pronuncie: ... [João Félix é] aceito por todos municipios. Não há perigo na eleição do J.Félix; é elle o futuro governo...”
Presidente do Mato Grosso coronel Cesário (PONCE FILHO, 1952, p.160).

A candidatura de João Félix não encontrou apoio por parte de alguns membros do Partido Republicano⁴⁷. O jornal O Rebate lançou a candidatura do mato-grossense José Maria Metelo, que era major da Guarda Nacional e desembargador do Tribunal de Relação estadual, mas o jornal não apontou quem o apoiava. De acordo com Menezes

⁴⁷ Não apoiaram Antônio P. Alves de Barros, João A. Nunes da Cunha, Hermenegildo Alves Pereira, e o coronel Felipe C. Antunes.

(2007), Metelo apenas aceitou concorrer se Ponce não participasse da disputa, pois sabia que contra ele não poderia ganhar.

Um dos que se opuseram a candidatura de João Félix foi Antônio Paes de Barros. Menezes (2007, p.53) mostrou que Ponce, através de Pedro Celestino Correia da Costa, ameaçou as atividades comerciais de Antônio Paes, que mesmo diante das intimidações não cedeu, respondendo: “Ficando-lhe assaz reconhecido pela justiça que faz-me de nunca subordinar minhas opiniões a qualquer classe de interesse, seja ela da ordem que for”. Comunicou a Pedro Celestino que não votaria no candidato de Ponce e sim em Metelo. Antônio Paes se recusou a apoiar o nome que seu irmão indicou.

Até esse momento, Ponce costurou as alianças políticas considerando apenas os chefes locais, não se dirigindo aos outros membros do Partido Republicano que estavam no Rio de Janeiro e tampouco consultando os Murtinho. Com o surgimento da candidatura de Metelo, Ponce que já tinha um acordo com Murtinho de incluir o nome de Metelo na próxima eleição, tentou fazer um acordo. Ponce escreve a Metelo propondo-lhe a presidência do estado com sua indicação:

Aceitaria a presidência se indicado pela maioria dos chefes locais? Êstes, porém, **não manifestam a favor do candidato murtinhista**, e a insistência de Manuel assume, aos poucos, caráter de imposição. Imposição tão declarada que não seria mais possível a Ponce, sem desdouro, recuar da candidatura João Félix para esposar a de Metelo (PONCE FILHO, 1952, p. 161, grifo nosso).

Nesse sentido, Ponce, que detinha o apoio da maioria dos chefes locais e estes votariam em quem ele mandasse, reivindicava sua legitimidade na indicação. A disputa, então, tratava-se de a quem cabia o direito da escolha e da hegemonia política em Mato Grosso. Em setembro de 1901, o coronel foi questionado no Senado sobre esses acontecimentos, e declarou:

Ao mesmo tempo que eu isto fazia, sr. Presidente, escrevia ao sr. dr. Metello, consultando sobre o caso sua opinião e pedindo me dissesse si acceptaria aquelle posto de honra, si fosse S. Excia. indicado pela maioria dos chefes locaes, a respeito consultados. O sr. dr. Metello me respondia, em 8 de Outubro de 1898, nos seguinte termos: “Minha opinião, que V. Excia. deseja ouvir sobre a escolha do futuro presidente do Estado, é que andaram muito acertados os chefes locaes que reponderam à sua consulta indicando o seu nome, estando eu de inteiro accordo com esta indicação... declaro ... que não me julgo com direito de negar meus serviços em qualquer posto...” ... Nenhuma opposição absolutamente teria eu fazer à candidatura de S. Excia., si, porventura, S. Excia. **tivesse obtido dos chefes locaes maioria em favor de seu nome**, porquanto nenhuma divergencia existia entre nós e, muito pelo contrario, nossas relações de amizade eram bastante estreitas. Nenhum

motivo particular, portanto, tinha eu para opor-me à candidatura de S. Excia., si **ella tivesse sido determinada pela maioria dos chefes locais**. (PONCE FILHO, 1952, p. 162, grifo nosso).

Alegando que o candidato deveria partir da maioria, e por essa razão não era válida a candidatura de Metelo, Ponce estava na verdade lutando por seu direito de indicar o candidato do PR, devido à sua posição de liderança. Como detinha a obediência dos chefes locais, Ponce conseguiria que qualquer candidato fosse o candidato da maioria, como pôde ser observado nas cartas acima transcritas. A questão se referia a sua própria participação no processo de escolha, ao seu direito de definir o candidato e ao seu domínio político.

Já para os Murtinho, com o tempo a gratidão do retorno político graças às forças de Ponce ficaram para trás e assim, começaram os atritos pelo mando político. Os Murtinho perceberam o crescimento político de Ponce no estado de Mato Grosso. A eleição de 1893 mostra que Ponce ignorou os Murtinho na escolha do candidato do PR, e continuou o fazendo durante todo ano precedente às eleições de 1899, o que suscitou ainda mais nos Murtinho a busca pela oportunidade de obter o comando político somente para si.

De modo que os dois grupos decidiram se enfrentar, um apoiando-se no prestígio e obediência da maioria dos chefes locais mato-grossenses, e o outro contando com seu prestígio junto ao presidente da República. Dada essa conjuntura os dois grupos romperam, a notícia chegou para Ponce quando fazia a viagem do Rio para Cuiabá, em um telegrama de Manuel Murtinho no dia 04 de dezembro de 1898:

Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1898. Exmo. Sr. Senador Generoso Ponce. Por motivos ponderosos mal pude levar a effeito a publicação do meu manifesto ao Estado de Matto-Grosso contra a injusta preferencia da candidatura do Dr. João Félix à do Dr. Metello na próxima eleição para presidente d'este Estado conforme os termos em que preveni por carta V. Excia. Limitei-me, por isso, à declaração que fiz publicar no "Jornal do Commercio" de hoje e cujo objetivo apenas visa exonerar-me de qualquer responsabilidade pela direcção dos negocios politicos em nosso Estado, ... Desculpe-me V. Excia. este desabafo que não é inspirado por sentimento de despeito, e sim pela necessidade de ser franco com um amigo de todos os tempos, de quem profunda desharnia política separa-me irresistivelmente, mas cujas relações pessoais espero continuar a cultivar sem quebra de apreço (PONCE FILHO, 1952, p. 165).

Em resposta, Ponce retorna o telegrama em 21 de dezembro daquele ano:

Bordo do Ladario, em Corrientes, 21 de Dz.º de 1898. Exmo. Sr. Dr. Manuel Murtinho. Por mão do nosso amigo Caracciolo recebi a estimada carta ... Um despacho telegraphico que acabo de receber de Cuyabá, avisa-me, entretanto, que V. Excia., para alli telegraphara declarando rotas as nossas relações e aconselhando a apresentação do Dr. Metello, pelo que, clara e evidentemente se vê que bem diverso é o objectivo daquela declaração de V. Excia... Si é grande o desgosto de V. Excia. em separar-se de um amigo de todos os tempos, muito maior é o que experimento vendo que V. Excia. tem em tão pouca conta as innumeras provas de leal e sincera amizade que sempre lhe dediquei com sacrificio até da minha própria vida. Nunca me passou pela mente que um dia pudesse vir entrar em lucta politica com um amigo em quem eu suppunha ter como um insensível escudo ...Asseguro-lhe, entretanto, que, **por maiores que sejam os desgostos que tenha de experimentar, nem por isso fraquejará** o meu espirito nem diminuirá o meu apreço à pessoa de V. Excia. de quem serei sempre Amgo. Velho crdo. Obrgmo. Generoso Ponce. (PONCE FILHO, 1952, p. 165-6, grifo nosso)

Estavam rompidas definitivamente as relações entre Ponce e os Murtinho. Ponce obteve apoio dos Corrêa da Costa e Azeredo, e ao lado dos Murtinho estavam Antônio Paes de Barros e Metelo. Assim, Ponce sabia que enfrentaria dissabores, mas se agarrou ao fato de que em torno de si aglutinava-se a maioria, acreditava que se João Félix ganhasse não haveria intervenção federal, uma vez que o presidente Campos Salles havia declarado que seguiria uma política de não intervenção nos estados e a política dos governadores, por ele criada. Segundo o próprio presidente da República:

Gabinete do Presidente do Estado de São Paulo, em 24 de Novembro de 1897. Na minha plataforma referi-me também às relações com os governos dos Estados, declarando-me contrario à política intervencionista: quer diser, não perturbar a política e os negócios internos dos Estados: **não interferir para depor e organizar governos: aceitar o que estiver constituído, dar-lhe todas as garantias**, embora o prestigio partidário tenha de aproveitar sómente, exclusivamente aos correligionários. Guardado este respeito á autonomia dos Estados, eliminam-se tambem as causas de perturbação interna e evita-se a reprodução das praxes do antigo regimen, em que a ação política concentrava-se no governo geral. Campos Salles (DEBES, 1977, p.85, grifo nosso).

Estava claro, portanto, que o presidente era contra intervir nos estados, sobretudo “não interferir para depor e organizar governos”. Campos Salles foi o criador da política dos governadores, o que proporcionou alguma estabilidade para o sistema e, juntamente com seu ministro Joaquim Murtinho, a implementação de mudanças econômicas.

Com a política dos governadores, Campos Salles pretendeu evitar o que aconteceu com Prudente, quando alguns governos estaduais lhe fariam oposição. “De modo que, prestigiando as situações estaduais, obteria o apoio delas” (DEBES, 1977,

p.113). Tornou-se urgente eliminar as agitações, como também reduzir a participação popular; como maneira indireta de neutralizar as capitais, que tinham uma “massa crítica”, fortaleceu os estados, pacificando e cooptando oligarquias (CARVALHO, 1987).

E assim foi feito em todo o Brasil, os municípios foram esmagados diante dos estados, os governadores passaram a ter cada vez mais poder. Campos Salles acreditava que a direção do processo político pertencia a poucos e não à coletividade, pensou esta política como uma forma de conseguir estabilidade diante de inúmeras querelas locais, ocupando a presidência somente com grandes questões. Assim, durante seu governo anunciava: “Elevemos as nossas vistas além dos estreitos limites que encerram os interesses locais, para que o espírito público não mais agite senão em torno das grandes e pesadas necessidades que oprimem a União, a batendo o nosso valor moral” (DÉBES, 1977, p.103).

A política dos governadores, conforme Cardoso (2006), consistiu em 1) Diante da independência dos Poderes prevaleceria a determinação da Presidência da República. 2) O Legislativo não governaria nem administraria, quem esclarecia e dirigia era o Executivo. O Legislativo necessitaria da direção do Executivo. 3) Era necessário encontrar uma forma de solidarização entre Executivos e as maiorias, afinal o mesmo sufrágio que elege um poder deveria eleger o outro poder. Assim, o presidente reconhecia a legitimidade das maiorias estaduais. 4) Portanto, o governo federal deveria apoiar as maiorias estaduais e nunca as dissidências locais, assim a situação apoiava a política do presidente incondicionalmente. 5) A prática para que isso pudesse acontecer foi a Comissão de Verificação de Poderes, ela resolvia casos de dúvida sobre quem havia sido eleito. Dessa maneira, se o candidato eleito fosse da oposição não receberia o diploma e não conseguiria assumir seu mandato. Ou seja, só era eleito quem apoiava o governo, independentemente do número de votos.

Dessa forma, a Comissão de Verificação de Poderes jogava as disputas, bem como a decisão e as insatisfações, do âmbito federal para o estadual. Assim, cabia aos estados a escolha de quem assumiria o poder. Antes, a diplomação na Comissão era feita pelo deputado mais idoso, a partir de então a verificação do mandato seria feita pelo presidente da Câmara anterior, um governista, garantindo que só assumiria quem fosse da situação, mesmo que fosse o menos votado.

Ao definir o que era o diploma do deputado eleito, deslocava-se do âmbito

federal para o dos Estados, a tarefa da declaração dos eleitos. É que o diploma seria a ata de apuração da eleição, firmada pela maioria da Câmara Municipal, a que a lei incumbisse de apurá-la (DEBES, 1977, p.112).

A configuração entre a esfera federal e estadual (política dos governadores) e a estadual e municipal (coronelismo) também foi analisada por Queiroz (2006). Do ponto de vista do município, o chefe municipal deveria se ater aos poderes estadual e federal. A Câmara municipal apurava a eleição para deputados, mas só poderia assumir os diplomados na Comissão de Verificação de Poderes, tal comissão era presidida, como já apontado, pelo presidente da legislatura anterior. O presidente da Comissão escolhia os membros para compor a Verificação de Poderes, e se a Câmara municipal fosse partidária do governo estadual, os vereadores e deputados mais votados seriam diplomados. Entretanto, se a Câmara estivesse na oposição os candidatos não seriam diplomados.

Assim, no município que apoiava o governador havia o pacto coronelista: “[...] o governo não se metia no município, onde o coronel tinha carta branca para fazer o que quisesse, e em troca recebia o apoio do coronel” (QUEIROZ, 1976, p118).

Campos Salles promoveu a mesma lógica só que do âmbito federal para o estadual. O presidente da república:

[...] prometia-lhes carta branca dentro dos seus estados, desde que se comprometessem a só eleger deputados federais e senadores que estivessem de acordo com o governo federal...Era em escala federal, a mesma combinação existente no plano estadual, entre presidentes e coronéis: dá-me teu apoio e terás carta branca (QUEIROZ, 2006, P.122).

Quanto à perspectiva dos estados, a postura do governo estadual era a de deixar que nos municípios as facções disputassem, para depois apoiar o vencedor. Para com o governo federal, os estados tinham a política de contínuo apoio, ou sofreriam consequências como a derrubada do governador, e não serem diplomados os seus deputados federais e senadores.

Por essa razão, Leal (1975) afirma que existia uma mistificação do regime representativo, dada a postura governista do município. O governismo era uma postura coercitiva desse sistema tanto para com o cidadão como para com o município, somente aquele que apoiasse o governo receberia benefícios, caso não o fizesse deixaria de receber seus direitos, e até sofreria perseguições. Por exemplo, dada a pouca receita do estado para suprir a real necessidade dos municípios, o político estadual escolhia o

município que receberia as verbas públicas, mas de acordo com sua filiação partidária. “O critério mais lógico, sobretudo por suas consequências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estão nas mãos dos amigos” (LEAL, 1975, p.45).

Por esse motivo, para o autor há uma mistificação do regime representativo, pois mesmo que as eleições fossem honestas o eleitor saberia quem era o candidato que poderia trazer melhorias para o município, e este candidato era o governista. Mesmo que o candidato oposicionista fosse eleito, este não assumiria, pois existia a Comissão de Verificação de Poderes para impedi-lo. Não havia um ambiente em que a oposição pudesse concorrer em igual situação, o que conduzia a um só posicionamento possível, um só caminho para política, o governismo.

Nesse quadro, as pessoas disputavam para apoiar o governo. “[...] não se batem para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não governista: batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar.” (LEAL, 1975, p.49). O maior mal que poderia acontecer a um chefe político era ser oposicionista. Contudo, não significa que eles não tenham existido, mas ter o “cofre das desgraças” aberto sobre si não era uma posição confortável.

O governo federal tinha como ideal obter mais votos com o mínimo de esforço, para isso apoiava a situação majoritária no estado. Em troca, o político estadual dava apoio ao candidato governista federal. O mesmo ocorria na esfera estadual e municipal. Então, a essência do compromisso coronelista se dava:

[...] da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar (LEAL, 1975, p.50).

Tanto a Política dos Governadores como o pacto coronelista configuravam uma situação em que a maioria se aglutinava em torno de determinado mandão local, e em Mato Grosso este mandão era Ponce. O coronel consciente de que “domina o Partido, é senador da República, conta com a lealdade do vice-presidente, tem maioria da Assembleia estadual e na maior parte dos municípios” (CARONE, 1977, p.195) e baseando-se nas próprias palavras ditas por Campos Salles, estava seguro em seguir apoiando a candidatura de João Félix. Portanto, Ponce abre oposição contra os Murtinho. Em carta de 12 de fevereiro de 1899 escreveu:

[...] Trabalhe, meu amigo; do resultado dessa eleição depende firmar-se para sempre o nosso partido no poder. Ganhemol-a, **e não haverá jamais ameaça de intervenção**. Nós somos os defensores da autonomia do Estado, e não precisamos do bafejo do governo federal para vivermos (PONCE FILHO, 1952, p.171, grifo nosso)

Com as posições antagônicas definidas, começaram as retaliações. Amigos de Ponce perdem as nomeações da Guarda Nacional, e até mesmo o próprio Ponce fora demitido perdendo a patente de coronel. De acordo com Ponce Filho (1952, p.177), ocorreram diversas pressões para que os partidários de seu pai apoiassem a candidatura de Metelo incluindo “promessas de posição e de dinheiro [...] uso de amizades pessoais, ligações de família, demonstrações públicas de decisiva determinação do governo federal em prestigiar os Ministros Murtinhos⁴⁸”.

Parte dessas tentativas foram feitas por Benedito Cipriano de Souza, genro de Manuel Murtinho. Benedito tentou conseguir apoio da maioria na Assembleia, avisando o sogro de seu insucesso: “Repito impossível maioria Assembléa. Ponce conserva todo prestigio official dispondo meios dominar Deputados. Contamos certeza sete amigos podendo apenas afastar dois contrarios” (PONCE FILHO, 1952, p.178).

Benedito questionou Manuel sobre possível apoio no Rio de Janeiro a um movimento armado em Mato Grosso: “Diga positivamente si aprovam attitude. Temos fortes elementos. Urgente e reservado” (PONCE FILHO, 1952, p.178). Manuel responde: “Attitude extrema justificavel circumstancia extrema pegaram armas defender opportunamente nosso direito terreno legal... Apoiam attitude extrema amigos tomem evitar apuração actas falsas?” (PONCE FILHO, 1952, p.178)

Dessa forma, os mato-grossenses no Rio autorizaram um novo movimento armado no estado. E a pergunta feita por Manuel sugeria o desejo do ministro em saber se haveriam fraudes, aconselhando não utilizá-la. Assim, formou-se a Legião Campos Salles, formada e comandada por Antônio Paes de Barros que, como foi mostrado, tinha questões de terra com Ponce e estava descontente há muito tempo, negando-se a apoiar a candidatura poncista.

Nesse clima de tensão, em 01 de março de 1899 realizou-se a eleição e, o candidato de Ponce, João Félix venceu. Como procedimento habitual, em 10 de abril a Assembleia Legislativa deveria referendar as eleições, sendo Ponce o presidente da

⁴⁸ Joaquim era ministro da Fazenda de Campos Salles, e Manuel tinha sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

casa. Notando as circunstâncias adversas e temendo a ação da milícia de Antônio Paes, o presidente do estado, o coronel Cesário, em 05 de abril telegrafou ao presidente da República informando a formação de uma legião com intuito de forçar a Assembleia anular a eleição que deu vitória a João Félix, pedindo-lhe auxílio federal. No mesmo dia, Campo Salles respondeu assegurando que as providências estavam sendo tomadas para manutenção da ordem. Cesário envia então outro telegrama a fim de esclarecer melhor a situação.

Ponce e Cesário vão negociar diretamente com Joaquim Murinho, em 04 de abril escrevem:

Não vos falamos n'este momento como partidários, nem com interesses de mando, mas como filhos da mesma terra, e para evitar, que sobre vosso nome illustre recaia a tremenda responsabilidade do sangue que vae ser derramado aqui, inutilmente, só porque, permiti-nos a franqueza, tendes dado credito às intrigas urdidas, como com o tempo verificareis, estamos certos. Dizei, pois, o que quiserdes, porque estamos certos de que não exigireis indignidades dos vossos amigos e patrícios leaes e sinceros. E para isso faremos todos os sacrificios compatíveis com nossa dignidade. O que queremos é salvar nossa terra da anarchia para que contamos com o vosso patriotismo e com a vossa vontade. Antonio Cesario – Generoso Ponce (PONCE FILHO, 1952, p.187).

Murinho respondeu:

Presidente do Estado do Matto-Grosso e Senador Generoso Ponce – Cuyabá – Recebi vosso telegramma pedindo minha intervenção amistosa, afim de evitar lucta armada em nosso Estado. Sendo accusadas de fraudulentas eleições 1 de Março, julgo que a solução é a annullação referidas eleições. Penso que este é o primeiro passo para uma solução satisfatória mais tarde. Joaquim Murinho (PONCE FILHO, 1952, p.188)

O presidente Campos Salles respondeu o segundo telegrama de Cesário em 08 de abril de 1899:

De accordo meus telegrammas asseguro a V. Excia. que o governo da União tem dado providencias para agir a bem da ordem e garantia do exercicio dos poderes quando julgar opportuno, não podendo porem entregar aos poderes estadoes a direcção das forças federaes nem o seu armamento. Saudações. Campos Salles (PONCE FILHO, 1952, p.180)

O coronel Cesário protestou dizendo que “o que quer o governo d’este Estado é que a força federal auxilie a garantir a ordem e a tranquilidade do Estado, para que livremente funcionem os poderes constituídos” (PONCE FILHO, 1952, p.181).

Em 10 de abril, a Assembleia se reuniu com as tropas de Antônio Paes cercando Cuiabá. A Assembleia também pediu auxílio federal, baseada na Constituição de 1891,

em seu artigo 6º: “O Governo Federal não poderá intervir em negocios peculiares aos Estados, salvo: 3º Para restabelcer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos governos” (BRASIL, 1891).

Tentou-se, então, pedir auxílio ao comando do distrito militar, comandado pelo general Câmara. O general informou, em 11 de abril, que atendendo ordens do governo federal, deveriam manter-se neutros e não interferir no conflito, ou seja, nenhuma instância asseguraria que a Assembleia mantivesse o resultado das eleições.

Campos Salles respondeu à carta de Cesário, que chegou em 16 de abril:

Consigno vosso protesto, ponderando, entretanto, parecer que esqueceis não ser a vós que pertence verificar a oportunidade da execução das prerogativas presidenciaes. Ha nessa capital um representante official do Governo Federal, encarregado de executar as suas instruções e imparcialmente lamentando estado dos espiritos que põe em perigo ordem publica, adoptarei quando e como me parecer opportuno e conviniente, sem attender as soluções da paixão, qualquer que seja sua procedencia. Saudações. Campos Salles (PONCE FILHO, 1952, p.182)

Dessa forma, o presidente da República agiu contra a política dos governadores, que ele próprio criara, para beneficiar seu ministro das Finanças. “Fugindo à promessa de manter neutralidade nos casos estaduais e de intervir somente a favor dos situacionismos locais, Campos Salles ajuda seu Ministro das Finanças, Joaquim Murinho, que está pessoalmente interessado nos acontecimentos” (CARONE, 1977, p. 195).

Debes (1977, p.130), sobre os acontecimentos em Mato Grosso, insiste em afirmar que “Campos Salles, fiel à sua anti-intervencionista, mantém-se alheio ao desenrolar dos fatos.” Entretanto, conforme Queiroz (1976), quando o governo federal simplesmente declarava-se “neutro”, obviamente era um posicionamento que beneficiava algum dos lados, ou seja, ao declarar-se “alheio aos fatos”, ao se negar cumprir a Constituição – que previa intervenção se fosse solicitado pelos estados – Campos Salles beneficiava seu Ministro, Joaquim Murinho.

De modo que, contando apenas com o governo estadual para manutenção do resultado das eleições, entre os dias 10 e 17 de abril enfrentaram-se em Cuiabá a Legião Campos Salles e as forças de Ponce, que conseguiu agrupar 1300 homens. Em 10 de abril foi proposto a Ponce um acordo: sua vida e a dos deputados em troca da anulação das eleições.

A situação não se resumia mais a quem ficaria com o poder, que já estava de fato com os Murinho, e os contrários corriam agora risco de vida, mas ainda assim Ponce

insistiu em não anular as eleições. Não aceitando o acordo, Ponce propôs a Joaquim que fosse diplomado João Félix, e depois haveria a renúncia. Joaquim escreveu alegando que a proposta de Ponce mais parecia uma “imposição do meu lado”, melhor seria anular as eleições (PONCE FILHO, 1952, p.207).

Diante dessas circunstâncias, o correligionário de Ponce, Pedro Celestino Corrêa da Costa, decidiu intervir para que não houvesse piores consequências. Em 14 de abril de 1899, Pedro Celestino escreveu para Ponce que iria intermediar um acordo com Antônio Paes, mandou uma cópia para Ponce ler e corrigir, mas Antônio Paes continuava a oferecer o mesmo acordo: a garantia de vida em troca da anulação da eleição.

Através de Pedro Celestino, Ponce pediu para encontrar com Antônio Paes, caso este não quisesse autorizou Pedro Celestino negociar em seu nome. Em dia 15 de abril, Antônio Paes respondeu à carta, preferindo se encontrar com Pedro Celestino. Em 16 de abril chegaram a um acordo:

Convênio – o Senhor Generoso Paes Leme de Souza Ponce, chefe do partido republicano, e o Coronel Antônio Paes de Barros, comandante da divisão patriótica – Campos Salles – no desejo de pôr termo a situação deplorável em que se acha a capital com a lucta armada travada desde o dia 10 corrente – concordam na cessação das hostilidades e restabelecendo completo a paz e tranquilidade publica mediante as condições seguintes aceitas, por ambas as partes: 1ª) A Assembleia reunir-se-á já para aceitar a renuncia de seu presidente, eleger o novo, indicado pela dissidência e que assumirá o governo do Estado e decretar a nulidade da eleição de 1º de Maio findo. -2ª) A Assembleia adiará a sua sessão para o dia 1º de Maio vindouro. -3ª) Ficam garantidos a vida, a propriedade e os direitos de todos os republicanos e dissidentes. -4ª) Serão indenizadas pelos cofres publicos todas as despesas motivadas pelo actual movimento armado. -5º) O commandante do districto assignará com os chefes das forças litigantes este accordo e garantirá a ordem publica e o cumprimento exacto do mesmo accordo. Cuyabá, 16 de Abril de 1899. Antônio Paes de Barros (PONCE FILHO, 1952, p.205)

Em 17 de abril, a Assembleia se reuniu e anulou as eleições. No Rio de Janeiro, Luis Adolfo Melo Rego discursou na Câmara Federal sobre o caso, o mato-grossense falou contra a conduta dos Murtinho, mas o ostracismo de Ponce estava consumado.

Depois de anulada a eleição, a ajuda federal veio para garantir o poder constituído e manter a ordem, sendo o presidente Cesário foi vigiado pela força federal. O nome do novo presidente resultaria das decisões entre Ponce e Joaquim, que começaram a negociar. Ponce e Cesário, por telegrama, enviaram nomes ao governo:

Manoel Esperidião, Salomão Ribeiro, Coronel Barros, Dr. Ferreira Mendes,

Costa Ribeiro, Arnaldo Novis, Costa Marques, Pereira Gomes, Cel. Jão Nunes e Manoel Escolástico, são nomes de ambas as parcialidades que podem formar uma chapa. Fora d'estes, só algum patricio alheio ás luctas locais (PONCE FILHO, 1952, p.211).

Ao que Murtinho respondeu: “dos nomes apresentados, escolho Barros, presidente; João Nunes, 1º vice-presidente; 2º e 3º são escolha do Directorio; dous governistas, dous dissidentes, e chefes democratas, união todos partidos” (PONCE FILHO, 1952, p.211). Ponce rebateu “Aceitamos Barros; meus amigos querem Mascarenhas, 1º vice [...]”, e assim, não chegaram a um acordo. Uma nova tentativa foi feita pelo Senador Azeredo e pelo deputado Luís Adolfo no Rio de Janeiro que levaram ao Catete outro acordo; quanto ao presidente concordavam que seria Barros, mas o vice seria um de três situacionistas mato-grossenses. A chapa foi composta do coronel Antônio Pedro Alves de Barros para presidência, João Paes de Barros para 1º vice-presidente e João Ferreira Mascarenhas para 2º vice-presidente.

As eleições ocorreriam em 20 de julho de 1899, estavam ambos os lados apreensivos, pois tanto poderiam ser reprimidos os vencidos, como poderia se levantar um novo movimento armado. Cada passo dos envolvidos gerava tensão, quando Ponce viajou para o interior, a facção oposta interpretou tal ação como um possível levante. E assim ocorreram, segundo Ponce Filho, demissões, subornos, transferências e tentativa de assassinato de Ponce em Cáceres.

Em 26 de junho, Ponce lançou um manifesto aconselhando a abstenção, visto que as condições não estavam favoráveis. O medo de um possível levante se verifica nas prisões de poncistas, como Antônio Azeredo e outros. Manuel aconselhou o genro Benedito vigiar a oposição, mas não usar a violência (CORRÊA, 2006; CORRÊA FILHO, 1969; MENEZES, 2007; PALERMO, 2010; PONCE FILHO, 1952; SOUZA, 2010).

Até o momento ainda na presidência do estado, Antônio Cesário resolveu renunciar, os vices se recusaram assumir, nem o presidente da Câmara Pedro Celestino aceitou o cargo. Assumiu, então, o vereador mais votado da Câmara Municipal, Antônio Leite de Figueiredo. Realizadas eleições foi eleito o coronel Barros, que assumiu em 15 de agosto 1899.

Em virtude da cisão entre Ponce e Murtinho, criaram-se dois novos partidos para abrigar os dois grupos: o Partido Republicano Constitucional, que agregava Antônio Paes de Barros, e os Murtinho; e o Partido Republicano Conservador, com Ponce e os

Corrêa da Costa (NEVES, 2001).

Ponce estava agora na oposição e passou a sofrer perseguições, o que era frequente conforme Leal (1975). O caso mais famoso, a Ramonada, foi o evento da tentativa de assassinato do senador Ponce. O personagem principal, Ramon Jackwisck, havia participado das forças de Antônio Paes. Em determinado dia, Ramon encontrou Ponce e ao desentenderem-se, sacou a arma.

Ponce conseguiu escapar, mas algumas pessoas seguiram Ramon e o assassinaram. Na casa de Ponce, um grupo se reuniu para prestar-lhe solidariedade, no entanto, seguiu para o local uma força do exército e proibiu a saída das pessoas. Posteriormente, foram escoltadas da casa de Ponce até a cadeia várias pessoas acusadas do linchamento de Ramon, são presos o coronel Cesário, João Félix, Pedro Ponce, desembargador Maranhão, entre outros. Ponce ficou em prisão domiciliar.

Nas eleições federais de 31 de dezembro de 1899, Ponce conseguiu, ainda, eleger seus candidatos, vencendo no Senado e na Câmara, mas a Comissão de Verificação de Poderes não diplomou os eleitos e Metelo foi eleito senador. Entretanto, Ponce contava com formas de resistência, era senador da República e seu mandato somente acabaria em 1903. No senado fez oposição aos Murinho, enquanto uniam-se a ele Rui Barbosa, José do Patrocínio, além de estabelecer contato com Prudente de Moraes (CORRÊA, 2006; CORRÊA FILHO, 1969; MENEZES, 2007; PONCE FILHO, 1952).

No Mato Grosso, durante o ano de 1900, ocorreram vários choques entre os chefes políticos do sul. João Mascarenhas, oposicionista aliado a Ponce, enfrentou José Alves de Ribeiro, governista. João Mascarenhas assaltou Aquidauana, e se refugiou no Paraguai. Outro enfrentamento ocorreu em Santana do Paranaíba, fronteira com Minas Gerais e São Paulo, ali ocorreram lutas entre coronéis por terra devido ao enfrentamento entre a família Garcia e José Faustino e Dionizio Benites. Saindo os Garcias vencedores do confronto, no ano seguinte, Benites invadiu a cidade saqueando e matando, depois fugiu para São José do Rio Preto – São Paulo.

Em 1901, a violência contra os oposicionistas aumentou. Neste ano, o presidente Antônio Pedro A. de Barros se ausentou e João Paes de Barros, 1º vice-presidente, assumiu provisoriamente o governo do estado, tomando atitudes liberais em favor da oposição. Pressionado pelo tratamento dado pelo governo aos oposicionistas, o presidente Barros retornou e João Paes refugia-se em sua fazenda, Conceição. Segundo Souza (2010), esses episódios teriam a interferência dos Murinho:

Foram desgostando pouco a pouco os irmãos Paes de Barros, contra a orientação política de Manuel Murтинho, por intermédio do seu genro, o dr. Benedito de Souza, determinando o afastamento do presidente eleito, que, a 4 de abril de 1900, passou o governo para o vice, João Paes de Barros; mas, por insistência do mesmo Manuel Murтинho e do seu irmão Joaquim Murтинho, reassumiu, novamente a administração a 24 de agosto daquele ano (SOUZA, 2010, p.111).

No sul, retornando de seu exílio no Paraguai, o coronel João Mascarenhas tentou voltar ao poder. Iniciou-se na região um movimento armado. Para combatê-lo, os gaúchos Felipe Brum e Bento Xavier uniram forças. As lutas ocorreram o ano todo e em 09 de dezembro as forças dos dois coronéis mataram João Mascarenhas, que era 2º vice-presidente do estado.

Diante do clima de animosidade, os opositoristas do governo se concentraram na fazenda de João Paes de Barros, 1º vice-presidente do estado. João Paes era irmão de Antônio Paes, que havia ascendido politicamente após seu enfrentamento com Ponce em 1899, era então uma das principais lideranças. Vendo que seu irmão abrigava os contrários ao governo estadual, Antônio Paes envia uma expedição à fazenda Conceição. O episódio pode ser considerado como um dos mais significativos casos de perseguição aos adversários, conhecido como o Massacre da Bacia do Garcez.

A mando de Antônio, seus irmãos Henrique e José Paes de Barros foram à usina intimidar João, e ali encontraram 140 asilados políticos. Após consultar Cuiabá sobre o fazer, o chefe de polícia João Aquino Ribeiro, genro de Antônio Paes, trouxe uma lista que determinava que os presos fossem separados em três grupos. O primeiro grupo seguiria por terra e era composto por 17 pessoas. O segundo seguiria por água, em lanchas, e somavam ao todo 100 pessoas. O terceiro grupo aguardaria na usina, que foi destruída. João Paes ficou em prisão domiciliar.

O grupo que seguiu por terra foi assassinado no dia 04 de novembro de 1901, os cadáveres tinham o ventre partido em cruz e foram jogados no rio para as piranhas, onde os guardas ficaram esperando os corpos desaparecerem. “Ao cair da noite parte da escolta que seguira com os presos por terra, regressara à usina, narrando sem reservas os horrorosos detalhes da carnificina da Bacia do Garcez” (CARONE, 1969, p.83). Morreram 16 pessoas, apenas um conseguiu escapar (SOUZA, 2010, p.112). João Paes foi obrigado a renunciar à vice-presidência do estado e se aliou a Ponce. Depois que reassumiu o governo, o presidente Barros criou uma força patriótica, sob o comando de Antônio Paes de Barros, para enfrentar os inúmeros conflitos.

Os relatos de violência no estado multiplicavam-se. Em 30 de setembro, Manuel Pedroso Rondon recebeu 10 contos para agir em Diamantino. A cidade, que era centro ativo da borracha, fora destruída: “Tendo-se levantado um movimento com caráter subversivo em Diamantino, seguiu para ali um contingente armado, que, derrotando os insurgentes no Tombador, praticou naquela nobre cidade atos de selvagerias, saqueando-a e destruindo parte das casas” (SOUZA, 2010, p.112). A população fugiu pelas matas.

Em Barra do Bugres, o cidadão Djard prendeu os amigos de Ferreira Mendes, aliado de Ponce. Ferreira Mendes havia fugido para Bolívia, mas seus amigos tiveram braços e pés cortados, foram fuzilados. Manoel Pedroso da Silva Rondon prendeu Djard e o enviou para Cuiabá com mais 4 presos; todos os 5 foram fuzilados no ribeirão do Chiqueirinho (SOUZA, 2010, p.112).

O coronel Cesário havia se refugiado na fazenda São Manoel, propriedade de João Antônio Pimenta. Quando seu paradeiro foi descoberto, em dia 22 de novembro foi enviada uma escolta para sua rendição. Ainda assim, Cesário conseguiu fugir nas matas, mas o dono da fazenda e seu filho foram mortos, e tudo foi roubado.

A família Ponce também sofreu perseguições. A esposa de Ponce decidiu levar seu filho doente para tratamento no Rio de Janeiro e encontrar-se com o marido, contudo, foram interceptados por homens de Antônio Paes em Porto Urbano. A família conseguiu fugir, embrenhando-se no pantanal por cerca de 27 dias, até conseguirem uma escolta que os levou até Corumbá, local onde o genro de Ponce, único homem na comitiva, foi preso. Nesse evento nenhum Ponce foi morto diretamente, entretanto a filha de Ponce deu à luz no meio do pantanal, vindo o bebê a falecer; o filho doente de Ponce também faleceu quando chegou a Assunção (PONCE FILHO, 1967).

Era muito recorrente a migração de refugiados políticos no Paraguai; perseguidas, várias famílias se mudavam para Assunção. Os Ponce passaram dois anos na capital paraguaia, como também Pedro Ponce e Horácio Guimarães, irmão de D. Mariana, esposa de Ponce. Conseguiram se refugiar no Paraguai as famílias de Antônio Cesário Figueiredo, de Antônio Corrêa da Costa, de Costa Marques, João Paes e Pedro Paulo de Medeiros. Neste país, Ponce e Antônio fundaram em 1902 o jornal A Reação, noticiando os fatos de Mato Grosso; as publicações do jornal vão de 30 de junho de 1902 a 11 de novembro de 1903.

Em 1902, ocorreriam eleições para a presidência da República e para o

Congresso Nacional⁴⁹. Elegeu-se senador Joaquim Murinho, na vaga que Ponce ocupava. Na Câmara Federal, o PR Conservador conseguiu parecer favorável a dois candidatos: Costa Marques e Luís Adolfo, bem como foram reconhecidos todos candidatos governistas. Para a presidência da República foi eleito Rodrigues Alves.

4.3- Disputa Oligárquica de 1906

No ano de 1903 houve mais uma eleição, desta vez para a presidência do estado. Os candidatos foram Esperidião da Costa Marques, pelo PR Conservador, e Antônio Paes de Barros, apoiado pelos Murinho, candidato do PR Constitucional. Como não havia mais nenhuma força política concorrente, dado o ostracismo político de Ponce, foi eleito Antônio Paes, que assumiu seu mandato em 15 de agosto de 1903. Segundo Corrêa Filho (1969, p.595) “[...] nos bastidores, entre M. Murinho e A. Paes, que exigiu e obteve a presidência no quadriênio seguinte”.

Antônio Paes elegeu-se com o apoio dos Murinho, e a expectativa destes era de que o novo presidente do estado retribuísse atendendo aos favores que lhe solicitassem. Não foi o que ocorreu. No poder, Antônio Paes tomou decisões independente da vontade dos Murinho.

A primeira contrariedade que Antônio Paes impôs aos Murinho foi sobre o Tratado de Petrópolis, ainda em 1903. Segundo o tratado, assinado por Brasil e Bolívia, o país incorporaria o Acre, e parte de Mato Grosso iria para Bolívia. No Rio de Janeiro, Joaquim Murinho, Antônio Azeredo, Pinheiro Machado e Rui Barbosa faziam oposição a Rodrigues Alves. Acreditavam que se o presidente aprovasse o assunto com facilidade se fortaleceria politicamente.

Como o Mato Grosso estava envolvido, pois perderia terras, Joaquim Murinho pediu para Antônio Paes fazer oposição ao acordo. O presidente da República, também procurou o apoio de Antônio Paes, que se decidiu por apoiar Rodrigues Alves (MENEZES, 2007), contra os Murinho.

Enquanto a aliança Murinho e Paes de Barros enfrentava atritos, Generoso Ponce dava os primeiros passos para o seu retorno político. Através de Pedro Paulo de

⁴⁹ O Partido Republicano Conservador apresentou como candidato para o Senado: Ponce, para a Câmara: Luis Adolfo Corrêa da Costa, Joaquim Augusto da Costa Marques, Joaquim Pereira Ferreira Mendes e Arnaldo Novis. O Partido Republicano Constitucional apresentou para o Senado Joaquim Murinho, para a Câmara: Lindolfo Serra, Benedito Cipriano de Souza, João Aquino Ribeiro, José da Costa Neto.

Medeiros abriu uma casa comercial em Corumbá, e em agosto de 1903, viajou até a cidade. Em outubro daquele ano, buscou a família e passaram a residir em Corumbá. Ponce reabriu também sua firma em Cuiabá, aos cuidados de Caraciolo, uma outra em Diamantino e, ainda, inaugurou uma casa comercial em Coxim.

Ponce se beneficiou em Corumbá de uma situação peculiar da cidade, onde haviam vários militares de alto escalão, degredados por fazerem oposição ao governo federal, entre eles estava Serzedelo Corrêa. Os opositoristas do estado também se uniram na cidade (PONCE FILHO, 1967) contra Antônio Paes. “Totó Paes foi, portanto, o alvo dos Murtinho, Azeredo, Metello, Ponce e seus aliados e também de parte dos oficiais militares federais” (MENEZES, 2007, p.124).

Antônio Paes, ignorando a vontade dos Murtinho, acabou por contribuir para a união dos antigos inimigos. Em 1906, Manuel Murtinho viajou até Corumbá, e na casa de Serzedelo se encontrou com Ponce. A aliança veio com uma condição feita por Ponce: que Manuel seja o próximo presidente.

Posteriormente, os Murtinho explicaram o motivo do rompimento com Antônio Paes. Segundo eles, primeiramente procuraram verificar se de fato ocorreram os atentados da Bacia do Garcez, e quando confirmada a veracidade retiraram a solidariedade a Antônio Paes. Alegaram que também contribuiu para o fim da aliança o fato de o presidente de Mato Grosso apresentar candidato à presidência sem acordo dentro do partido, mais tarde o Tratado de Petrópolis também configurou um fator decisivo, depois a tentativa de reforma da Constituição para promover sua reeleição, somada à investida para conseguir empréstimos no exterior e, por último, a questão da candidatura para presidente da República (MENEZES, 2007; PONCE FILHO, 1952).

A reconciliação de Manuel Murtinho e Ponce teve ligação com os acontecimentos no Rio de Janeiro, sobre a sucessão de Rodrigues Alves. A escolha do candidato à presidência foi feita com várias contestações, e a falta de consenso entre os paulistas deu lugar à participação de Minas Gerais. Este estado tinha o mesmo peso de São Paulo e sob comando de Bias Fortes o PR Mineiro renasceu (CARONE, 1977), exigindo maior participação na política nacional.

Minas Gerais apresentou a candidatura de Afonso Pena, e Pinheiro Machado liderou a campanha a seu favor. O político gaúcho controlava o Legislativo, os pequenos estados e a Comissão de Verificação de Poderes (CARONE, 1977). Sob a liderança de Pinheiro Machado foi formado a Coligação, movimento que combatia a interferência direta do presidente da República na escolha de seu substituto e tinha

Joaquim Murtinho e Rui Barbosa como aliados.

Rodrigues Alves queria fazer seu sucessor Bernardino de Campos, pediu apoio de Antônio Paes, que preferiu apoiar, novamente, o presidente e ignorar a campanha oposicionista de Joaquim Murtinho. O presidente do estado fez um arriscado cálculo político ao desconsiderar a conjuntura do estado, já que não tinha nenhuma sustentação local.

Pelo contrário, cada vez mais no Mato Grosso a oposição se unia. Formou-se no estado a Coligação, que reuniu os antigos filiados do partido Republicano, coligados de Ponce, e os aliados dos Murtinho, desligados de Antônio Paes. Este esforço deveu-se a Antônio Azeredo, que fez a articulação entre Rio e Mato Grosso para a feitura da Coligação mato-grossense.

A unificação da oposição no estado também contou com o apoio do candidato Afonso Pena, incentivador de uma negociação com o governador, mas Murtinho e Ponce não o queriam. Outro contra negociação com governador foi Manuel, que acreditava ser inadmissível o acordo com Antônio Paes a fim de dividir cargos na próxima eleição.

Igualmente, Antônio Paes não pretendia acordo com demais políticos mato-grossenses, se afirmava no apoio do governo federal. Em janeiro de 1906, mês em que aconteceriam as eleições para representação federal. A Coligação apresentou para o Senado, Antônio Azeredo e, para Câmara Federal, Serzedelo Corrêa, Joaquim Augusto Costa Marques e Benedito Cipriano de Souza para Câmara. O governo estadual, por sua vez, apoiava a candidatura de Pinheiro Guedes para o Senado e de Lindolfo Serra, Aquino Ribeiro e Pais Barreto para a Câmara. Em 30 de janeiro, as eleições “são policiadas por homens armados e marcada pela violência” (CARONE, 1977, p.237).

Uma série de violências iniciou-se por parte do governo, a casa de Azeredo foi atacada em Cuiabá e as casas dos membros da coligação tiveram as janelas quebradas por tiros. Maria Marques Fontes, da usina de Aricá, telegrafou ao presidente da República reportando a ameaça de invasão às suas terras por parte de Antônio Paes. Posteriormente, o presidente tomou as terras (CARONE, 1977, p.238).

Em Cáceres, Costa Marques sofreu tentativa de assassinado, falecendo seu cunhado. Na usina de Antônio Paes, Dantas Barreto relatou a prisão de prefeitos, para que não fossem diplomados: “a calculada detenção dos presidentes das municipalidades do sul nos muros do Itacy, para que não fossem expelidos diplomas, em Cuyabá, aos

candidatos do partido coligado...” (BARRETO⁵⁰ *apud* PONCE FILHO, 1952, p.380). Em Mimoso, a família Rondon sofreu perseguição, e um de seus membros fora assassinado; em Rosário, o destacamento policial espancou populares; e em Corumbá foi morto capitão Manuel Benedito de Campos.

Houve, ainda, as violências ocorridas em Poconé, quando Antônio Paes não permitiu que assumissem os eleitos pela Coligação (CARONE, 1977, p.238). A oposição acusava o governador de “[...] perseguições, atentados, mortes, invasões de domicílios, tentativas de depor pessoas legalmente eleitas, como ocorrera recentemente nas cidades de Rosário e Poconé e quase acontecera em Cáceres” (MENEZES, 2007, p.128).

Em Cuiabá, a oposição começou a se armar. Sob o pretexto de falecimento de sua mãe, Ponce saiu de Corumbá até Cuiabá e acompanha a apuração das eleições. Câmara Federal reconheceu três candidatos da oposição e um governista, e Azeredo foi reeleito no Senado, o que representava que no plano federal Rodrigues Alves não detinha o controle da Comissão de Verificação de Poderes e, sim Pinheiro Machado.

A situação só se acirrava. A oposição tomou um posto policial e em seus arquivos leram cartas de Antônio Paes que diziam existir policiais à paisana. Receosos de sofrerem retaliações, começaram os planos para enfrentarem a situação: uma nova Disputa Oligárquica. Os três senadores, Joaquim Murinho, Azeredo e Metello, não apoiaram o confronto armado no estado, e foram ignorados.

Em 16 de maio de 1906, na cidade de Corumbá, iniciou-se a Disputa Oligárquica de 1906. Ponce teve ajuda das tropas federais de Serzedelo Correa (CARONE, 1977, p. 238). Ponce Filho (1967) relata sobre o episódio a calma do pai, que permanecera em sua casa comercial apenas observando a movimentação de seus correligionários. Em seguida, aguardou a chegada do general Luís Alves Salgado e foi cumprimentá-lo. O general estava assumindo o comando da força federal de Mato Grosso e, só assumiu quatro dias depois, uma vez que alegou estar doente.

No dia seguinte, Ponce subiu o rio Cuiabá, tomando o cuidado de apreender todas as embarcações pequenas, isto porque sabia que o governo federal ajudaria Antônio Paes com grandes embarcações (MENEZES, 2007). Como era período de seca no pantanal, apenas as pequenas embarcações conseguiriam subir o rio. Ponce passou pelas propriedades dos Paes de Barros, e nas terras de Henrique, 200 homens o

⁵⁰ BARRETO, Dantas. Expedição a Mato Grosso. A revolução de 1906. 1907.

seguiram⁵¹. Em 12 de junho, Ponce tomou Itaiaci, usina de Antônio Paes.

Ponce designou o tenente Paraná para tomar a guarnição federal de Cáceres. O tenente cumpriu a missão e se apossou de todo material bélico. No retorno, o tenente Paraná encontrou-se com o general Salgado e, ao invés de se entregar, atacou-o e prosseguiu (MENEZES, 2007).

Os opositoristas se dividiram entre Divisão do Norte e Divisão do Sul. A Divisão do Norte era composta pelo coronel Pedro Celestino, que em Rosário arregimentou mil homens, dividindo-os em duas brigadas comandadas pelo desembargador Ferreira Mendes e por Luís A. Corrêa da Costa, que vinham de Diamantino. Também compunham dois batalhões de infantaria, de Pantanalzinho; por forças de Frederico Adolfo Joseti e Artur do Campos Borges da cidade de Rosário; pela coluna de cavalaria comandada por Virgílio Alves Corrêa, saída de Poconé; e por forças do coronel Fernando Leite Figueiredo, que partiram de Livramento (CORRÊA, 2006; CORRÊA FILHO, 1969; MENEZES, 2007; PONCE FILHO, 1952).

A Divisão do Sul era chefiada por Ponce e dividia-se em duas brigadas: do general Francisco P. Fortes e Costa Marques. Lutavam com Ponce industriais, fazendeiros, oficiais do exército, comerciantes e magistrados. Todas as forças encontraram com Ponce na Cachoeirinha, perto de Cuiabá. A Divisão do Norte acampou na região da Capela e a Divisão do Sul, no rio Coxipó.

Em Cuiabá, Antônio Paes pediu auxílio federal e preparou sua defesa contra os revoltosos no rio Cuiabá, porém Ponce chegaria por terra. No Rio de Janeiro, Rodrigues Alves enviou o general Dantas Barreto para ajudar o governador. Em 23 de maio de 1906, a expedição de Barreto seguiu do Rio para Cuiabá. Chegaram em Corumbá em 25 de junho, mas suas embarcações eram grandes, navios da Marinha. Na cidade, Ponce havia levado todas as embarcações que poderiam subir o rio, já que era período de seca, então, Barreto deparou-se com a falta de embarcações no porto. O general trazia muitos mantimentos como comida, armas e cavalos para subir o rio; o telégrafo estava interrompido, não podia se comunicar nem com Cuiabá e nem com o Rio de Janeiro.

Para a defesa de Cuiabá também se formou uma Junta da Polícia Militar, da qual faziam parte o tenente Fontoura, Celestino Alves de Barros, Francisco Augustinho, Protógenes Guimarães e João Lago. A cidade estava cercada e começou a faltar alimentos.

⁵¹ Ponce Filho (1967) afirma que por livre vontade, já Meneses (2007) afirma que Ponce obrigava as pessoas a lutar.

Os primeiros confrontos começaram na região da Capela. Do morro do Bom Despacho canhões atiravam nos poncistas. Em 21 de junho de 1906, as forças entraram em Cuiabá, Ponce comandava as operações do rio Coxipó, próximo à cidade. A tática seguida foi a de impedir a comunicação entre as forças federais e as estaduais (CORRÊA FILHO, 1969; MENEZES, 2007; PONCE FILHO, 1952).

Ponce enviou Brandão Júnior para tentar fazer acordo com o tenente Fontoura, que é bem sucedido e neutralizou sua unidade. O coronel Ponce enviou um ultimato de rendição a Antônio Paes em 30 de junho, intimando-o a render-se até o dia 1º de julho. O governador não respondeu, e deixou a cidade na madrugada do dia 1º. No dia 02 de julho, Cuiabá amanheceu sem governo, e então as tropas de Ponce entraram na cidade. Assumiu o governo o 1ºvice-presidente Pedro Leite de Osório.

O presidente do estado que, segundo Menezes (2007), estava adoentado e não conseguia andar, abrigou-se em uma fábrica no Coxipó do Ouro, lá chegando no dia 02 de julho. Na noite de 06 de julho de 1906, as tropas coronelísticas de Joaquim Suplicio Cerqueira Caldas sitiaram e atacaram a comitiva do presidente (CARONE, 1977, p.239), Antônio Paes foi morto com dois tiros. Mendonça (1973, p.16) apresenta o laudo do exame cadavérico que atesta a morte violenta.

Existem duas versões para a descoberta do esconderijo de Antônio Paes. A primeira seria a de que os opositores do governador prenderam e torturaram o mensageiro. A segunda versão seria de que o indivíduo encarregado de levar alimento foi o guia que levou ao esconderijo do governador. No arquivo público encontra-se o nome de João Damasceno da Silva como o informante para tal descoberta, consta também que os funcionários da fábrica onde estava eram poncistas (MENEZES, 2007).

No mesmo dia 06 de julho foi realizada uma parada em comemoração à vitória na praça do Arsenal de Guerra. Somente em 17 de julho chegou a Cuiabá as forças de Dantas Barreto (MENDONÇA, 1973, p.41). Sobre a expedição do general, Ponce Filho aponta que o pai combinou com Brandão Júnior um determinado ponto para a obstrução do rio, o que dificultaria ainda mais a subida. Depois de dominada a situação, Ponce teria enviado barcos propícios à subida do rio Cuiabá, ajudando assim o general. Segundo o general, na chegada havia “a tristeza profunda que pairava sobre a cidade de Cuiabá, após a luta armada que teve como epílogo a morte do presidente Antônio Paes de Barros” (BARRETO⁵² *apud* MENDONÇA, 1973, p.41).

⁵² BARRETO, Dantas. Expedição a Mato Grosso. A revolução de 1906. 1907.

Os acontecimentos em Mato Grosso e o assassinato do presidente do estado tiveram repercussão na imprensa do Rio de Janeiro e no Congresso Nacional. Silvio Romero discursou contra as mortes em Cuiabá, e a imprensa de Portugal divulgou os acontecimentos. Rodrigues Alves propôs intervenção federal em Mato Grosso, ocorrendo sobre ela acalorados debates, mas o Congresso acabou por negá-la, o que demonstrou o quão enfraquecido politicamente o presidente estava.

Conforme Menezes (2007), as circunstâncias da morte de Antônio Paes até hoje não foram esclarecidas, e Joaquim Murinho aliado a Generoso Ponce dividiram o mando estadual até suas mortes, em 1911.

5 – Significados das Disputas Oligárquicas em Mato Grosso

Nos capítulos anteriores, abordamos as condições que o estado adentrou à República, com uma economia mais dinâmica, apesar de muito localizada. Ressaltamos alguns aspectos históricos, tais como a colonização da região, a Guerra do Paraguai e a imigração. Vimos que o novo regime encontrou aceitação da população e das elites, mas seus primeiros anos foram de instabilidade devido à tamanha disputa pelo poder, até que, em 1891, os Murinho conseguiram obter o predomínio político, utilizando coronéis aliados e os trocando conforme a necessidade. Por sete anos, a oligarquia aliou-se a Generoso Ponce, e nos sete anos seguintes a Antônio Paes de Barros. Novamente, retomaram a aliança com Ponce em 1906, continuando até a sua morte e a de Joaquim, em 1911.

Os arranjos entre as oligarquias ocorreram mediante muita tensão, perpassados por lutas para a chegada ao poder, visto que “combates, cercos às forças inimigas e guerra declarada são normais na afirmação da política coronelística” (CARONE, 1970, p.256). A prática política mais saliente das oligarquias em questão foram as Disputas Oligárquicas de 1892, 1899 e 1906, cuja competição se dava pelo predomínio político estadual.

Os violentos conflitos que ocorreram em Mato Grosso são nomeados pela historiografia mato-grossense de “Revoluções”. Porém, optamos pela denominação Disputas Oligárquicas, pois não tiveram apoio popular, que se saiba, nem significaram rupturas na sociedade, mas pelo contrário, as disputas ocorriam para a manutenção da ordem – as elites não cogitavam dividir o poder com o povo. De acordo com Fernandes

(1984, p.8), uma revolução é uma “... mudança que mexe nas estruturas, que subverte a ordem social imperante da sociedade”.

A falta de evidências de participação popular deve-se ao próprio caráter restrito do período, assim, as Disputas Oligárquicas foram confrontos entre as elites. A população estava totalmente alijada do processo, conforme Carvalho (1987), a consolidação da República ocorreu com o mínimo de participação eleitoral e sobre a exclusão popular. Até mesmo a própria bibliografia omite informações sobre o povo, e sobre ele também são poucas as citações. O historiador Estevão de Mendonça exprimiu o pensamento da época sobre os mato-grossenses, quando se referiu ao assassinato do tenente Mamede afirmando que:

O mesmo fenômeno que na física domina equilíbrio de corpos, também se reproduz no mundo moral. Não se sacode impunemente a onda popular, composta na proporção mínima de 80% de analfabetos, sem que delas brote o instinto de vingança, aliás bem latente nas populações incultas (MENDONÇA⁵³ *apud* PONCE FILHO, 1952, p.115)

Para o autor, não se escapava facilmente da ira popular, o desejo de vingança era característico dos analfabetos e incultos. Assim, de forma geral no período, as menções aos populares foram feitas como as de Mendonça, os estrangeiros achavam que não existia povo no país, a própria intelectualidade da época concordava, como Raul Pompéia ou Olavo Bilac (CARVALHO, 1987)⁵⁴. A elite olhava o seu povo que, para eles, era uma massa inculta, suja e analfabeta, não digna de aceitação.

Outra citação encontrada na literatura sobre o povo mato-grossense está em Meneses (2007), na qual o autor assegura que a única opção dos populares era a tomada de posição, optando por um dos coronéis do conflito, ou seja, precisavam cercar-se da proteção de um coronel. A “ralé”, os “dispensáveis”, em troca desta proteção, lutavam por causas que não eram suas, e eram perseguidos pelos adversários do coronel. Havia a “identificação do submetido com os interesses do mais poderoso, e da outra parte o cumprimento do dever de proteção pelo beneficiário. Ambos estão ligados a favores

⁵³ MENDONÇA, Estevão. *Datas Matogrossenses*. 1919

⁵⁴No início do século passado, a intelectualidade tentava responder quais eram os motivos do atraso brasileiro em comparação ao desenvolvimento europeu. As explicações foram diversas, identificou-se como responsável pelos males do país o povo mestiço, o clima tropical e a posição geográfica. Muitos autores compactuavam com esta posição, como Nina Rodrigues (SCHWARCZ, 2009, p.90-103), em certa medida Euclides da Cunha (LIMA, 2009, p.104-117), Paulo Padro (CALIL, 2010, p.132-143), Oliveira Viana (CARVALHO, 1991), entre outros. Manoel Bonfim (BOTELHO, 2009, p.118-131) e Gilberto Freyre (1963) foram os primeiros a escrever contra tais afirmações.

recíprocos, sendo o primeiro instrumento de objetivos que lhe são estranhos” (FRANCO, 1997, p.77). As próprias pessoas se identificavam como pertencentes ao grupo comandado por determinado coronel, Queiroz (2006, p.173) cita que em suas pesquisas era comum ao perguntar “Quem você é?” obter como resposta “Sou gente do coronel Fulano”.

Enquanto a população tinha que se posicionar entre um dos lados, o poder emanava das elites. Somente os pequenos grupos disputavam o poder, o que poderia ocorrer mediante um acordo prévio – como o compromisso coronelista e a política dos governadores – ou pelo conflito armado, geralmente a única opção das oposições. A oposição era uma posição desconfortável que era revertida geralmente pelo confronto, haja vista o contexto de governismo, pois os votos contavam pouco. Os opositores não chegavam a se eleger, já que eram “degolados” pela Comissão de Verificação de Poderes, mesmo tendo o maior número de votos.

As Disputas Oligárquicas também se caracterizam pela participação direta das oligarquias que detinham real probabilidade de conquista, isto é, as oligarquias cuiabanas. Como já citado, estudar o período significa passar pelo regionalismo, que resultou posteriormente no divisionismo dos anos 1930-1977. Assim, os anseios pela divisão do estado de Mato Grosso começaram devido à percepção de que somente a capital Cuiabá detinha os benefícios, assim, conforme Corrêa (2006) e Bittar (2009), a história de Mato Grosso por muito tempo se resumiu à história de Cuiabá. Os privilégios que detinha a capital também se verificavam na política, o poder político do extenso estado concentrava-se na cidade. As oligarquias cuiabanas se digladiavam para obter o poder estadual, os coronéis das outras partes do estado não tiveram chances. Desta forma, durante todo o período verificamos claramente o predomínio das oligarquias cuiabanas.

Por conseguinte, nos anos estudados o centro da política era Cuiabá, a configuração política de todo estado tinha como referência o que ocorria na capital. A maioria dos coronéis do sul se compunha com os do norte, com Generoso Ponce ou Antônio Paes de Barros, as demais regiões se mantinham subordinadas, portanto, à capital.

Tendo em vista esta subordinação, o período apresenta vários conflitos – como lutas por terra, assaltos a cidades atribuídos à ação de diversos bandos armados (os bandoleiros), coronéis do sul guerreando pela divisão do estado, dissidentes transitando livremente na fronteira com Paraguai, massacre e perseguições aos opositores,

resultados de eleições decididas através de confrontos armados, reação monarquista em Campo Grande (1891), conflitos armados entre coronéis para chefia de região ou do estado, além de invasões e ataques a diversas cidades.

Outra característica proeminente das Disputas Oligárquicas é que elas marcam as rupturas dentro dos próprios grupos oligárquicos, como em um funil em que o poder cada vez mais se restringe, sempre alijando um grupo da aliança. Corrêa (2006) destaca nos anos abordados (1892-1906), os conflitos de 1892, 1899, 1901 e 1906. Por não compreender uma mudança no poder – apenas a reafirmação do grupo já no poder -, os acontecimentos de 1901 não podem ser considerados uma Disputa Oligárquica.

Neste ano, além dos eventos de perseguições e assassinatos aos opositores do governo estadual, tentou-se também, da parte dos coronéis sulistas Jango Mascarenhas e Dionízio Benites, um levante contra o governador Antônio Pedro A. de Barros. O levante significava a tentativa de volta ao poder do grupo que estava no ostracismo desde 1899, o grupo de Ponce. Entretanto, a tentativa foi frustrada, sendo mortos os dois coronéis. Portanto, como não houve a alteração do grupo no poder, o levante dos coronéis sulistas não pôde ser considerado uma Disputa Oligárquica.

Dessa forma, nas três Disputas Oligárquicas observamos os cuiabanos Generoso Ponce e Joaquim Murтинho, ambos com seus respectivos grupos, unirem-se contra os militares mato-grossenses em 1892; medirem forças em 1899; e aliarem-se contra Antônio Paes em 1906.

As Disputas Oligárquicas foram, então, conflitos entre as elites cuiabanas pelo domínio político estadual. Não havia nenhuma alteração na ordem dos privilégios das oligarquias, a alteração que ocorria era a circulação das elites no poder, em detrimento da participação popular e das instituições democráticas, já que por Disputas Oligárquicas era desrespeitado resultado de eleições e/ou desfeito governos legalmente já constituídos. As Disputas Oligárquicas significaram a alternância de grupos e até mesmo a divisão das elites. Assim, em cada disputa menos pessoas participavam do comando estadual, pois eram alijados da situação, como observa-se no quadro abaixo.

Quadro 2- Predomínio Político em Mato Grosso

Anos de Predomínio do grupo:	Grupo estabelecido:	Ano da Mudança/ Disputa Oligárquica	Confronto entre:	Vencedores:	Retirados do domínio estadual:
------------------------------	---------------------	-------------------------------------	------------------	-------------	--------------------------------

1889-1891	PRN (militares)	1892	Militares <i>versus</i> os Murтинho, Ponce, os Corrêa da Costa e os Paes de Barros	Os Murтинho, Ponce, os Corrêa da Costa, e os Paes de Barros	PRN (militares)
1891-1899	Os Murтинho, Ponce, Corrêa da Costa, e os Paes de Barros	1899	Os Murтинho e Paes de Barros <i>versus</i> Ponce e os Corrêa da Costa	Os Murтинho e os Paes de Barros	Ponce e os Corrêa da Costa
1899- 1906	Os Murтинho e os Paes de Barros	1906	Antônio Paes <i>versus</i> os Murтинho, Ponce, e os Corrêa da Costa	Murтинho, Ponce, e os Corrêa da Costa	Antônio Paes de Barros

Fonte: dados retirados de Fanaia⁵⁵ (2010) e Faria⁵⁶ (1993).

As disputas tinham interligações entre as esferas municipal, estadual e federal. Estas relações serão abaixo abordadas, uma vez que objetivamos destacar a relação do oligarca Generoso Ponce com seus chefes locais nos municípios; a interação entre Ponce e Joaquim Murтинho; o posicionamento dos presidentes da República perante as oligarquias; e o papel da Comissão de Verificação de Poderes.

5.1- Coronel Generoso Ponce e seus chefes locais

Generoso Ponce foi coronel e oligarca, detinha predominância política, uma vez que costurou as alianças com os chefes locais nos municípios e embora tivesse sido senador e mantivesse contato com políticos de outros estados, sua circunferência de influência era estadual e não federal. Ponce não se projetou nacionalmente, pelo contrário, tinha que se articular e se subordinar, como em 1899, ocasião em que se encontrava na oposição e passou a ser perseguido, sem conseguir eleger seus candidatos.

O predomínio estadual de Ponce foi construído desde o Império, quando alcançou considerável prestígio político. Em 1889, foi chefe do Partido Liberal, mas

⁵⁵ FANAIA, João E. A. Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930). Cuiabá: Ed. UFMT, 2010. 307p.

⁵⁶ FARIA, Fernando Antônio. Os vícios da República: Negócios e Poder na Passagem do Século XX.vol.1, Rio de Janeiro: Notrya Editora,1993.

ainda dividia liderança com pessoas importantes como o comendador Firmo de Matos e o médico Malhado. Na Primeira República, consagrou seu ápice, de 1891 a 1899, e depois em seu retorno, durante os anos de 1906 a 1911. Conforme o senador Antônio Azeredo, Ponce sempre contou com a maioria mesmo tendo oposição estadual e federal (PONCE FILHO, 1952, p.456).

Interessante notar que entre a construção do prestígio durante o Império e o ápice republicano, existiu o período de predomínio dos militares e exclusão de uma parte das oligarquias, entre 1889 e 1891. Nesses anos iniciais, dois grupos se opunham: os congregados no Partido Republicano, composto em sua maioria pelas oligarquias; e o Partido Nacional Republicano, em sua maioria militares⁵⁷. De modo que antes de 1892 Ponce não detinha a maioria, o PRN era competitivo e atraiu muitos membros, dentre eles alguns republicanos históricos, abolicionistas, e militares.

Portanto, foi somente depois que utilizou o confronto armado para impor seu grupo que Ponce conseguiu a maioria do apoio dos chefes locais. Seu prestígio foi comprovado em 1899 quando a maior parte dos coronéis optaram pelo candidato poncista⁵⁸, mesmo diante da oposição federal. As cartas transcritas mostram como a vontade de Ponce era prontamente cumprida pelos chefes políticos de vários pontos do estado.

Entretanto, houve os que interpretaram os fatos e voltaram-se contra Ponce, conseguindo ficar na situação enquanto Ponce era oposição. Por exemplo, durante os acontecimentos de 1899, José Maria Metelo apoiou os Murtinho. Exemplo mais oportuno, a oposição de Antônio Paes a Generoso Ponce, que desde 1897 estava descontente com o líder. Houve também os que preferiram, independentemente da conjuntura, posicionar-se contra Ponce, como o ex-senador Pinheiro Guedes, que foi aliado de Antônio Maria Coelho e depois de Antônio Paes.

Quando obrigado a se retirar do cenário político, Ponce aguardou as condições propícias para agir. Após a anulação das eleições 1899, viajou para as cidades de Cáceres e Rosário e percebeu que os chefes locais não o apoiariam em um novo movimento armado, pois as circunstâncias não estavam favoráveis, uma vez que o

⁵⁷ Ambos os grupos haviam membros pertencentes das oligarquias e militares.

⁵⁸ Mendonça (1973, p.321) exemplifica o poncismo descrevendo José Dias Melo, um carpinteiro conhecido como o Poncista. O Poncista era um partidário extremado de Ponce, que segundo Mendonça não teve “nenhuma vantagem auferindo nos dias de bonança, e sendo alvo de perseguições da polícia nos períodos de adversidade.” Maior insulto para o Poncista era afirmar que ele havia virado a casaca, respondia que era poncista até morrer. Mendonça ressalta a existência de poncistas em 1919, quando foi escrito seu livro.

predomínio à época era o apoio federal dado aos Murtinho. Em 1902, Ponce escreveu em carta:

[...] ninguém se mostra disposto a reagir por não reputarem a vida garantida... Mas, si formos pensar sempre assim, nos reduziremos a condição de miseros escravos incapazes de rebelar-mos contra esse tremendo despotismo. **É verdade que a anarchia vae reinando entre as hostes que 'bem possível que entre elles mesmo se estraquem,** mas só não devemos esperar unicamente porisso. Também **não podemos agir de momento** por que é preciso que com vagar aparelhamentos os elementos indispensáveis... convem que todos os nosso amigos saibam o meu modo de ver e de agir e me digam si estão ou não de acordo... Não é o desejo de vingança que me inspira e me instiga para a lucta, pois isso seria baixeza d'alma, uma vil inspiração. O meu desideratum é muito nobre e elevado, não posso conservar-me indifferente quando vejo minha terra tão infamemente aviltada por vis satrapas aventureiros que a ella vieram fazer fortuna, exploral-a e reduzil-a a miseria e a ruina. (PONCE FILHO, 1952, p.317, grifo nosso)

Os chefes locais temiam reagir contra a situação, e assim, foi somente a partir de 1905, que eles reconsideraram apoiar Ponce em uma nova tentativa de se recolocar no poder. A alteração da posição dos chefes locais ligava-se à mudança entre os governos do coronel Antônio Pedro (1899-1903), apoiado pelo presidente Campos Salles (1898-1902); e o governo de Antônio Paes (1903-1906), apoiado por Rodrigues Alves (1902-1906). Percebendo a mudança na conjuntura, os chefes locais apoiam Ponce.

A primeira alteração entre estes governos relaciona-se com a política em âmbito federal, ao fato de Campos Salles não ter enfrentado a oposição da classe política como Rodrigues Alves. Em 1906, Rodrigues Alves estava enfraquecido, tanto que não conseguiu fazer seu sucessor, como fez Campos Salles⁵⁹. Portanto, mesmo que ambos governos federais tenham apoiado os governadores de Mato Grosso, os apoios foram diferentes em relação a sua força. O apoio de Campos Salles foi mais decisivo do que o de Rodrigues Alves, uma vez que o primeiro detinha o apoio das alianças nacionais, enquanto o governo Rodrigues Alves estava esvaziado.

Além do diferente peso no apoio federal, houve também a modificação no posicionamento das oligarquias do estado, que se alinharam no mesmo arranjo em 1906. Antônio Pedro enfrentou forte oposição, mas contava com o apoio dos Murtinho e,

⁵⁹ Campos Sales indicou como seu sucessor Rodrigues Alves. Na presidência, Rodrigues Alves, da mesma forma, tentou indicar o nome do próximo candidato. Sua escolha era Bernardino de Campos. Contudo, formou-se contra essa tentativa o movimento chamado A Coligação. Nessa negociação do candidato para presidência da República, o predomínio paulista não foi alterado, apenas saiu Rodrigues Alves mais enfraquecido, já que o candidato escolhido foi Afonso Pena.

consequentemente, de Campos Salles⁶⁰. Já Antônio Paes perdeu apoio dos Murtinho, já que optou por apoiar o presidente da República. Afastando a oligarquia, o governador contava apenas com o presidente enfraquecido, contra ele uniram-se os Murtinho, Ponce e seu grupo, assim como os inimigos de Rodrigues Alves deportados ao estado. A reconciliação entre os dois oligarcas foi fundamental para os chefes locais apoiarem Ponce na liderança para a retomada do poder. Desta forma, a mudança da conjuntura foi decorrente do apoio federal e do rearranjo das oligarquias.

Assim, podemos concluir que as duas oligarquias, Ponce e Murtinho, quando em conflito, nenhuma sobrepunha a outra no estado. Quando mediram forças, o que poderia desequilibrar era a interferência federal, mas as duas unidas ganhariam o poder político estadual sem ameaças ao seu poderio. Somente o que poderia fazer frente a uma oligarquia de Mato Grosso era uma liderança respaldada politicamente pelo âmbito federal. O governo federal era o mais forte na relação federativa e quando interferia ou se omitia retirava oligarquias poderosas do poder.

Contribuiu também para a alteração do apoio dos chefes locais e provavelmente para a morte do governador, a desaprovação dos atos do governo pelos mato-grossenses. O governo distribuiu violência contra a oposição, gerando descontentamento, embora a perseguição aos adversários tenha sido a regularidade do período, utilizada por todos os grupos⁶¹. As execuções e perseguições que o governo impôs foram motivo para lutar contra Antônio Paes e, na história contada pelos vencedores, a morte do governador justificava-se pelas atrocidades atribuídas a ele, como o Massacre da Bacia do Garcez⁶² (MENEZES, 2007).

O fato é que Antônio Paes foi retirado do governo estadual e assassinado, enquanto a Generoso Ponce apenas foi alijado do poder. Na Disputa Oligárquica de 1899, Ponce contou com o auxílio de Pedro Celestino, mediando para obter sua garantia de vida em troca da anulação das eleições e Antônio Paes cumpriu naquele momento o

⁶⁰ O presidente havia negado ajuda federal para Ponce na Disputa Oligárquica de 1899, mas para Antônio Pedro todo o aparato federal esteve a sua disposição.

⁶¹ Os poncistas também perseguiram seus adversários, os exemplos foram os casos do tenente Mamede, do capitão Muniz, de Ramon Jackwisck, e do juiz Eduardo Olímpio Machado. O juiz havia aceitado o convite de Antônio Paes para ser juiz de Nioaque em 1906 e os poncistas o prenderam no mesmo ano. No que se refere a suposta tranquilidade do período de predomínio poncista (1892-1899) encontramos na mensagem à Assembleia feita pelo presidente do estado em 1º de fevereiro de 1898 referências a violência em Nioaque, cometidos pelo bacharel João Claudio Gomes da Silva e combatidas pelo tenente Pedro Ponce, mostrando que o período não era tranquilo como afirmou Ponce Filho (1952).

⁶² Depois da morte de Antônio Paes foi aberto um inquérito para apurar o culpado das mortes da Bacia do Garcez, no qual Antônio Paes foi condenado.

combinado ⁶³. Na última Disputa Oligárquica, Ponce não cumpriu as garantias de vida que deu, no caso de Antônio Paes. A diferença entre Ponce e Antônio Paes era que um possuía grande apoio local e o outro não.

O jornal A Coligação, órgão poncista, noticiou a morte do governador atribuindo-lhe a culpa por ter fugido e não procurado um acordo:

Jornal A Coligação 12 de julho de 1906

Constanto ao Excia. Sr. Coronel comandante em chefe Exercito Libertador que, nas proximidades da Fabrica de Polvora do Coxipó do Ouro, existiam grupos de força governista alarmando os habitantes d'aquelle logar, enviou o Sr. Coronel Sulpicio Caldas, com uma escolta de 35 homens, a fim de aprisional-os reconduzil-os á esta capital. Sahindo d'aqui á tardinha do dia 5, chegou a escolta á i hora da madrugada de 6, e depois de diversas pesquisas infrutíferas, avizinhou sede um capão, que cercou com devidas precauções. Antes, porém, de ser o sitio completamente fechado, parece que a presentiram, sendo recebida por uma descarga de fuzilaria, cahindo logo ferido o seu commandate da região inguinal. Passado o primeiro momento de confusão, foi preso o Sr. José Roque da Costa, um dos fugitivos, logrando os demais escapar-se, e, sendo visto á pequena distancia, um cadáver prostrado no sólo, verificou-se ser do Coronel Antônio Paes de Barros, que fazia parte do grupo batido... A morte foi produzida por dous ferimentos de bala, sendo um no ouvido e outro próximo ao coração. Sinceramente deploramos o fim tragico do ex-presidente que, em vez de abandonar nas trincheiras os seus amigos e sahir ocultamente em companhia de individuos desconhecidos, arriscando-se á um desastre como o aconteceu-lhe, podia ter proposto um accordo ou assignado uma captulação, mediante condições razoaveis. Preferiu cometer um ultimo desatino, que lhe foi fatal (O CORONEL..., 1906, p. 1).

Sem apoio para negociar rendição em troca da garantia de vida, o governador não teve como resistir. O assassinato da pessoa pública do governador revela que não havia espaço para aqueles que não se articulavam com os chefes locais e nem com os reais tomadores de decisão da esfera federal. O extermínio do governador também significava a eliminação da alta probabilidade de repressão, que se voltaria contra o grupo.

Outro ponto importante lembrado por Ponce Filho (1952) se refere ao fato do pai possuir uma capacidade de trazer os opositores para seu lado. Entretanto, atribuímos principalmente esse fato ao governismo, pois nada poderia acontecer de pior a um chefe local do que estar na oposição, ao contrário, todos brigavam para estar na situação (LEAL, 1975). Assim, no decorrer dos anos observamos inúmeros opositores apoiarem Ponce, e depois prosperaram politicamente.

Um dos opositores que tornaram-se aliados de Ponce, foi Joaquim A. Costa

⁶³ Antônio Paes mandou perseguirem a família de Ponce em 1901. Ponce Filho (1952) relata várias tentativas de assassinato do pai, mas sem acusar diretamente ninguém.

Marques. O jovem bacharel em Direito estava no Arsenal de Guerra com os nacionais quando Ponce entrou na capital, em 1892. Já no ano de 1899 apoiava Ponce, que o indicou para vice-presidência e, poucos anos após, em 1911, para presidência do estado, quando Costa Marques foi eleito (MENDONÇA, 1973; PONCE FILHO, 1952).

Outro exemplo foi o major Aníbal da Mota, que lutou contra Ponce em 1892, entretanto, posteriormente, tornaram-se amigos. Brandão Júnior também mudou sua posição, mesmo participando da expedição na Usina Conceição ao lado dos assassinos da Bacia do Garcez, em 1906 apoiou Ponce e, no ano seguinte, ocupava o cargo de intendente municipal de Corumbá (MENDONÇA, 1973; PONCE FILHO, 1952; SOUZA, 2010).

O historiador Estevão de Mendonça, contemporâneo de Ponce e aliado de Antônio Paes, mantém em sua obra (1973) um tom crítico sobre as Disputas Oligárquicas, e sobre Ponce afirmou:

Inteligentíssimo, nenhum outro chefe político gozou em Mato Grosso de prestígio igual ao seu. Incapaz de guardar o espírito de vingança, respeitava o adversário mesmo nos instantes das lutas armadas em que se envolveu. E por isso mesmo não deixou inimigos (MENDONÇA, 1973, p.246).

Ponce também conseguiu a maioria do apoio em 1892, quando obteve o domínio estadual através seu “Exército Floriano Peixoto”. Devido ao sistema político da época, com pouco espaço para oposição, Ponce ia somando adesões ao longo dos anos e assim, sempre conseguiu manter ao seu lado a maioria, mesmo enfrentando oposições das esferas políticas de âmbito estadual ou federal.

5.2- Ponce e Murinho: união, cisão e nova aliança.

Durante o Império, as duas principais lideranças oligárquicas trilharam caminhos diferentes. Ponce construía suas bases políticas no estado, embora ainda não detivesse o predomínio de forças. E Joaquim Murinho não teve igual sucesso, por anos tentou se inserir na política, porém o mais próximo que conseguiu foi sua indicação na lista tríplice do Senado Imperial em 1889, e quando vencida a eleição (RESULTADO..., 1889, p.5) não assumiu, pois fora Proclamada a República. Assim, Ponce teve mais sucesso em Mato Grosso no período que Murinho.

Com a mudança de regime, ambos apoiaram a República tendo vislumbrando

uma possibilidade de ascensão, contudo, quando os militares assumiram o poder no estado suas carreiras foram interrompidas. Pretendendo participar do mando estadual, os dois líderes unem força contra Antônio Maria, na Disputa Oligárquica de 1892.

Vencida a Disputa Oligárquica, Ponce e Murtinho atingem o ápice em suas prestigiadas carreiras. Em Mato Grosso, Ponce passou a gozar de imenso poder, já que lutou reestabelecendo o governo de Manuel Murtinho e, em 1890, foi eleito senador, sendo reeleito várias vezes. No Rio de Janeiro, Joaquim Murtinho, que já detinha respeito por ser médico de renomados clientes, em 1896, foi ministro dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas e, de 1898 a 1902, assumiu o ministério da Fazenda, no governo Campos Salles⁶⁴.

Assim, Ponce detinha a maioria estadual e seguia aliado a Murtinho, que tinha certo nível de influência na esfera federal e importância decisiva no Mato Grosso. Em tal configuração de poder, os coronéis dividiam o predomínio estadual, mas Murtinho deparava-se com a seguinte questão: para executar sua vontade no estado necessitava aliar-se a um chefe estadual, porém, como controlar este aliado? O correligionário poderia desconsiderá-lo nas decisões, tendo mais poderes no estado que ele ou simplesmente usá-lo para chegar ao poder e, uma vez no comando, poderia não obedecê-lo.

Foram essas as questões de Joaquim Murtinho durante seu predomínio estadual nos anos de 1891 a 1911. O dilema murtinhiano poderia ser resolvido se seu irmão, Manuel Murtinho ou outro deles, soubesse adentrar nos meandros da política conduzindo pessoas para realizar a vontade da oligarquia. Entretanto, não foi o caso dos irmãos de Joaquim Murtinho, e para seu desconforto ainda existia a figura carismática de Generoso Ponce a ser enfrentada.

Em Mato Grosso, a liderança de Ponce não era contestada. Ciente desta situação, Ponce passou a ignorar os Murtinho nas indicações que o Partido Republicano fazia. E em 1899, mediu forças abertamente com os Murtinho, baseado no apoio que tinha dos chefes locais e na política dos governadores, que Campos Salles criara. Contudo, Campos Salles não executou a política – que deveria apoiar as maiorias estaduais, aglutinadas na figura de Ponce - e, pelo contrário, apoiou seu amigo ministro, Joaquim Murtinho. O resultado foram os sete anos de ostracismo de Ponce e predomínio de

⁶⁴ Não estamos defendendo que Murtinho tenha tido mais poder que os demais políticos republicanos, apenas afirmando que ele tinha um certo nível de poder a ponto de fazer sua vontade se realizar independente da opinião dos que iam executar, especialmente, em Mato Grosso.

Murtinho.

Nesse período, do ponto de vista dos Murtinho, ainda seria necessário um novo aliado estadual. A saída encontrada foi o apoio dos Murtinho para aquele que derrubou Ponce, Antônio Paes de Barros. Eleito presidente do estado, Antônio Paes não se comportou exatamente como esperavam os Murtinho, ignorou várias vezes os pedidos da oligarquia. Dessa maneira, os Murtinho retiraram o apoio a Antônio Paes.

Diante das expectativas frustradas, os Murtinho retomam a aliança com Ponce em 1906, que durou até a morte dos dois líderes, em 1911. O período pós-1906 não foi de harmonia, continuaram as disputas, mas Ponce e a família Murtinho entenderam que não manteriam predomínio estadual sem a união e, então, optaram por dividir o poder.

Nesse equilíbrio de forças, em momentos distintos os dois tiveram que ceder. Um exemplo foi a escolha do nome do presidente de estado para o mandato de 1907, já que, em 1906, havia o acordo que o nome indicado seria o de Manuel Murtinho. Mas Manuel era ministro do Supremo Tribunal e não quis o cargo, deixando ao partido a decisão da indicação.

Sem a candidatura de Manuel, o nome natural seria o de Ponce, pois novamente tinha reestabelecido no governo estadual a aliança. A situação trazia na memória dos aliados de Ponce o que ocorrera em 1899, quando a desistência de concorrer à presidência do estado foi interpretada como uma brecha aberta aos opositores, e conseqüentemente ao ostracismo do grupo. Embora não seja possível afirmar o que ocorreria em 1899 caso Ponce concorresse, neste momento, seus aliados o pressionaram para concorrer, com a finalidade de evitar a derrota do grupo.

Com a recusa de Manuel e uma possível repetição da recusa de Ponce, os Murtinho indicariam Metelo para o governo estadual. Para pressionar ainda mais Ponce, o senador Azeredo informou sobre uma possível conspiração que ocorria no Rio de Janeiro. Azeredo afirmou ter ouvido⁶⁵ que Manuel e Metelo tramavam para a candidatura deste ser o “tombo de Ponce e de Azeredo” (PONCE FILHO, 1952, p.465).

Informado dos rumores na capital federal, Ponce aceitou concorrer, pediu adesão de Azeredo, de Pinheiro Machado e de Joaquim Murtinho. Com o apoio destes, Ponce elegeu-se presidente de Mato Grosso em 1907. O fato de Ponce assumir o governo, e não o senador Metelo – que sempre esteve ao lado dos Murtinho e seria, portanto, um aliado mais confiável –, significou que a oligarquia Murtinho teve que

⁶⁵ Através de um amigo diplomata, cujo nome não é citado.

ceder para Ponce, da mesma forma Ponce igualmente cedeu para os Murtinho em 1908. Portanto, ambos tiveram que dividir o comando do estado, para isso, diversas situações de acordo foram travadas, como na escolha do nome ao governo em 1907 e em 1908.

No referido ano de 1908 ocorreriam as eleições para representação federal, e Ponce tinha renunciado ao governo estadual, por motivos de saúde. Durante a escolha dos nomes para concorrer às vagas ocorreu um desentendimento, pois o acesso aos cargos do Senado era mais restrito que os da Câmara Federal (FANAIA, 2010). Logo, o Senado Federal tinha mais *status* que a Câmara Federal. O conflito foi, então, pela vaga de senador, para qual almejavam o cargo Ponce e Metelo; os Murtinho apoiaram o segundo.

Para resolver o impasse de quem se candidataria ao Senado, o senador Metelo foi conversar com Ponce e ameaçou abrir dissidência. Em uma interferência mais efetiva para resolver o conflito, Joaquim Murtinho apelou para Ponce desistir da candidatura a fim de evitar a luta e o rompimento do partido⁶⁶:

Cel. Generoso Ponce (Dez. 6, 1908) Cuyabá
Respondendo vosso telegramma 20 sinto discordar dele pela injustiça política da não reeleição de nosso amigo Metello reconheço e ninguém pode impugnar o direito que tendes como chefe do nosso Partido pleitear qualquer posto electivo em nosso Estado mas por isso mesmo é que me parece injustiça deslocação de nosso amigo Metello do Senado quando vosso prestigio político jamais ficaria diminuido com vossa eleição para a Camara dos Deputados como não ficou abalado o prestigio do Dr. Accioly quando depois de ter sido senador e presidente do Ceará aceitou cadeira na Câmara... Espirito conciliador como sois penso que um bom movimento vossa parte só aumentará o vosso prestigio de Chefe do Partido entretanto si tendes mesmo desejo de voltar para o Senado podeis ocupar a minha cadeira continuando **forte e unido o nosso partido**. Joaquim Murtinho. (PONCE FILHO, 1952, p.516, grifo nosso)

Ponce respondeu a Murtinho recusando sua cadeira no Senado e candidatou-se à Câmara Federal, sendo eleito. Nessa ocasião foi Ponce que cedeu, mas também Murtinho esforçou-se para manter a união.

A partir de então, Murtinho e Ponce percebem que precisavam do mútuo apoio para manterem-se no poder estadual, cada um a seu lado e com suas razões, os dois cederam para permanecer aliados. Dessa maneira, os acontecimentos pós-1906 confirmam a hipótese de que as duas oligarquias tinham necessidade de manter uma correlação de forças a fim de que o domínio na política estadual estivesse seguro. Cada

⁶⁶ O Partido era na época o Republicano Conservador. Quando se uniram em 1906, os grupos que apoiavam Ponce e Murtinho congregaram no partido da Coligação Mato-Grossense, e em 1909 eles mudaram o nome para Partido Republicano Conservador.

um dos oligarcas precisava do outro, mesmo que Murinho escolhesse a aliança com outro coronel, Ponce era o seu aliado conhecido e assim, não precisava arriscar-se com a incerteza do novo. Enquanto Murinho tinha influência no nível federal, Ponce tinha a local, e juntos detiveram o mando político estadual, mas quando separados, o perderam.

5.3- O Mato Grosso e a República: os presidentes e a Comissão de Verificação de Poderes

A República instituiu o federalismo e o poder foi descentralizado em contraposição ao centralismo imperial. O principal articulador do federalismo foi Rui Barbosa, contudo, tinha em mente o federalismo americano e o que implementou-se no Brasil foi diferente.

Enquanto o federalismo americano nasceu de um pacto entre unidades autônomas, de modo que primeiro constitui-se as unidades territoriais e depois a União, no Brasil aconteceu o contrário. Quando o federalismo brasileiro foi implantado inexistiam as unidades autônomas, primeiro constituiu-se a União e depois as unidades territoriais autônomas foram delimitadas.

A diferença nas constituições resultou significados peculiares aos dois países: nos Estados Unidos o federalismo significa associação de estados para defesa comum; no Brasil o federalismo vincula-se com a luta pela descentralização diante do poder central Imperial, significando autonomia (ABRUCIO, 1998).

Como a autonomia era a principal pauta do federalismo brasileiro, o pressuposto quanto à postura do governo federal durante a República deveria ser a não intervenção nos estados. Entretanto, por vezes não foi o que ocorreu, a decisão por intervir ou não sempre dependeu, em todo o Brasil, dos interesses políticos do presidente e do Congresso Nacional, e com Mato Grosso não fugiu a essa regra.

Dessa maneira, contrariando o pressuposto da autonomia estadual e não intervenção nas unidades federativas, o governo Floriano Peixoto interviu nos estados. Esta intervenção no que toca ao referido estado deveu-se à simpatia de Floriano com o PNR, responsável pela deposição de Manuel Murinho. Contudo, os militares do PRN perderam o apoio de Floriano, já que levantaram a bandeira da separação do país, não permitiram a interferência de Floriano, e ainda, seu principal líder conspirava no Rio para a queda do vice-presidente. Diante da ação dos nacionais, as oligarquias Ponce e Murinho souberam canalizar a simpatia e o apoio federal em 1892. Floriano passou,

então, a apoiar Ponce e os Murtinho.

A interferência do governo Floriano nos estados não se dava de forma direta e explícita. A intervenção deste governo deu-se, por vezes, em forma de omissão, deixando simplesmente que a oposição estadual prosseguisse, alegando que não podia conter o povo, ao invés de colocar à disposição a guarnição federal e manter os governos estaduais constituídos.

O caso mais exemplar de interferência na política estadual foi na Disputa Oligárquica de 1899, quando a “neutralidade” do presidente resultou na não manutenção do resultado das eleições. A “neutralidade” beneficiou diretamente o amigo e ministro Joaquim Murtinho do governo Campos Salles. Presidente e ministro produziram o pacto da República, com predomínio dos estados de São Paulo e Minas Gerais, de modo que o federalismo brasileiro:

tem sua origem em dois parâmetros básicos: uma hierarquia de importância dos estados dentro da Federação, que determinará o predomínio de São Paulo e Minas Gerais no plano nacional; e a garantia de que no âmbito interno dos estados a elite local comandará por si só o processo político, determinando autonomamente as regras do jogo eleitoral, sem a ameaça das “derrubadas” imposta pelo governo imperial (ABRUCIO,1998, p. 34).

Assim como em 1899 houve aliança entre o governo federal e estadual, também ocorreu em 1906, mas como já citado existiu diferenças no apoio dos dois governos. O governo de Rodrigues Alves estava desgastado, o maior exemplo de sua pouca influência foi o não controle da Comissão de Verificação de Poderes, já que, de acordo com Abrucio (1998), uma tarefa importante dos presidentes era controlar a comissão, garantindo o poder das oligarquias. Entretanto, a comissão estava controlada pela Coligação em 1906, e em Mato Grosso haviam sido “degolados” os candidatos situacionistas de Antônio Paes, aliado de Rodrigues Alves.

Quanto à Comissão de Verificação de Poderes, esta excluía do poder os adversários políticos daqueles que a controlavam, dois exemplos ilustram a situação: dos candidatos de Ponce, em 1899, e da eleição em 1906. 1) No ano que Ponce estava no ostracismo, seus candidatos foram os mais votados, mas não foram diplomados pela Comissão. 2) Em 1906 a situação foi mais inusitada, pois a Comissão “degolou” a situação estadual/federal. A não diplomação dos candidatos do situacionismo foi um indício de fraqueza de Rodrigues Alves e Antônio Paes. O fato se deu graças ao arranjo das esferas federal, estadual e municipal, que estavam alinhadas contra o governador e o

presidente da República. Portanto, a Comissão de Verificação de Poderes excluía do poder os adversários políticos daqueles que controlavam a Comissão, não necessariamente, daqueles que governavam.

Importante destacar a relação dos presidentes da República no que se refere à intervenção e não intervenção nos estados. O posicionamento do Executivo Federal revela como a intervenção federal e o cumprimento das leis só se realizavam conforme os interesses políticos. Segundo a Constituição de 1891, a relação entre União e estados deveria ser:

Art 6º - O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:
1 º) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;
2 º) para manter a forma republicana federativa;
3 º) para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos;
4 º) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.
(BRASIL, 1891)

No caso do presidente da República Campos Salles, fica claro como ele se esquivou de cumprir a lei, além de contrariar sua própria política dos governadores. Em 1899, mesmo depois dos pedidos de intervenção federal do Legislativo e Executivo de Mato Grosso, Campos Salles não interviu desrespeitando a Constituição quanto à previsão de interferência federal “para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos”. O resultado da eleição estadual foi anulado pelas forças de Antônio Paes, aliado de Murinho.

Outro exemplo salutar para demonstrar como o cumprimento da lei não valia para todos os casos, verificamos na posição de Rodrigues Alves. Em 1899, Rodrigues Alves defendeu a não intervenção federal no estado de Mato Grosso, quando o governo estadual clamava pela intervenção, o que pela Constituição deveria ocorrer. Em 1906, Rodrigues Alves enquanto presidente da República propôs a intervenção federal, sem o pedido do governo estadual, devido à morte de seu aliado Antônio Paes. Nesse sentido, a Constituição de 1891, que previa aos estados o pedido de intervenção federal, não foi respeitado por Rodrigues Alves, que somente queria intervir para vingar a morte de seu aliado político.

O mesmo manuseio das leis visando os interesses pessoais, também era a prática no Congresso Nacional. O Congresso, na maioria das vezes, votava as intervenções nos estados sem considerar a perspectiva dos interessados, mas sim sua posição contra ou a

favor do governo federal. Em 1906, nos debates sobre a intervenção federal em Mato Grosso, depois de longas retóricas retomando exemplos históricos gregos e romanos, era perceptível as alianças e votações visando prejudicar o adversário e beneficiar aos amigos, bem no sentido político descrito por Leal (1976). E desta forma os poderes Legislativo - bem como o Executivo –, mantinha a exclusão do povo, desconsiderando-os de suas decisões.

Também havia a defesa dos movimentos armados. Em interessante defesa, Rui Barbosa durante as discussões sobre a intervenção federal em Mato Grosso defendeu o direito à Revolução quando: “não exista a representação popular, onde quer que a administração se converta em ditadura, onde quer que a justiça seja uma ficção, uma mentira, as revoluções são necessárias, humanas e dignas” (PONCE FILHO, 1952, p.460). Dessa maneira, nos conflitos havia “a afirmação do direito de rebeldia e o reconhecimento dos rebeldes com entidade jurídica autônoma” (CARONE, 1970, p.255).

Outra forma de influenciar a política nos estados era o auxílio da guarnição federal, que o governo federal poderia dar ou não. O auxílio da guarnição federal foi muito importante para manter ou deixar que fossem derrubados governos. Quando a guarnição federal defendia o governador estadual, geralmente o presidente apoiava o governador, exemplo disso foi quando Rodrigues Alves enviou a expedição de Dantas Barreto para socorrer Antônio Paes.

No entanto, quando a guarnição federal mantinha-se “neutra”, significava que o governo estadual estava jogado à própria sorte. Nessa situação o presidente não apoiava o governador, fato este ocorrido em 1899, quando a guarnição ficou “neutra” diante da anulação da eleição. O que não ocorreu com o governo estadual seguinte, partidário de Campos Salles, em que todo auxílio federal foi dado.

Ocorria, igualmente, o fato dos militares se rebelarem contra o governo federal. Como foi o caso de 1892, quando a maioria dos militares em Mato Grosso ficou contra Floriano em nome da autonomia estadual. Desta forma,

O governo central, escudando-se na tese da não-intervenção, que “nesse momento constituiria para ele o dogma constitucional mais sagrado”, por detrás da cortina dificultava todos os passos do governo estadual que não lhe obtivera as boas graças, protegendo e armando ocultamente seus contrários, e recorrendo finalmente à intervenção para destitui-lo (QUEIROZ, 1976, p.127)

Um ponto significativo na história de Mato Grosso foi que a relação entre as três esferas – federal, estadual e municipal – com a preponderância da esfera federal. Segundo Meneses (2007), o que era feito em Cuiabá era constantemente desfeito no Rio de Janeiro. Essa força maior do governo federal devia-se a configuração federativa da época.

Conforme citado, a Primeira República concentrou maiores poderes nos estados, mas as 20 unidades federativas, à época, não tinham mesma força. Havia um desequilíbrio federativo, a nação era conduzida pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. As demais unidades estaduais mal podiam viver sozinhas, conseqüentemente, restava a filiação automática à política do café com leite. Não havia real autonomia para todos os estados, assim como não havia um verdadeiro federalismo (ABRUCIO, 1998).

Dessa forma, o governo federal era mais forte em relação aos pequenos estados. Enquanto que, a União era mais fraca tendo em vista os grandes estados. Exemplo disto, não houve intervenção federal nos grandes estados (ABRUCIO, 1998), já em Mato Grosso a intervenção federal ocorreu em 1917. Logo, a excludente configuração federativa explica o maior peso da União em relação a alguns estados, como Mato Grosso, e sua fraqueza em relação a outros estados, como São Paulo e Minas Gerais.

5.4- Decepção republicana: Brasil e Mato Grosso

O sistema fechado da República apresentava uma série de questões: privilégio das oligarquias, autoritarismo das elites⁶⁷, federalismo desequilibrado, as reivindicações populares resolvidas com violência policial, eleições com controle de votos, fraudes e mecanismos de exclusão da oposição. Os problemas da Primeira República foram tantos, que até mesmo republicanos se decepcionaram e o povo ficou à margem da promessa contida no novo regime.

Dessa forma, através do teste proposto por Robert Dahl (1958) para comprovar a existência uma elite, podemos demonstrar o controle elitista do período. A comprovação depende da resposta dada a duas perguntas: 1) As preferências dos governantes são iguais às dos governados? 2) Se for diferente, qual prevalece? A elite será encontrada se, na divergência de preferências, a vontade da elite prevalecer sem que se considere a

⁶⁷ Imposições como ocorreram na Revolta da Vacina ou nos castigos corporais impostos aos marinheiros, entre outros.

vontade do povo. Portanto, claramente verificamos a presença de um grupo pequeno governando os demais, já que o povo era ignorado.

A literatura confirma essa afirmação. Na interpretação de Carvalho (1987), a Monarquia caiu desfrutando de grande popularidade devido à abolição dos escravos em 1888, obviamente por parte do povo e não dos fazendeiros. No Mato Grosso, verificamos essa popularidade nas homenagens prestadas à família real em que, durante a República, o filho da princesa Izabel foi recebido calorosamente no estado (MENDONÇA, 1973).

Da perspectiva do povo, a República não trouxe melhoras, tampouco a expansão dos direitos civis e políticos. A República manteve a proibição sobre o direito ao voto dos analfabetos e mulheres, excluindo 80% dos homens a votarem. A República quase conseguiu eliminar literalmente o direito de voto (CARVALHO, 1987, p.86).

Mendonça também considerou o regime republicano mato-grossense de forma negativa. Comparando Cuiabá no tempo, afirmou a piora da cidade:

É bem de nota o contraste entre Cuiabá de outrora e a Cuiabá dos dias atuais (1919). Antes a cidade era cheia de vida, expansiva, alegre; agora, vemo-la monótona, sombria, como que resignada a uma decadência inevitável. Diversos são os fatores desse estado de cousas, e entre eles pode-se mencionar o espírito partidário, fortemente recrudescido depois de instituído o regime republicano entre nós (MENDONÇA, 1973, p.323).

De fato a República não trouxe melhoras para os mato-grossenses, além dos direitos civis não existirem na prática e dos direitos políticos existirem precariamente para todo Brasil, no estado havia agravantes específicos. Como foi destacado no capítulo anterior, o Mato Grosso era uma das partes do Brasil mais isoladas, indefesas e despreparadas.

Um fator que deixava a região instável era a violência característica de lugares onde o poder público pouco penetrava. Corrêa aponta tal violência como característica social de Mato Grosso, pois era um povo armado acostumado com “[...] uso extremo da violência que acabou por se confundir com o próprio modo de vida do mato-grossense” (CORRÊA, 2006, p.29). O autor, assim como Neves (2001) ressaltam que a escravidão no estado acabou em 1930 com Vargas, e que nas fazendas foram encontrados instrumentos de castigos corporais utilizados nos empregados.

A violência decorria da falta de controle do poder público, pois era um território extenso, sem comunicação e com meios de transporte precários. Além de uma grande

faixa de fronteira sem o menor controle, onde passavam livremente contrabandos, armamentos e os bandoleiros de todos os países platinos.

Corrêa (2006) aponta uma vinculação estreita do coronelismo mato-grossense com o banditismo. Os chamados bandidos prestavam vários serviços para o coronel, com o tempo a relação entre coronel e bandido escapou do controle coronelístico e originou uma proliferação de bandos armados pelo estado. Para autor houve duas fases dessa relação: 1) Os coronéis protegiam os bandidos e assim, o banditismo era intrínseco à política local. 2) Os bandidos se desvincularam dos coronéis e passaram a existir famosos bandos armados no estado.

Importante ressaltar que a violência não era uma exclusividade mato-grossense. Conforme Franco (1997), em seu estudo sobre os homens livres na ordem escravocrata, a violência era corriqueira no interior paulista. E ainda, Queiroz (1976), em suas diversas pesquisas sobre São Paulo, Bahia, Santa Catarina, também atesta essa constância.

Outro ponto relevante sobre as Disputas Oligárquicas foi levantado por Corrêa, no que se refere ao interesse econômico contido nelas. Os conflitos também foram uma atividade econômica, um meio de sobrevivência. Isto acontecia através da requisição, que eram recursos disponibilizados pelo governo estadual para suprir gastos com armas, munição, montaria, sustento dos litigiosos etc. De maneira que o poder público pagava a conta dos gastos das Disputas Oligárquicas, tanto os gastos das forças governistas quanto da oposição⁶⁸.

As “[...] lutas armadas coronelistas em Mato Grosso adquiriram uma função econômica, na medida em que geravam benefícios e privilégios, tais como remunerações (soldos), indenizações, desapropriações de bens, resgates etc.” (CORRÊA, 2006, p.70). Um exemplo disso estava no acordo feito em 1899 entre Ponce e Antônio Paes, quando ficou acertado que os cofres públicos pagariam as despesas da luta armada. Entretanto, não foi uma exclusividade do estado de Mato Grosso; no Rio Grande do Sul, após o término da Revolução Federalista, a União igualmente pagou os gastos com a batalha, “a guerra civil tornou-se exploração mercantil” (CARONE, 1977, p.158).

A apropriação dos recursos públicos pelas elites revela sua imaturidade republicana e o quanto a República excluiu a população. A política era pensada pelas

⁶⁸ Corrêa cita que um comerciante de Aquidauana, sul do estado, requereu do governo estadual pagamento de dívidas deixadas por pessoas que foram convocadas para a luta (CORRÊA, 2006, p.70).

oligarquias como algo que a pertencesse, sendo o reflexo das disputas entre as facções. As elites em questão serão abordadas no próximo capítulo, tendo em vista sua formação, os seus membros, e a base de legitimação de seu poder.

6- As Elites Brasileiras

Abordamos anteriormente as práticas políticas das elites mato-grossenses, sobressaindo seu envolvimento nas Disputas Oligárquicas. Na presente seção temos como foco de análise as oligarquias em si, sua composição, formação e suas configurações.

Para esmiuçar o arranjo nacional e do estado de Mato Grosso, apresentaremos na primeira parte alguns grupos oligárquicos do país, ressaltando suas semelhanças. Em seguida, abordaremos as oligarquias mato-grossenses Ponce e Murtinho, destacando quais seus membros, as razões da liderança, quais as bases de seu poder, e as suas especificidades.

Fanaia (2010, p.79) caracterizou de forma mais geral a composição das elites mato-grossenses na República. Para o autor “trilhar este caminho em meio à historiografia existente, significa literalmente abrir *picadas* no interior de um campo investigativo com diminuta e pontual produção.” Dessa maneira, através de diversas fontes – como jornais, mensagens dos presidentes de estado, relatórios de ministérios, cartas e imagens – localizadas em lugares diversos do país, faremos a caracterização das referidas oligarquias. Por fim, comprovamos a hipótese de que os coronéis mato-grossenses foram diferentes dos coronéis tradicionais descritos por Leal (1975).

6.1- Predomínio Oligárquico da Primeira República

No Brasil, o comando político desde a Colônia foi dos senhores de terra, passando por algumas oscilações históricas. Num primeiro momento, os donos de terra tinham poder quase absoluto. Eram insubmissos em relação a Coroa, que necessitava da feitura da colonização e manutenção das terras frente aos possíveis invasores (FAORO, 2008). Posteriormente, após consolidada a colonização, a Coroa centralizou progressivamente o poder (LEAL, 1975), uma vez que não precisava mais dos fazendeiros.

O retorno político dos senhores de terra ocorreu com a abdicação de Dom Pedro I (FAORO, 2008), mas ainda assim enfrentavam alguns dissabores, como o da escolha do presidente de província (ABRUCIO, 1998). A solução para conter os desmandos do poder central veio com a República, quando os governadores passaram a serem

escolhidos através de eleição e o federalismo outorgou grandes poderes aos estados. Surgiu, então, um ator importante: o governador, que compunha-se tanto com a oligarquia local e com o governo federal.

Entretanto, os governadores não tinham o mesmo peso político no equilíbrio nacional, pois alguns estados tinham mais importância que os outros. Não havia interdependência das unidades federativas, e sim um desequilíbrio federativo, já que os estados de São Paulo e Minas Gerais conduziam a nação. Somente os grandes estados se sobrepunham a uma União fraca, já em relação aos pequenos estados, a União era a mais forte, uma vez que dependiam dos repasses federais e não havia outra alternativa a não ser a filiação automática à política do café com leite (ABRUCIO, 1998).

Se nacionalmente haviam pesos diferentes entre as unidades federativas, nos estados um pequeno grupo submetia os demais. As mais famosas oligarquias foram as do Partido Republicano Paulista, dos Acióli do Ceará, de Rosa e Silva no Pernambuco e de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul (QUEIROZ, 1976).

Carone (1977) acrescenta às principais oligarquias a de Minas Gerais, comandada por Bias Fostes e Francisco Sales; a do Amazonas pelos Nery; do Pará pelos Montenegro; do Maranhão por Benedito Leite; no Rio Grande do Norte, o comando foi de Pedro Velho; no Rio de Janeiro, de Porciúncula e Nilo Peçanha; em Goiás, dos Bulhões; em Santa Catarina, de Lauro Müller; no Alagoas, dos Malta; em Sergipe, do padre Olímpio e do general Valadão; na Bahia, de Luís Viana e Severino Vieira; na Paraíba, de Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa; em Mato Grosso, dos Murtinho; e no Espírito Santo, de Jerônimo Monteiro.

A característica fundamental das oligarquias era a posse de terras com produção voltada para o exterior, com a:

[...] formação de grupos impermeáveis, com raras participações de elementos estranhos, o que resulta comumente em oposição armada e lutas radicais pelo poder; lealdade para com os chefes, companheiros e o partido; em certo grau, culto pela palavra empenhada; domínio sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário; emprego de famílias e adeptos para melhor controle e segurança; a não aceitação de neutralidade, obrigando a todos se definirem contra ou a favor (CARONE, 1970, p.268).

A disputa pelo predomínio oligárquico gerou inúmeros conflitos nos estados, inicialmente, as agitações eram próprias da instabilidade do regime. Os grupos em conflito eram formados pelos republicanos, militares, e monarquistas (liberais e conservadores), em cada estado a composição se deu de maneira diversa. De tal forma

que mediante as instabilidades existiram vários governadores durante um curto período nos estados.

Em São Paulo, todavia, a alternância no governo estadual foi mais estável. O conflito se dava entre o estado e o presidente da República, ou seja, entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e Deodoro, ambos almejando empossar e manter determinado governador. Ocorreu o rompimento quando Deodoro empossou Américo Brasiliense no governo estadual paulista, sem consultar o PRP.

Além dos conflitos estaduais, contendo as especificidades dos contextos regionais, existiam também os conflitos nacionais, como a disputa entre os civis e os militares, que também impactavam nos estados. Assim sendo, os acontecimentos como o golpe de Deodoro, sua renúncia e a posse de Floriano Peixoto, exigiram tomada de posição por parte dos governantes, e os possíveis conflitos entre as esferas federal e estadual significavam uma chance de obter o comando para as oposições estaduais.

A oportunidade das oposições assumirem o poder estadual ocorreu com a posse de Floriano, que se omitiu perante as ações nos estados. Assim, as derrubadas estaduais foram outro movimento de rearranjo oligárquico, com início a partir de novembro de 1891 até março de 1892, e que em vários estados aconteceu de forma pacífica, mas não em todos.

Em São Paulo, manifestações aconteceram na capital e interior, as pessoas foram para as ruas, e o Legislativo intimou que Américo Brasiliense abandonasse o cargo, o que ocorreu em 15 de dezembro de 1891. Em Minas, os militares queriam a renúncia do governador Cesário Alvim, depois da pressão feita pelos movimentos populares, a renúncia ocorreu em 17 de fevereiro de 1892. No Rio Grande do Sul, uma revolta militar eclodiu em 08 de novembro de 1891. Júlio de Castilhos não se sustentou e renunciou em 12 de novembro de 1891.

No Rio de Janeiro, grupos armados se formaram exigindo a renúncia do governador Francisco Portela, que não resistiu à pressão e renunciou em 9 de dezembro de 1891. Em Santa Catarina, tropas coronelísticas levantaram-se no interior exigindo que Lauro Müller deixasse o governo, o que aconteceu em 29 de dezembro de 1891 (CARONE, 1977).

Nos estados acima, a pressão popular resultou em renúncia, mas em outros houve também conflitos e mortes. Na Bahia, no dia 24 de novembro 1891, republicanos históricos e militares realizaram um comício, mas a reunião resultou na tomada palácio

governamental, e em tiroteio e mortes. O governador conseguiu escapar e abandonou o cargo.

Em Pernambuco, o governador se demitiu após as manifestações de 26 de novembro, assumindo o vice, que igualmente não suportou as pressões populares e renunciou. Na Paraíba, Venâncio Veiga foi deposto pelos militares e pela oposição, começando em fevereiro de 1892 um movimento armado. No Rio Grande do Norte, os militares e as oligarquias depuseram o governador em 28 de novembro de 1891 e realizaram-se novas eleições em fevereiro.

No Ceará, o confronto ocorreu entre a Escola Militar, florianista, e a polícia, depois que Floriano obrigou as unidades simpáticas ao governador saírem de Fortaleza. Após treze horas de luta, com mortes, o governador foi deposto em 17 de fevereiro de 1892, e o vice-governador, que era florianista, assumiu aclamado pelo povo, e posteriormente foram realizadas novas eleições. No Amazonas, o governador foi deposto, após um conflito armado com mortes. No Mato Grosso, o governador também foi deposto desta vez pelos militares, que em seguida assumiram o governo (CARONE, 1977).

O governo Floriano marcou o início de alguns longos domínios oligárquicos, e em Mato Grosso reafirmou-se o predomínio dos Murinho⁶⁹. Coincide também a data de término de alguns domínios oligárquicos. A seguir, algumas situações estaduais:

No estado do Ceará, a oligarquia Acióli predominou por dezesseis anos, desde 1896 até 1912. Os Acióli se estabeleceram ainda no Império, quando o líder do Partido Liberal, o padre Tomaz Pompeu, deixou como herdeiro político seu genro Antônio Acióli. Proclamada a República, Acióli perdeu o poder, mas foi eleito em 1896 governador, quando tomou medidas como a promulgação de sua reeleição e perseguiu violentamente os opositores. Em 1911, o coronel Franco Rabelo, apoiado pelo presidente Hermes da Fonseca, derrotou os Acióli. Contudo, em 1914, em reação aos militares, os Acióli retornaram ao poder (CARONE, 1977).

No estado do Pernambuco, Rosa e Silva também teve longo domínio oligárquico de quinze anos, entre 1896 até 1911. O oligarca tinha sido político no Império, pertencido ao partido conservador e, com a República, foi retirado seu domínio. O retorno ocorreu com sua aproximação com o governador Barbosa Lima em 1892, a

⁶⁹ Uma vez que o início de tal domínio oligárquico efetivou-se com a eleição de Manuel Murinho em 15 de agosto de 1891, entretanto o PNR os retirou do governo em 1892, e seu retorno ocorreu com a Disputa Oligárquica de 1892.

partir de então lentamente foi retornando ao domínio estadual. Rosa e Silva não controlava uma oligarquia familiar, e exercia seu mando à distância. O rompimento da oligarquia ocorreu em 1911, ano que o general Dantas Barreto venceu eleição do governo estadual, apoiado pelo presidente Hermes da Fonseca. O rompimento do domínio de Rosa e Silva, porém, não impediu seu retorno em 1926 como governador, mas faleceu em 1928 (CARONE, 1977).

O estado do Alagoas esteve dezoito anos sob a dominação oligárquica de Euclides Malta. O prestígio do oligarca foi construído no Império, devido ao seu casamento com a filha do chefe político estadual, tornando-se seu herdeiro político. Em 1892 foi vice-governador, em 1894, governador e a partir de então sua família passou a governar. Em 1912, o general Clodoaldo da Fonseca, com apoio de Hermes da Fonseca, venceu e pôs fim a oligarquia.

No Rio Grande do Norte, Pedro Velho predominou por dezenove anos, desde 1892 até 1911. Já a Paraíba teve duas oligarquias dominantes no período, após um curto predomínio de Venâncio Neiva de 1889 a 1892, e em 1892 inicia-se o predomínio de Álvaro Machado que se estendeu até 1912, ano em que assumiu o governo estadual Epitácio Pessoa.

No Pará, Antônio Lemos liderou a oligarquia por dezenove anos, de 1889 a 1908. Com sua carreira de oligarca também iniciada no Império, Antônio Lemos foi do Partido Liberal, ocupou cargos importantes na República e elegeu-se intendente municipal de Belém continuamente até 1908.

No Mato Grosso, os Murtinho predominaram por quase vinte anos, embora tenham ocorrido algumas interrupções⁷⁰, iniciou-se em 1891 e terminou em 1911. O fim da oligarquia ocorreu com a morte de Joaquim Murtinho, e então, a disputa ficou entre o senador Antônio Azeredo e Pedro Celestino, ambos ligados a Ponce. Depois da intervenção federal em 1917, Pedro Celestino e Antônio Azeredo fizeram um acordo e elegeram o padre Dom Aquino.

Ao contrário dos longos domínios oligárquicos, os estados da Bahia e do Rio de Janeiro tiveram predomínios mais dinâmicos, existindo um revezamento. A Bahia não aceitou a Proclamação da República, um acordo levou ao governo Manuel Vitorino, e a partir de então várias oligarquias assumiram, existindo inúmeros conflitos. Quanto ao

⁷⁰ As interrupções foram motivo para luta nas Disputas Oligárquicas de 1892 e 1906. Em 1892 Manuel foi derrubado em janeiro e reassumiu em maio, e em 1906 quando os Murtinho romperam com o governador Antônio Paes, e retornaram com a Disputa Oligárquica de 1906.

Rio de Janeiro, igualmente houve sucessivas oligarquias no governo, como de Francisco Portela, Porciúncula, Nilo Peçanha, Feliciano Sodré, entre outros. O estado enfrentava a vulnerabilidade quanto ao Distrito Federal, já que havia contínuas interferências.

Outra realidade local singular era a paulista. A oligarquia do PRP também apresentava diferenças das demais, primeiro que o partido dividia o poderio nacional com o PRM. Segundo, que a estrutura partidária permitia que os conflitos fossem suavizados, ao contrário dos primeiros estados apresentados (PE, RN, AL, PB, MT, PA) em que os membros do PR representavam uma vontade particular e não um equilíbrio das forças, como era no PRP. Assim, em São Paulo, os conflitos foram menos radicais devido à estrutura partidária (CARONE, 1977, p.271).

No que se refere aos longos domínios abordados, apresentam alguns pontos em comum como período coincidente: início de domínios oligárquicos entre os anos de 1891-1896 e o término em 1911-1912. Como ocorreu com Pernambuco (1896-1911), Ceará (1896-1912), Alagoas (1894-1912), Rio Grande do Norte (1892-1911), Mato Grosso (1891-1911) e Paraíba (1892-1912).

Chama atenção o fato de muitos políticos terem iniciado a carreira no Império, o que mostra que a República ampliou o domínio de grupos que estavam em ascensão ou já estabelecidos. Foram os casos de Rosa e Silva, Generoso Ponce, Antônio Lemos, Antônio Acióli e Euclides Malta, os dois últimos obtiveram a posição de herdeiros políticos através de casamentos com as filhas dos chefes estaduais, demonstrando a utilização desta instituição para ascenderem ao poder.

Outro ponto que merece destaque foi o constante atrito entre civis e militares, permeando as subidas e as retiradas de grupos. Exemplo deste movimento foi quando oligarcas, que iniciaram a vida política no Império, tiveram carreiras interrompidas com a Proclamação. A interrupção ocorreu em Mato Grosso com o governo de Antônio Maria, no Pernambuco com Rosa e Silva, e no Ceará com Acióli.

Se o começo do domínio oligárquico abrange datas próximas, o fim ou interrupção foi quase unânime em 1911-1912. Nesse ano interromperam-se os domínios oligárquicos de Mato Grosso, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Paraíba. O próprio término, ou pelo menos a pausa, decorreu dos atritos entre civis e militares. A principal motivação foi a reação dos militares contra as oligarquias, que pela força impuseram governo no Ceará, Pernambuco e Alagoas. Diferem a motivação os casos de Paraíba e Mato Grosso, pois seus términos deveram-se à morte dos oligarcas.

6.2- Oligarquias Mato-Grossenses

Observando as origens dos ocupantes dos cargos no Legislativo federal e Executivo estadual, percebemos o quão fechado era o sistema político, o que elucida o predomínio dos cuiabanos sobre as demais regiões do estado. Existiam hierarquias entre os cargos públicos, o cargo de governador era o mais restrito, seguido pelo de senador e deputado federal. Abaixo o quadro 3- Governadores Republicanos de Mato Grosso, mostra que dos vinte nomes que assumiram o governo estadual doze eram cuiabanos.

Quadro 3 - Governadores Republicanos de Mato Grosso

Nome	Data de Posse/ Término	Local de Nascimento	Região de Mato Grosso	Profissão
Antônio Maria Coelho	09/12/1889 – 16/02/1891	Cuiabá	Norte	Militar
Frederico Solon de Sampaio Ribeiro	16/02/1891- 01/04/1891	Rio Grande do Sul	----	Militar
José da Silva Rondon	01/04/1891- 06/06/1891	Desconhecido	---	Comerciante
João Nepomuceno Mallet	06/06/1891- 18/08/1891	Rio Grande do Sul	----	Militar
Manuel José Murtinho	16/08/1891-01/02/1892/ 20/07/1892 – 15/08/1895	Cuiabá	Norte	Bacharel em Direito
Antônio Corrêa da Costa	15/08/1895- 17/09/1897/ 19/11/1897-26/01/1898	Cuiabá	Norte	Engenheiro
Antônio Cesário Figueiredo	17/09/1897-18/11/1897/ 26/01/1898-04/07/1899	Cuiabá	Norte	Fazendeiro
Antônio Leite de Figueiredo	07/07/1899-15/08/1899	Livramento	Norte	Comerciante
Antônio Pedro Alves de Barros	15/08/1899-03/04/1900/ 28/08/1900-15/08/1903	Maranhão	----	Militar
João Paes de Barros	04/04/1900-24/08/1900	Cuiabá	Norte	Usineiro
Antônio Paes de Barros	15/08/1903-01/07/1906	Cuiabá	Norte	Usineiro
Pedro Leite de Osório	08/07/1906-15/08/1907	Cuiabá	Norte	Comerciante
Generoso Ponce	07/05/1892-20/07/1892/ 15/08/1907-12/10/1908	Cuiabá	Norte	Comerciante
Pedro Celestino Corrêa da Costa	12/08/1908-14/08/1911	Chapada	Norte	Farmacêutico
Costa Marques	15/08/1911-15/08/1915	Poconé	Norte	Bacharel em Direito
Caetano M. de Faria e Albuquerque	15/08/1915-10/01/1917	Cuiabá	Norte	Engenheiro e Militar
Camilo Soares	Interventor federal 10/01/1917-22/01/1918	Minas Gerais	----	Bacharel em Direito
Dom Francisco Aquino Correa	22/01/1918-22/01/1922	Cuiabá	Norte	Formado na Universidade

				Gregoriana de Roma
Pedro Celestino Corrêa da Costa	22/01/1922-27/10/1923	Chapada	Norte	Farmacêutico
Estevão Alves Corrêa	28/10/1923- 22/01/1926	Cuiabá	Norte	Médico
Mário Corrêa da Costa	22/01/1926-22/01/1930	Cuiabá	Norte	Médico

Fonte: Dados retirados de Fanaia (2010) e Faria (1993).

O domínio dos cuiabanos pode ser ainda maior se consideramos que alguns nomes⁷¹ nascidos em outras regiões, mas que construíram suas carreiras em Cuiabá. Portanto, estavam identificados e representavam a cidade. Ou simplesmente que nasceram em cidades do norte do estado, o número se elevaria para 15 governadores⁷². Nenhum governador era nascido na região sul.

Outro dado relevante foi a constante alternância de poder, entre os anos de 1889 a 1930 ocorreram vinte e sete alterações no Executivo estadual⁷³. Dos vinte governadores apenas três terminaram o mandato. Entre os motivos para a não completude ou abandono de cargo estão o afastamento por decreto federal, afastamento temporário, assassinato, *impeachment*, renúncia e substituição por decreto federal (FANAIA, 2010, p.99).

Quanto ao Congresso Federal, o Senado era mais restrito que a Câmara Federal. Observando o quadro 3, percebemos que todos os senadores na República Oligárquica eram cuiabanos e oito tinham formação superior. Ponce era a exceção. Na Câmara, dos vinte e oito deputados federais, oito não eram cuiabanos (FANAIA, 2010, p.86).

Quadro 4 - Senadores da República

Nome	Mandato	Partido	Local de Nascimento	Região de Mato Grosso	Profissão
Antônio Pinheiro Guedes	(1890-1903)	PRN	Cuiabá	Norte	Médico
Aquilino L. A. Coutinho	(1890-1903)	PRN	Cuiabá	Norte	Bacharel em Direito
Joaquim Murinho	(1890-1896) (1903-1906) (1907-1911)	PR/PRC	Cuiabá	Norte	Médico

⁷¹ Por exemplo, Pedro Celestino Corrêa da Costa que nasceu na Chapada, cidade localizada 65 km da capital. Se Cuiabá se impunha perante todo estado, com sua vizinha não foi diferente. Outro exemplo, o coronel Barros, mesmo nascido no Maranhão, construiu carreira política na cidade e se relacionou com os cuiabanos.

⁷² Incluímos apenas os governadores nascidos no norte, Pedro Celestino aparece duas vezes no quadro e foi contado apenas uma.

⁷³ Não se refere a 27 governadores diferentes, abrange as alterações como governadores que se afastaram e reassumiram ou substituição de vices.

Generoso Ponce	(1894-1903)	PR	Cuiabá	Norte	Comerciante
Antônio Francisco Azeredo	(1897-1905) (1906-1914) (1915-1923) (1924-1930)	PR	Cuiabá	Norte	Bacharel em Direito
José Maria Metelo	(1900-1908) (1909-1917)	PR/PRC	Cuiabá	Norte	Bacharel em Direito
José Antônio Murinho	(1912-1920) (1921-1929) (1930)	PR	Cuiabá	Norte	Médico
Pedro Celestino Corrêa da Costa	(1926-1930)	PRMG	Cuiabá	Norte	Farmacêutico
Luís Adolfo Corrêa da Costa	(1922-1926)	PRMG	Cuiabá	Norte	Bacharel em Direito

Fonte: Dados retirados de Fanaia (2010), Faria (1993) e Senado Federal

Outra questão relevante do período era a frágil estrutura partidária, como já ressaltado anteriormente. Os partidos surgiram conforme a composição das lideranças, com caráter personalista. Desaparecendo o líder também desaparecia o partido. Abaixo quadro sobre a composição partidária da Primeira República no Mato Grosso.

Quadro 5 - Principais Partidos da República (1889-1930)

Partido	Surgimento	Líderes
PN (Partido Nacional)	1889	Antônio Maria Coelho
PR (Partido Republicano)	1890	Generoso Ponce
PNR (Partido Nacional Republicano)	1890-1897	Antônio Maria Coelho
PA (Partido Autonomista)	1895-1897	João Caetano Teixeira Muzzi
PD (Partido Democrata)	1898	Remanescentes do PNR
PRCons. (Partido Republicano Conservador)	1899-1905	Generoso Ponce
PRConst. (Partido Republicano Constitucional)	1899	Antônio Paes de Barros
Partido da Coligação Mato-Grossense	1905	Generoso Ponce
PRMG (Partido Republicano Mato-Grossense)	1916	Pedro Celestino Corrêa da Costa
PDMG (Partido Democrata Mato-Grossense)	1926	Mário Corrêa da Costa

Fonte: Dados retirados de Corrêa (2006), Neves (2001), Rosa (1962), Ponce Filho (1952).

Os três primeiros partidos surgiram dos conflitos entre as oligarquias Ponce-Murtinho com os militares. O Partido Autonomista fugia à regra quanto à composição majoritária de políticos do norte do estado e à manutenção dos privilégios da região. O partido surgiu da iniciativa dos coronéis sulistas, com conotação divisionista, entretanto a separação não ocorreu e os coronéis foram eliminados do cenário político.

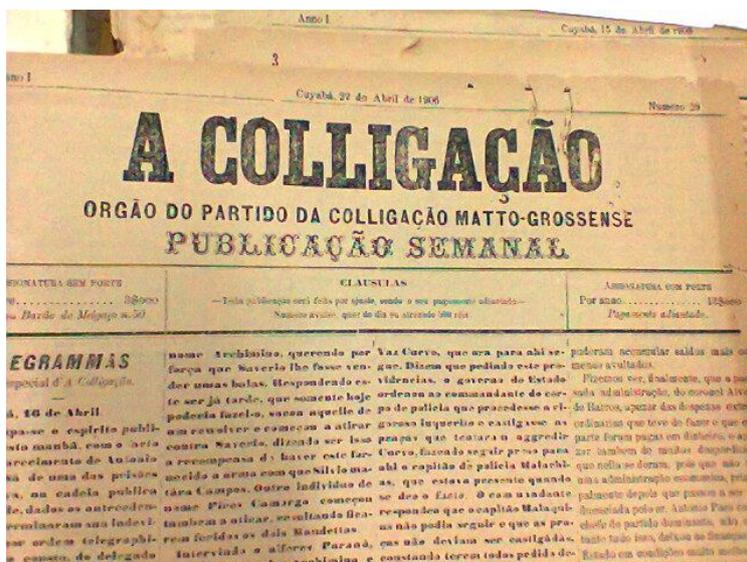
O Partido Democrata era formado pelos remanescentes do PNR, mas em 1899 juntaram-se à situação filiando-se ao PR. Nesse ano houve a cisão dentro do PR, originando dois novos partidos: PR Constitucional, de Antônio Paes, e o PR Conservador de Generoso Ponce. O rearranjo das oligarquias Ponce e Murtinho formou a Coligação Mato-Grossense, que não era um partido e sim um movimento de caráter nacional.

Os dois últimos partidos exemplificam bem como a estrutura partidária baseava-se no líder. Após as eleições vencidas pela Coligação, os correligionários retornaram ao PR Conservador, mas por divergências quanto à renovação da concessão da Companhia Mate Laranjeira, Pedro Celestino rompeu com o partido e fundou o PRMG. Anos depois, seu sobrinho Mário fez o mesmo, rompeu com Pedro Celestino e fundou o PDMG.

Fanaia (2010) destaca que os partidos tinham como estratégia política a utilização dos meios de comunicação. Dessa maneira, cada partido tinha um órgão incumbido da defesa de seu programa, como também do combate à oposição. Caso exemplar foi Ponce, que escreveu durante o Império no jornal O Liberal; em 1892 foi redator chefe do jornal O Mato Grosso, e escrevia no jornal O Republicano, onde também trabalhava o historiador Estevão de Mendonça. Por fim, criou o jornal A Reação em 1902, com objetivo de tentar combater seu ostracismo político.

Figura 8 - Jornais Mato-Grossenses





Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Outro dado interessante contido nos quadros acima é a constante presença na política dos militares. O Mato Grosso, por ter grandes regiões de fronteira, sempre foi uma província militarizada, o que aumentou com a Guerra do Paraguai. Os militares durante o Império estiveram inúmeras vezes no governo estadual; durante a República, cinco governadores eram militares, sendo três deles designados pelo governo federal e dois eleitos.

Além da presença constante no governo estadual, os militares foram decisivos por diversas vezes, pois se envolviam nos conflitos apoiando um dos lados. Como por exemplo, em 1889, quando mantiveram-se “neutros” e o resultado das eleições foi cancelado, ao invés de cumprirem seu papel de manter a ordem, caso solicitados. Em 1906, os militares colocaram à disposição sua força para apoiar Ponce, mas não protegeram o governador, que acabou assassinado. Em 1892, quando os militares derrubaram o governador eleito, retirando a oligarquia Ponce-Murtinho momentaneamente do poder.

Assim, os militares envolviam-se “fosse articulando, ou mesmo utilizando as forças baseadas na região em sintonia com uma determinada força oligárquica. Esta Instituição em vários momentos foi importante desestabilizador de governos legalmente constituídos [...]” (FANAIA, 2010, p.89). Os militares também tinham envolvimento com as oligarquias, posicionando-se frente às questões políticas.

Feita uma breve abordagem da composição dos poderes do período republicano, detalharemos a seguir a composição das duas oligarquias em questão.

6.3- Oligarquias Mato-Grossenses: os Poncistas

A oligarquia dos Ponce teve três momentos: 1) Durante o Império: mesmo Ponce construindo alianças com os chefes locais do estado, ainda não detinha o domínio político. 2) Durante a República: após vencer a Disputa Oligárquica de 1892 reuniu o apoio dos chefes, nessa fase começou o apogeu político de Ponce. 3) Depois de 1911, quando morreu o oligarca: seus descendentes fazem importantes alianças – através de casamento com os Müller – e continuaram competindo pelo domínio político. Ao presente trabalho interessa analisar somente as duas primeiras fases.

Nos dois primeiros momentos, Ponce construiu alianças, sendo a oligarquia composta em sua maioria por não-parentes de Ponce. Consideramos, assim, pertencentes à oligarquia poncista o grupo que manteve-se unido a Ponce por todo o período de 1889 até 1906, período esse de perseguições impostas à oligarquia. Assim, aqueles que juntaram-se a Ponce no período de bonança consideramos apenas aliados. Pertenciam à oligarquia bacharéis, industriais, fazendeiros, oficiais do exército, comerciantes, magistrados.

A oligarquia era formada pelas famílias Corrêa da Costa, Antônio Cesário Figueiredo, Costa Marques, coronel João Mascarenhas, desembargador Ferreira Mendes, a família Azevedo, e o senador Azeredo. Interessante notar que entre eles haviam vários laços de sangue, casamento e compadrio⁷⁴.

Os Corrêa da Costa foram uma tradicional família com vários membros ocupando cargos políticos. Antônio Corrêa da Costa e seus filhos Antônio, Pedro Celestino, Luís e Jonas assumiram diversos cargos no Executivo estadual e Legislativo federal. Antônio pai e Antônio filho estiveram por cinco vezes na presidência da província durante o Império. Na República, Antônio (filho) foi presidente do estado de 1895 a 1898. Pedro Celestino Corrêa da Costa foi presidente de 1908 a 1911 e novamente de 1922 a 1924. Luís Adolfo, primo deste, foi senador. A terceira geração de políticos compunha-se de Mario Corrêa da Costa, que governou de 1926 a 1930 e também de 1935 a 1937. Fernando Corrêa da Costa, filho de Pedro Celestino, governou

⁷⁴ Por exemplo o governador Antônio Cesário Figueiredo era tio de Antônio Azeredo. Os Corrêa da Costa tinham como importantes políticos os irmãos Antônio, Pedro Celestino e primo Luís Adolfo, também eram irmãos João Félix de Azevedo e Caraciolo de Azevedo, fiéis aliados de Ponce, etc.

de 1951 a 1956 e de 1961 a 1966. A maioria dos membros possuía formação superior, em medicina, farmácia, engenharia ou direito (MENDONÇA, 1973).

Os poncistas foram um grupo heterogêneo, entre bacharéis e coronéis. Por exemplo, Antônio Cesário foi fazendeiro e coronel da Guarda Nacional. Costa Marques foi bacharel em direito, filho de chefe político do Império e possuidor de grandes extensões de terras. Costa Marques pertenceu ao PRN e PR, foi membro da Coligação e do PRMG.

Outros participantes da oligarquia, João Mascarenhas foi um coronel da região sul do estado. Mascarenhas perdeu a vida em 1901, lutando para que a facção política retornasse ao poder. Com maior sucesso, Ferreira Mendes foi juiz e desembargador, exilou-se com Ponce no Paraguai e lutou em na Disputa Oligárquica de 1906; também participou do governo de Costa Marques, sendo seu secretário dos Negócios do Interior (PÓVOAS, 1977).

Os irmãos Azevedo, Caraciolo e João Félix, mantiveram-se sempre na oligarquia. Caraciolo foi servidor público e sócio de Ponce em seu comércio, várias vezes deputado estadual vindo a falecer quando era 1º vice-governador. João Félix era engenheiro e embora vencedor das eleições de 1899, não assumiu devido à Disputa Oligárquica (MENDONÇA, 1973).

O senador Antônio Azeredo (1861-1936) assumiu grande importância após a morte de Ponce. Como este, Azeredo também vinha de uma família sem grande fortuna, era republicano, abolicionista e desde cedo foi jornalista em Cuiabá. Formou-se em Direito em 1895, mas preferia o jornalismo, trabalhou com Rui Barbosa na Tribuna Rosada e com José do Patrocínio na Gazeta da Tarde, além de ter sido proprietário de O Malho. Partidário de Pinheiro Machado, participou da criação com este do Partido Republicano Conservador.

Unia o grupo – como também os chefes locais aliados – o respeito a Ponce⁷⁵. A literatura regional é unânime quanto ao papel político de Ponce como detentor das maiorias estaduais: “Inteligentíssimo, nenhum outro chefe político gozou em Mato Grosso de prestígio igual ao seu” (MENDONÇA, 1973, p.246), referindo-se à eleição de 1899 vencida pela oligarquia Corrêa Filho afirma:

⁷⁵ Pedro Celestino, por exemplo, esperou pacientemente o mando de Ponce se findar para almejar ser o novo líder de Mato Grosso, o que ocorre quando Ponce morreu. Entretanto, o senador Antônio Azeredo também esperava a sua vez, forma-se os conflitos dos anos posteriores a 1911 dentro da oligarquia.

Quem conhece as condições reais de Mato Grosso, onde o prestígio de Ponce, adquirido no Império, vencera as perturbadoras crises da transformação do regime, na Revolução de 1892, em que a sua iniciativa restaurou a autoridade legal de Murinho, deposto por ingloria aquartelada, bem que poderia prever que não havia no Estado ambiente propício à vitória de algum partido adverso, que apenas contasse com as suas próprias forças, apressadamente agremiadas às vésperas da eleição presidencial (CORRÊA FILHO, 1969, p.592).

Acreditamos que, mais que apenas líder da oligarquia – a quem muitos pediam apoio, conselhos, e sua presença para manutenção da ordem política estadual – Generoso Ponce teve importância decisiva na história do estado. Algumas cartas de chefes políticos, por exemplo, demonstram como era necessária a presença de Ponce para impor a ordem. Assim, viajava constantemente para o interior para resolver conflitos. Quando em 1897 deixou o estado para morar no Rio de Janeiro, o governador Antônio Corrêa da Costa enviava-lhe cartas para informar o que acontecia no estado

Segundo o vice-presidente Antônio Cesário: “O que posso afirmar é que o compadre é o homem necessário aqui, ninguém o pôde substituir” (PONCE FILHO, 1952, 140). Quando Cesário assumiu o governo afirmava só estar seguro com a presença de Ponce no estado: “muito encommoado com a sua demora. Desejo seu regresso o mais cedo possível, pois com sua presença respirarei mais tranquilo, no posto difícil em que me acho” (PONCE FILHO, 1952, p.152). Ponce aconselhava quem estivesse ao seu redor sobre diversos assuntos, inclusive de ordem pessoal, como recomendações a casais.

O primitivismo do meio, maximé na interlândia brasileira, impõe necessariamente, ao chefe político, se este lhe grangeia a confiança encargos de verdadeiro pater-família [...] E o chefe político é ouvido sobre negócios, sobre malquerenças, sobre casos de família. E’ a bússola que norteia nos macaréis da vida (PONCE FILHO, 1952, p.507).

Generoso Ponce (1852-1911) vinha de uma família pobre, embora seus aliados se compusessem de tradicionais famílias, como os Corrêa da Costa. Nas palavras de Mendonça (1973, p.246), Ponce era “originário de família obscura, ascendeu por esforços próprios às posições mais salientes”. Foi filho de Corsina Ramona e do sargento José Ponce Martins, que participou da fundação do destacamento militar de Fecho dos Morros, no sul do estado, serviu também em Campinas e comandou o forte Príncipe da Beira em Mato Grosso⁷⁶.

⁷⁶ Atualmente localiza-se no estado de Rondônia.

Quando a guerra do Paraguai começou, Generoso era seminarista na capital, aos 13 anos largou a vocação e alistou-se para lutar na guerra. Ao término do confronto era 2º cadete, e como era filho de oficial militar poderia cursar a Escola Militar no Rio, entretanto, desistiu e foi morar na Chapada. No interior tornou-se agricultor do pequeno sítio deixado por seu avô, e aos 19 anos casou-se com sua primeira esposa, Maria Honorina de Souza Ponce.

Contudo, um incidente o marcou: um incêndio em sua propriedade na Chapada os fez retornar a Cuiabá. “Deve tê-lo impressionado muito esse desastre inicial, a ponto de nunca ter sido fazendeiro, quando o comércio lhe deu prosperidade e recursos que o poderiam levar a ser grande latifundiário” (PONCE FILHO, 1967, p.135).

De volta à capital, devido às suas relações pessoais, Ponce recebeu algumas propostas de emprego. Ofereceram um cargo público com um bom salário, mas Ponce não aceitou e foi trabalhar como caixeiro, ganhando menos, em um comércio indicado por seu amigo José Maria da Silva Rondon. O comércio era o novo investimento do rico comendador Firmo de Matos, um pernambucano - juiz e delegado, além de chefiar o Partido Liberal desde 1879-, que após receber uma grande herança de seu sogro resolveu investir no comércio.

Com o tempo Ponce conquistou a confiança do comendador Matos, substituindo-lhe no comércio e no partido. O comércio inicialmente era apenas importador, depois também passou a exportar, vendiam no atacado e varejo diversos gêneros, como borracha, ipecacunha, plantas medicinais, couros, vestidos, chapéus, ferragens, guaraná. Ponce ganhou grandes comissões por ter aumentado as vendas, e além do trabalho diurno na casa comercial, trabalhava à noite dando aulas de contabilidade para comerciários. Em três anos tornou-se sócio do comendador Matos, e posteriormente comprou a sua parte.

O enriquecimento de Ponce se deu por seus próprios esforços, e a bibliografia converge quanto a isso. É interessante notar que o comércio, além de enriquecer, lhe possibilitava contato com muitas pessoas, gerando tanto alianças como forma de conquistar adeptos através de uma ampla forma de oferecer favores.

Queiroz (1977, p.176) aponta a importância do comércio para o enriquecimento do coronel e para construir uma clientela: “Se a base do comércio era, como escreveu Costa Porto, ‘a capacidade de fazer favores’, o comerciante, pequeno ou grande, aparecia realmente como alguém dotado de meios excelentes de ‘fazer favores’ aos outros”. Confirmado por Ponce Filho:

Ativo, de atividade multânime e incessante, prestativo, por excelência, sentiudo prazer em servir aos outros, sua ação, no comércio como na vida social, grangea-lhe rapidamente simpatia, amizades, gratidões em uma palavra – prestígio. Seu caráter firme, sua grande compreensão da natureza humana, o que o faz irmanar-se logo como interlocutor, de elevada ou humilde condição... (PONCE FILHO, 1952, p.39).

Enquanto fazia fortuna igualmente crescia dentro do Partido Liberal, predominante desde o final do Império. Ponce filiou-se ao partido em 1873, e no ano seguinte entrou para maçonaria. A entrada de Ponce no partido, provavelmente, se deu através do comendador Matos, que chefiou o partido de 1879 até 1889. Nesse período, no campo pessoal, Ponce sofre algumas perdas familiares, faleceu o pai e anos mais tarde ficou viúvo, com 26 anos e dois filhos, Palmiro e Adelina. Após dois anos, casou-se novamente, desta vez com Mariana Guimarães de Souza Ponce.

A consolidação do prestígio de Ponce ocorreu entre os anos de 1882 e 1887, tanto no Partido Liberal como em todo estado. No partido era “credenciado pelo Desembargador Firmo junto aos próceres liberais [...]” (PONCE FILHO, 1952, p.49), em 1882 foi eleito como o deputado provincial mais votado. Contribuiu também para sua afirmação a atuação como capitão da Guarda Nacional. Em 1887 foi eleito deputado geral, sendo reeleito por várias vezes presidente da casa. Em 1889 assumiu o comando do Partido Liberal, e Metelo, Azeredo e Joaquim Murtinho passaram, então, a pedir sua adesão às respectivas candidaturas.

Tanto era o prestígio de Ponce juntos aos liberais, que no dia 08 de dezembro de 1889 deram um baile em sua homenagem. No dia seguinte, souberam da notícia da proclamação da República e conseqüente invalidação daquelas eleições. A nova configuração do novo regime interrompeu a ascensão e o domínio dos até então estabelecidos; neste período, Ponce já contava com prestígio, alianças e poder econômico.

Além dos arranjos com os chefes locais e possuidor de grande fortuna, Ponce possuía características importantes para o mando, como carisma. Reunião de adjetivos definida por Weber (2004b, p.324) como “conjunto de dotes pessoais que impõem um indivíduo aos outros, fazendo com que estes lhe obedeçam, tornando suas ordens indiscutíveis justamente porque vem dele”, ou seja, “o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão”. Para Queiroz, o carisma contribuía da seguinte forma:

A liderança coronelística, que era sempre uma liderança econômica, e uma liderança de parentelas, assumia além de tudo um aspecto nitidamente carismático, pois o escolhido (fossem quais fossem o tipo de escolha e as razões de sua ascensão social) só chegava a grande chefe se apresentasse aquela inexplicável qualidade que despertava a adesão afetiva e entusiasmada dos homens, levando-os espontaneamente a obediência, qualidade que concorria para reforçar a solidariedade interna do grupo. (QUEIROZ, 2006, p.176)

Dessa maneira, acreditamos que Ponce foi um líder carismático, e para elucidar mostraremos alguns exemplos de como o coronel lidava com pessoas e situações. Um exemplo do seu trato com as pessoas foi durante a Disputa Oligárquica de 1906. Depois de tomada Corumbá, Ponce prendeu o líder opositor Mariano Rostey e o levou para sua casa, e como prova de consideração deixou claro a Rostey que quem o vigiaria seria sua esposa Mariana. Mediante esta prova de confiança, o inimigo declarou-se favorável ao movimento e dois anos depois salvou o coronel de uma tentativa de assassinato. O importante não é se o ato foi ou não uma prova de consideração, ou se possivelmente havia homens de Ponce vigiando a casa, mas sim que Rostey interpretou dessa maneira, tanto que o retribuiu salvando sua vida.

Outra situação exemplificadora também ocorreu na Disputa Oligárquica de 1906, o coronel lidava pessoalmente com seus homens tomando medidas populares que revertiam-se em sua dominação política. Ao revistar as tropas, Ponce perguntava um a um informações sobre seus homens, “num verdadeiro inquérito, com os voluntários. Queria saber das condições em que cada um deixava as suas famílias” (MEDEIROS JÚNIOR⁷⁷, *apud* PONCE FILHO, 1952, p.394). De posse das informações, como quais eram os membros e os seus endereços, criou um banco de abastecimento para suprir as necessidades das famílias durante a disputa e após seu término, em julho de 1907. Era Ponce, ainda, quem determinava quais homens não estavam em devidas condições físicas ou familiares para seguir para luta.

Outra forma de agradar sua clientela ou angariar adeptos advinha dos benefícios que poderia prestar através de seu comércio. O coronel não negava favores, seu filho cita empréstimos de dinheiro aos que pediam. A casa comercial de Coxim dava instruções comerciais e também sobre o alistamento político. “Ao servir interesses comerciais, faz amigos, que o são também políticos. Indivíduo capaz de votar e de

⁷⁷ Relato de Pedro Medeiros a Generoso Ponce Filho.

arrastar prosélitos tem sempre possibilidade de que Ponce lhe abra crédito na casa comercial [...]. Os negócios fazem os bons amigos” (PONCE FILHO, 1952, p.349).

No capítulo anterior afirmamos que as adesões a Ponce faziam parte do sistema coronelista pautado pelo governismo, em que ser da oposição era um verdadeiro castigo. Entretanto, queremos também ressaltar os atributos pessoais do coronel Ponce que contribuíam para as crescentes adesões, como a própria iniciativa de convencer seus adversários. “Aos poucos vem-lhe para o lado antigos adversários [...]. Incidentes cotidianos, pequenas delicadezas, atenções pessoais suas, são motivos para que se desgarre, dia a dia, este ou aquele, do bando governista” (PONCE FILHO, 1952, p.354).

Um dos casos foi o do delegado de Corumbá, Campos, adversário de Ponce. Ao saber que o delegado era seu opositor, o coronel estabeleceu contato num movimento de sedução a fim de conquistar apoio. Como resultado, mesmo estando Ponce na oposição, o delegado Campos virou poncista e sofreu as perseguições que passava o grupo. Lutou na Disputa de 1906, quando morreu em combate. As adesões ao poncismo entre os anos de 1899 a 1906, quando Ponce era oposição, e portanto sem a coerção do governismo, revelam o caráter carismático do coronel somado à baixa popularidade do governador Antônio Paes.

Marca o coronel Ponce a polidez no trato dos adversários, frequente na forma de agir dos políticos da época, mas não recorrente entre todos, como por parte de Antônio Paes. Ponce ao dirigir-se a um adversário evitava ofensas pessoais, sempre usava um adjetivo positivo antes do nome do opositor, deixando sempre aberta uma brecha para reconciliação. O que não evitava, como aparece nas cartas, firmeza para com os inimigos políticos, como quando no Senado, onde também posicionou-se contrariamente às ações dos Murinho e Campos Salles.

A conduta de Ponce em determinadas situações ilustra sua capacidade de articulação, por exemplo quando tentava demonstrar aos correligionários que os respeitava, que se interessava por suas opiniões e as seguiria, mas de fato, ao final, era ele quem tomava as decisões. Outro exemplo foi na reconciliação com os Murinho, Ponce disse só aceitar a união se o candidato para o governo estadual fosse Manuel, seu inimigo político por sete anos.

As escolhas políticas do coronel igualmente merecem destaque. Diante da percepção que a chegada da República privilegiou os militares, tentou obter simpatia do novo governador. Assim, a Assembleia, casa presidida por Ponce, proclamou Antônio

Maria escolhido pelo povo, mesmo estando este já no cargo, o que para Faria (1993) foi tido como oportunismo.

Visto que, ainda assim, não conseguiu conquistar a aliança com Antônio Maria, uniu-se aos políticos mato-grossenses no Rio de Janeiro. Em 1892, tornou-se florianista para obter apoio federal a sua causa. Em 1906, articulou com a oposição de Rodrigues Alves no estado (militares exilados), levando os a oporem-se também ao aliado do presidente, Antônio Paes. Porém, seu cálculo não foi exitoso quando mediu forças com os Murтинho, não enxergando que o presidente Campos Salles não desprestigiaria seu ministro, mesmo que fosse uma contradição.

No que se refere ao assassinato de Antônio Paes de Barros, que de acordo com Carone (1969) Ponce seria o mandante, não encontramos indícios de tal ordem, mesmo porque o assassinato do governador nunca foi esclarecido. O que existe são relatos sobre o fato, feitos por Ponce Filho e Mendonça.

Segundo Ponce Filho, João Pedro de Arruda, genro de Ponce e também primo da esposa de Antônio Paes, teria ouvido do coronel a afirmação da garantia de vida de Antônio Paes (PONCE FILHO, 1952, p.416). Esse testemunho atesta que Ponce não queria a morte de Antônio Paes, contudo, o relato é frágil, por ser de um parente e escrito por seu grande admirador e filho.

Outro testemunho favorável a Ponce é o de seu inimigo político e contemporâneo Estevão de Mendonça. Para Mendonça, Ponce era “incapaz de guardar o espírito de vingança, respeitava o adversário mesmo nos instantes das lutas armadas em que se envolveu. E por isso mesmo não deixou inimigos” (MENDONÇA, 1973, p.246).

Diante dos fatos expostos fica nítida a participação do coronel Ponce na política estadual. Atuando nas Disputas Oligárquicas ativamente e sendo até o impulsionador delas. Nesse sentido, podemos notar decisiva atuação na história de Mato Grosso, fazendo parte das elites que dirigiam o processo na época.

Figura 9 - Generoso Ponce



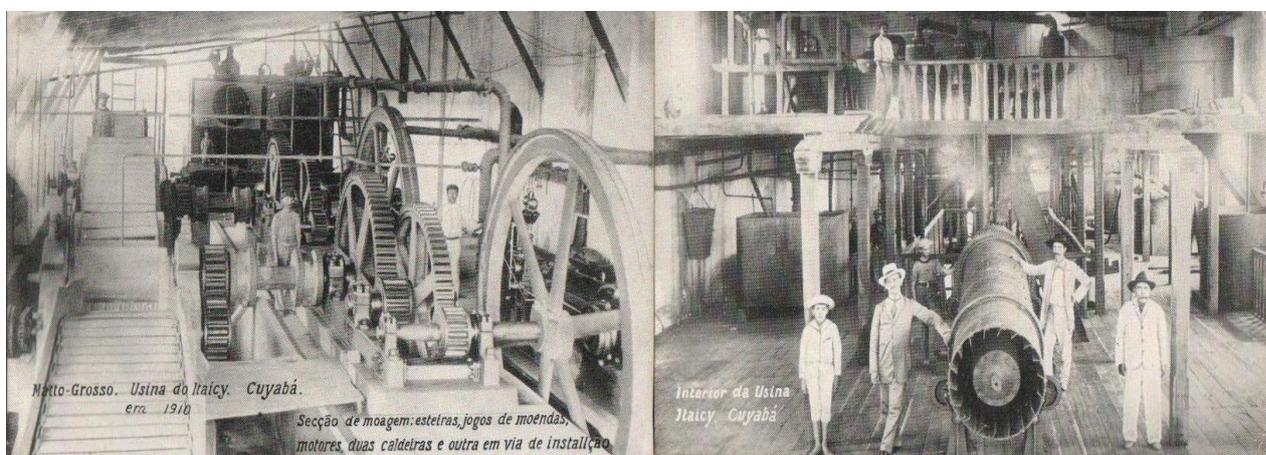
Fonte: Retirado de A Morte de Totó Paes, 2007, p.80

6.4- Oligarquias Mato-Grossenses: os Murtinho

A oligarquia Murtinho, ao contrário da Ponce, era mais homogênea e centrada na família. O membro externo foi o senador José Maria Metelo e, por um determinado tempo, Antônio Paes. O senador Metelo era filho de um grande proprietário de terras, e bacharel em Direito. Foi deputado, juiz e desembargador. Conseguiu fazer seu filho Metelo Júnior senador pelo Distrito Federal em 1919.

Os Paes de Barros descendiam de tradicional família paulista, eram ricos coronéis usineiros do açúcar. O membro mais expressivo foi o presidente do estado Antônio Paes de Barros, mas também ocuparam cargos públicos de destaque os seus irmãos, os coronéis João, Henrique, José e seu genro João Aquino Ribeiro, este deputado federal por Mato Grosso. Filhos do comendador Joaquim Paes de Barros, possuíam terras, a usina Conceição e estabelecimento comercial. Com a herança de seu pai, Antônio Paes adquiriu a usina de Itaici, próximo a Cuiabá.

Figura 10 - Usina Itaici



Fonte: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO - Acervo Família Rodrigues, 1910

Um detalhe importante dos Paes de Barros foi a rivalidade entre os irmãos Antônio e João, já que João inclinou-se para oposição e foi aliado de Ponce, enquanto Antônio era aliado dos Murtinho. O momento ápice do desentendimento foi o Massacre da Bacia do Garcez, quando João abrigava adversários políticos em sua usina e após a chacina foi obrigado a renunciar a vice-presidência do estado.

Mas controle da oligarquia estava com a família Murtinho. As carreiras políticas dos Murtinho começaram no Império, José Antônio e Manuel Murtinho assumiram interinamente o governo estadual. A família tinha como patriarca José Antônio, pai de José Antônio (filho), Manuel José e Joaquim.

Médico, José Antônio Murtinho (pai) (1814-1888) era nascido na província da Bahia e foi para o Mato Grosso como tenente dirigir os hospitais regionais da província, chegando à patente de major. Em Cuiabá casou-se com Rosa Joaquina, filha do português e militar Joaquim Duarte Pinheiro. José Antônio interrompeu a vida militar e filiou-se ao Partido Conservador.

No governo do presidente liberal José V. Couto Magalhães, José Antônio passou a sofrer perseguições por ser do Partido Liberal. José Magalhães ordenou que José Antônio se apresentar no Rio de Janeiro para o ministro da guerra. Durante esta sua estada na capital federal eclodiu a guerra do Paraguai, e em decorrência desta uma epidemia de varíola alcançou a capital mato-grossense, matando 12 mil pessoas, inclusive Rosa Joaquina⁷⁸.

Posteriormente, José Antônio foi nomeado vice-presidente de Mato Grosso em 1868, assumindo o governo estadual por seis meses. Enquanto governava, José não perdeu a oportunidade de perseguir os liberais, pois associava-os com a morte de sua esposa. José Antônio casou-se pela segunda vez com Gertrudes Neves Murtinho, e um tempo depois faleceu. A viúva pediu a remuneração de meio soldo ao Exército, uma vez que José Murtinho “não proporcionava à sua viúva a merecida abastança” (CORRÊA, 1951, p.12).

Embora não tenha tido grande destaque, a trajetória de seus filhos teria maior projeção política. O primogênito José Antônio Murtinho (filho) (1845-1935) foi também médico, professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, republicano histórico e signatário do manifesto de Republicano de 1870. Em 1897, foi deputado federal pelo Distrito Federal, em 1906 deputado federal por Mato Grosso, foi ainda deputado estadual em 1909 e senador por seu estado natal no período de 1912 a 1930.

O segundo filho, Manuel Murtinho (1846-1917) escolheu o Direito ao invés da Medicina, formando-se em São Paulo. Foi juiz em Mato Grosso e vice-presidente da província em 1889, quando assumiu por um mês, filiado ao Partido Liberal. Durante a República foi preso a mando do governador, por ser oposicionista. Manuel foi o

⁷⁸ Morreram também dois filhos, cinco agregados e onze escravos (MOUTINHO, 1864, p.93).

primeiro presidente constitucional do estado em 1891, e deposto pelos militares em 1892, reassumindo meses depois. Em 1897 entrou para o Supremo Tribunal Federal.

No entanto, o mais notório Murtinho foi Joaquim (1848-1911), nascido em Cuiabá, partiu com treze anos para a capital federal e não retornou nunca mais. A viagem, feita por terra junto com seus irmãos José e Manuel, tinha por objetivo completarem os estudos no Rio de Janeiro. Joaquim iniciou a faculdade de Engenharia em 1865, e em 1867 entrou em contato com a medicina homeopática de Samuel Hahnemann, o que motivou a matricular-se na faculdade de Medicina no mesmo ano.

Joaquim formou-se em 1870 e iniciou a carreira de professor dois anos depois. Em 1873, doutorou-se também em Medicina na Faculdade de Medicina do Rio, e começou a clinicar. Em 1875, foi catedrático na Escola Politécnica, também assumiu um consultório homeopático, que dividia com irmão José, médico alopata. Tentou se candidatar por três vezes a deputado geral, primeiro pelo Partido Conservador e as demais pelo Liberal, mas foi preterido todas as vezes; quando, enfim, conseguiu se eleger senador foi proclamada a República e Joaquim não chegou a assumir o cargo. Em 1890, foi senador por seu estado natal e presidente do recém-criado BRMT. Assumiu o Ministério de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, permanecendo apenas um ano (1896-1897), durante o governo do vice-presidente Manuel Vitorino. Foi ministro da Fazenda (1898-1902) de Campos Salles e reeleito senador em 1903 e em 1907.

Consideramos Joaquim o líder da oligarquia, já que os Murtinho não compunham-se de uma família de notáveis. Embora fosse mais novo que José e Manuel, Joaquim ascendeu primeiro e foi ele quem beneficiou os irmãos mais velhos. Joaquim iniciou a carreira de professor na Escola Politécnica primeiro que José, e participou de um manifesto para seu irmão também ser professor naquela instituição, o que só ocorreu no novo regime. Joaquim, quando à frente do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, indicou Manuel para o Supremo Tribunal Federal (CORREA FILHO, 1951). Conseguiu de Deodoro da Fonseca concessão privilegiada de estrada de ferro para seu irmão, o engenheiro Francisco (FARIA, 1993).

A literatura por vezes, no que se refere ao poder em Mato Grosso, aponta uma polaridade entre Generoso Ponce e Manuel Murtinho, como se a este coubesse o domínio do estado e Joaquim não se importasse. Entretanto, defendemos que cabia a Joaquim o mando político do estado, e não a Manuel, assim como a liderança da oligarquia.

Comparando com Ponce ou com Joaquim, Manuel não detinha chefes políticos em torno si, nem no estado e nem no Rio de Janeiro. O poder de Manuel advinha do irmão ilustre no Rio de Janeiro, o prestígio atribuído unicamente a sua pessoa era o de ser advogado, juiz e ministro do Supremo, mas ainda assim o último cargo veio graças a Joaquim. Acreditamos que o fato de atribuir o mando estadual a Manuel é uma tentativa de retirar de Joaquim alguma ligação com o que ocorria no estado.

Uma prova da liderança de Joaquim frente a de Manuel ocorreu quando os dois se desentenderam sobre candidatura do partido, prevalecendo a vontade de Joaquim. O desentendimento dos irmãos ocorreu enquanto Ponce e Metelo almejavam a vaga de senador. Joaquim interferiu e Ponce cedeu a vaga, então, combinaram que Ponce se candidataria à Câmara Federal, entretanto, Manuel tinha planos de fazer seu filho, José Murinho Sobrinho – Zeca, deputado federal.

Azeredo e Pinheiro Machado participaram das negociações: “Pinheiro telegraphou horem commigo. Feito accordo Joaquim faz causa commum connosco não acompanhando Manoel em qualquer outro pensamento isso ficou bem claro em seu telegramma no qual não se cogitou do Zeca⁷⁹. Abraços. Azeredo” (PONCE FILHO, 1952, p.517). Na escolha dos candidatos o coronel Ponce prestigiou a família Murinho, mas ao invés de Zeca, filho de Manuel, indicou José Antônio. Manuel, diante da recusa do filho e da candidatura do irmão, abriu dissidência:

Exmo. Amº e Sr. Coronel Ponce

Para o preenchimento da vaga de que se trata é incontestável que uma candidatura única se impõe: é a do Dr. José Murinho Sobrinho, não só por que representa a família Murinho, á qual pertencia o titular da cadeira⁸⁰ ... si meu candidato não for apresentado por motivos que não me pareçam justos, elle pleiteará em dissidencia... Manoel José Murinho (PONCE FILHO, 1952, p.522).

Joaquim que interferiu a favor de Metelo para manter a aliança, nada fez para realizar a vontade de Manuel. “Rio, 12 - Coronel Ponce - Todos os indicados são dignos de representar nosso Estado. Cordeas Saudações. Joaquim Murinho” (PONCE FILHO, 1952, p.524). Assim, preferiu os arranjos do partido – mantendo a candidatura de Metelo e Ponce – ante a realização da vontade do irmão. O episódio também demonstra as negociações entre Ponce e Murinho, corroborando com a hipótese apresentada da correlação de forças entre os dois mandões locais. O resultado da eleição

⁷⁹ Apelido de José Murinho Sobrinho, filho de Manuel Murinho.

⁸⁰ A vacância foi devido a morte do genro de Manuel.

frustrou as pretensões de Manuel, pois elegeram-se Metelo senador, e deputados Ponce, José Antônio Murtinho e Luís Adolfo Corrêa da Costa.

Outro indício da liderança de Joaquim foi que com sua morte acabou o domínio político da oligarquia no Mato Grosso, embora o econômico tenha continuado⁸¹. Após 1911, a competição política ocorreu entre os Corrêa da Costa e os Ponce-Müller. Os Murtinho não participaram mais da disputa política no estado, mesmo que ainda estivessem vivos seus irmãos e sobrinhos (Joaquim não teve filhos).

Sobre Joaquim Murtinho existem dois importantes trabalhos, o de Faria (1993) e o de Corrêa Filho (1951). Ambos são defesas apaixonadas contra e a favor. Corrêa Filho escreveu para elogiar seu ilustre conterrâneo, e Faria com a finalidade de depreciar o “ídolo dos liberais”. Joaquim foi uma figura complexa, envolveu-se em diversas atividades (médico, professor/catedrático, empresário, político), e enquanto facilmente Ponce se enquadra na figura de um coronel, Joaquim apresenta muitas outras faces. Portanto, consideramos Joaquim o líder da oligarquia e mais que apenas um oligarca de Mato Grosso, Joaquim foi também um empresário institucional.

A trajetória ascendente de Joaquim iniciou-se a partir de Mato Grosso. Graças à situação financeira do pai, pôde estudar na capital e formar-se em Medicina. Joaquim desfrutava do prestígio de ser “doutor”, professor e catedrático, atendia figuras como o visconde de Ouro Preto, e atribuem-se a tais ilustres contatos a sua vitória no Senado Imperial⁸².

Ainda no Império ficou conhecido em sua terra natal por travar debates nos jornais da capital defendendo a medicina homeopática. Os debates o tornaram médico famoso no Rio, as atividades clínicas “eram a fonte primária de sua glória, poder e prestígio social” (FARIA, 1993, p,247). O prestígio e fama de médico, construída no Rio, explica sua eleição ao Senado por Mato Grosso, mesmo que sua facção política estivesse na oposição, foi o PRN que conseguiu maior número de cadeiras naquela eleição.

A partir da vitória dada por seus conterrâneos, uma atuação levou à outra. No Senado Federal, Joaquim foi eleito para a Comissão de Obras Públicas e Empresas

⁸¹ O domínio econômico continuou através da Companhia Mate Laranjeira. A principal herdeira dos Murtinho foi Laurinda Santos Lobo, mecenas no Rio de Janeiro que ajudou os modernistas, entre eles Vila Lobos (MACHADO, 2002).

⁸² Ao tratamento do visconde, o Jornal do Comércio atribuiu a inclusão do nome de Murtinho na lista tríplice do Senado Imperial, quando mais tarde foi escolhido senador, entretanto Murtinho alegava que seu nome já estava na lista antes do início do tratamento (FARIA, 1993, p.189).

Privilegiadas, seu parecer “Arrendamento das Estradas de Ferro” abriu o caminho para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Enquanto isso, em Mato Grosso seu grupo assumiu o poder e foi nesse período que aumentou ainda mais seu poderio econômico, com a Companhia Mate Laranjeira e o BRMT (Banco Rio e Mato Grosso). No Rio de Janeiro, escreveu o Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (BRASIL, 1897, p.365). Este Relatório chegou ao conhecimento de Campos Salles, que percebendo as afinidades de ideias o convidou para a pasta da Fazenda (DÉBES, 1977). Para tanto, presidente Campos Salles escolheu sua equipe de ministros pelo caráter técnico e não por indicações políticas (CARONE, 1977). No Ministério da Fazenda teve decisiva influência na política de seu estado natal.

Os contatos estabelecidos com diversos políticos influentes no Rio e a predominância política em Mato Grosso possibilitou que família Murtinho se envolvesse em vários empreendimentos, como a Companhia Mate Laranjeira, o Banco Rio e Mato Grosso e a Ferro Carril Carioca, empresa de bondes no Rio de Janeiro. Ainda no Império, os Murtinho se associaram com o explorador dos ervais matogrossenses, Thomas Laranjeira (ROSA, 1962).

Em 1892, formou-se a Companhia Erva Mate Laranjeira, cujos sócios eram os Murtinho e os Laranjeira. Posteriormente, “a instabilidade política republicana, agravada por práticas nepotistas e pela ação de aventureiros que privatizam o Estado [...] fez com que Thomaz Laranjeira figura exemplar no meio, tomasse a decisão de se retirar do monopólio do mate” (FARIA, 1993, p.224).

Figura 11 - Carro de Transporte da Erva Mate



Outro empreendimento dos Murtinho, que teve relações estreitas com a Companhia Erva Mate Laranjeira, foi o BRMT. O banco foi fundado devido a uma lei do Governo Provisório⁸³. Foram seus incorporadores Francisco Moreira da Fonseca, Francisco Murtinho e Francisco de Paula Mayrink. O BRMT formou-se em janeiro de 1891, entretanto, antes mesmo de constituir-se, já desfrutava dos privilégios do decreto de Rui Barbosa. O decreto permitia aos bancos regionais utilização de terras devolutas para colonização, assim, em dezembro de 1890, os incorporadores assinaram contrato com o governo para receber gratuitamente 500 mil hectares. O banco comprou a maior parte das ações da Companhia, um total de 15 mil ações. A indústria ervateira foi o maior investimento do BRMT.

Alguns historiadores acreditam que o BRMT seria o “banco dos Murtinho”, como defendeu Faria (1993), entretanto Queiroz (2010) enfrenta de forma crítica a questão. Queiroz mostra que as ações do banco pertenciam em minoria à família Murtinho, as 100 mil ações do banco pertenciam a 155 nomes diferentes, em 1891. Assim, da análise dos relatórios do BRMT, Queiroz chega à conclusão que o banco parece ser mais um dos vários negócios comandados por Mayrinck do que apenas dos Murtinho, mesmo sendo claro que a iniciativa e a informação dos ervais mato-grossenses tenham vindo da oligarquia. O banco entrou em liquidação amigável em 1902, os motivos apontados por Queiroz são principalmente a instabilidade política gerada pela disputa entre poncistas e o grupo Murtinho-Paes de Barros⁸⁴.

Acreditamos, portanto, que Joaquim Murtinho era o líder de oligarquia e oligarca de Mato Grosso. Contudo, Joaquim mais que um oligarca, foi um empresário institucional por ter ajudado a implementar três rupturas: 1) A institucionalização da

⁸³ O decreto nº 1.149, de 6 de dezembro 1890 feito por Rui Barbosa, o banqueiro Mayrinck influenciava o ministro da fazenda, Rui também facilitou a criação de sociedades anônimas, era o caso da Companhia Erva Mate Laranjeira. Carone (1970) aponta que nesse momento ocorreu a consolidação da Companhia e do banqueiro Mayrinck.

⁸⁴ “Na historiografia mato-grossense/sul-mato-grossense encontra-se difusamente presente a ideia de que essa ruptura política teve um fundo econômico, isto é, a necessidade, por parte “dos Murtinhos”, de proteger as concessões da Companhia Mate Laranjeira – para o que era sempre necessário “ter gente na política e em posições de mando” (Menezes, 2007:93). Na verdade, contudo, até onde se sabe, nada indica que, antes da ruptura de 1899, os interesses econômicos “dos Murtinho” estivessem sob ameaça. Ao contrário, o que se percebe é que pelo menos os Murtinho e os Corrêa da Costa estavam juntos e felizes, no poder e no banco. A historiografia, aliás, não costuma realçar a presença dos Corrêa da Costa no BRMT, o que pode ser interpretado como um sinal de sua dificuldade (sobretudo no que concerne à historiografia “tradicional”, que mais se ocupou de temas da história política) **em admitir que as disputas políticas internas tiveram, como mostrou Frank, um grande peso negativo na trajetória econômica de Mato Grosso**” (QUEIROZ, 2010, p.139, grifo nosso).

medicina homeopática em detrimento da medicina alopática; 2) A implementação do pacto econômico do governo Campos Salles; 3) O estabelecimento do domínio oligárquico dos Murinho por quase vinte anos (1891-1911).

1) No que se refere à medicina homeopática, após a cura de Joaquim através da homeopatia, enquanto cursava Engenharia, o levou a cursar medicina. Em 1867 entrou em contato com as obras de Samuel Hahnemann, fundador da homeopatia em 1779. Em 1873 obteve o título de doutor em medicina defendendo a tese de orientação homeopática. Começou a clinicar no consultório de Duque-Estrada, um dos primeiros médicos homeopatas do país. Foi nomeado Catedrático da cadeira de Zoologia em 1875 na Escola Politécnica (antiga Escola Central).

Como professor da Escola Politécnica, Joaquim pleiteava com a Congregação da Faculdade de Medicina a incorporação de duas cadeiras de medicina homeopática na faculdade. Entretanto, em 1882 recebeu parecer negativo, o que foi uma grande decepção (FARIA, 1993; TARDELLI, 2005). Joaquim Murinho, então, contestou o parecer no *Jornal do Comércio*, entrando em polêmica com o Imperador.

A homeopatia no Brasil estava dando seus passos iniciais, tal forma de tratamento tinha chegado ao país antes de 1840, ocasião em que existiam apenas dois médicos homeopatas, Duque-Estrada e o francês Emilio Germon. Neste mesmo ano chegou ao país outro médico homeopata, Bento Mure. Em 12 de janeiro de 1845 foi fundada a Escola Homeopática do Brasil, mas disputas internas originaram a divisão desta em duas instituições: Instituto Hahnemanniano do Brasil e a Congregação Médico-Homeopática Fluminense, que enfraquecidas pela separação desaparecem.

Em 1880, o Instituto Hahnemanniano do Brasil foi refundado, sendo Murinho um dos fundadores e um dos sócios efetivos da instituição. O instituto encarregou Murinho de divulgar na imprensa três artigos por mês em jornal de grande circulação. O teor das matérias era a defesa da homeopatia em detrimento da alopatia, argumentando que “a homeopatia é a medicina experimental, a alopatia é a medicina das hipóteses” (MURTINHO⁸⁵, *apud* FARIA, 1993).

Através dos artigos, Murinho divulgou a homeopatia consolidando-a, e tornando-se assim um médico famoso.

À semelhança da luz, a verdade procura irradiar-se.” Com essas palavras, Murinho iniciou o primeiro artigo da série que projetaria seu nome na Corte

⁸⁵ MURTINHO, Joaquim. A Homeopatia e a Alopatia. Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 10/10/1880, p.5.

e em Mato Grosso, sua Província natal, e lhe abriria o caminho para a realização profissional como um dos médicos de maior nomeada de sua época (FARIA, 1993, p.91).

A médica homeopata Tardelli (2005), tratando da história da homeopatia no Brasil, afirma que o período de 1882 a 1900 foi um período de resistência. Atribuiu a luta exclusivamente a Joaquim Murinho, pois foi ele que travou polêmicas em jornais defendendo a homeopatia. Para a autora, o período de 1900 a 1930 representou o momento áureo da homeopatia no Brasil.

Confirmando, assim, o momento ápice da homeopatia (1900-1930), somente em 1904 foi criada a cadeira para ensino da homeopatia na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, que Murinho tentava desde o Império. Neste mesmo ano, Murinho foi eleito presidente do Instituto Hahnemanniano do Brasil. Também contribuíram para a popularidade da homeopatia a defesa de Oswaldo Cruz, a revolta da Vacina (1904) e o apoio dos militares para a homeopatia (TARDELLI, 2005).

Tal como a homeopatia, Joaquim Murinho foi um dos renomados médicos de seu tempo, entre seus clientes estavam presidentes, senadores, deputados etc. Foi médico de Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant, Prudente de Moraes, Campos Salles, presidentes de estado, a alta oficialidade do Exército e da Armada, empresários, industriais, comerciantes.

Podemos concluir que o prestígio que teve como médico, somado às considerações de Tardelli (2005) sobre o momento auge da homeopatia, fez Murinho atuar de modo fundamental na institucionalização da medicina homeopática no Brasil. De desprestigiada a homeopatia passou a ganhar parcela significativa da preferência dos pacientes.

Podemos notar que Joaquim se utilizou da estratégia de advocacia aberta nesse caso. Conforme Li, Feng e Jiang⁸⁶ apud (AVRICHIR e CHUEKE, 2011) formularam, Joaquim Murinho utilizou a imprensa para defesa pública da mudança de leis e regulamentos. Tinha o objetivo de implementar a cadeira de medicina homeopática na Faculdade de Medicina, assim como alcançar iguais privilégios dados aos alopatas.

Deste modo, escreveu no Jornal do Comércio defendendo a homeopatia e acusou o Imperador de privilegiar a alopatia, justificando que os homeopatas “viajavam por conta própria e não tinham acesso a ordenados, empregos, títulos, condecorações,

⁸⁶ LI, D. D. ; FENG, J.; JIANG, H. Institutional entrepreneurs. *American Economic Association*, v. 96, n. 2, p. 358-362, 2006.

brasões” (FARIA, 1993, p.96). Assim, Joaquim alcançou seu objetivo de divulgar a homeopatia, foi um médico de prestígio em seu tempo, e viveu o auge da homeopatia.

Faria insinua que o médico graças às polêmicas causadas no jornal aumentou significativamente sua clientela, ficou conhecido e enriqueceu, prova disso seria que data dessa época a compra de seu palacete em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, em 1886. Dessa forma, fica demonstrado que Murtinho tinha habilidade para utilizar a imprensa, utilizando-a em defesa da criação de um campo em construção, o da medicina homeopática.

2) Joaquim Murtinho defendeu também o liberalismo econômico e o conservadorismo monetário (Murtinho, 1897, p.365). Desde o final do Império havia um debate entre os metalistas e os papelistas, os primeiros defendiam que a política monetária deveria ser contracionista, reduzindo a moeda e o crédito. Os papelistas, ao contrário, defendiam que a economia precisava de liquidez e crédito, e que para tanto deveria existir a expansão da moeda e do crédito.

Os papelistas não tinham base teórica, sua defesa era feita de forma intuitiva, assim, foram presas fáceis para os metalistas que utilizavam David Hume e David Ricardo, cujo argumento era favorável à implementação do padrão-ouro. Os papelistas Barão de Mauá, Rui Barbosa e Vieira Souto encontraram dificuldades com a predominância do padrão-ouro porque a República Oligárquica foi o apogeu do conservadorismo monetário. Dentre os metalistas podemos citar Rodrigues Alves, Joaquim Murtinho e Leopoldo Bulhões (FRANCO, 2011).

Segundo Debes (1977), a escolha de Murtinho para o ministério da Fazenda decorreu da identificação liberal com o presidente Campos Salles. E desde quando Rodrigues Alves estava na pasta, durante o governo de Prudente de Moraes, já existiam negociações com os ingleses para obtenção de empréstimos na Inglaterra. Dessa forma, em 1898 “o país estava pronto para um esforço consolidado de ajustamento das finanças públicas” (FRANCO, 2011, p.18).

Nesse sentido, Campos Salles e Murtinho vão a Londres discutir os detalhes do Funding Loan, que reestruturou a dívida pública através de empréstimos, para isso o governo brasileiro deveria cumprir severas medidas de saneamento fiscal e financeiro. O governo em três anos “saldaria seus compromissos relativos a juros dos empréstimos federais anteriores ao Funding, com títulos de um novo empréstimo (Funding Loan) [...] a emissão poderia se elevar a 10 milhões de libras” (FRANCO, 1990, p.27).

Murtinho executou o plano com rigor, a receita foi aumentada através dos impostos sobre consumo e direitos alfandegários. Houve contenção de despesas e deflação profunda devido à grande retirada da moeda de circulação. Por exemplo, em 1898 ocorreu redução de 6%, enquanto que em 1903 são retirados 13% da moeda em circulação (FRANCO, 1990).

Segundo Carone (1970), o Funding Loan representou a interferência do capitalismo estrangeiro nas finanças brasileiras, assim como a contenção monetária foi favorável aos importadores e ao capitalismo estrangeiro. O governo Campos Salles foi bastante impopular, durante o qual os preços dos produtos básicos foram encarecidos, contudo, Joaquim Murtinho implementou a política econômica mesmo sofrendo forte oposição. Portanto, Murtinho contribuiu para a implementação o plano econômico de Campos Salles, e quando deixaram o governo o Estado estava política e financeiramente consolidado (CARONE, 1977).

3) No âmbito local, Murtinho também imprimiu mudanças no seu estado natal. Através de suas alianças consentiu, com a retirada do poder, de qualquer oligarquia que pudesse fazer sombra – com Generoso Ponce em 1899 e Antônio Paes de Barros em 1906. Predominando na política de seu estado por quase 20 anos.

Para isso, Murtinho por inúmeras vezes utilizou a estratégia de empreendedores individuais de persuasão privada e de pleitear exceção, que conforme já citado consistia em uma argumentação privada junto aos tomadores de decisão, justificando seu caso como sendo digno da exceção à regra.

Joaquim Murtinho conseguiu inúmeros benefícios dessa forma: “Sua estratégia política privilegiava doutrinar, influenciar e formar opinião daqueles que detinham o poder e o controle sobre a economia do mundo real, e estes, por sua vez, reagiam pressionando os parlamentares” (FARIA, 1993, p.235). Do contato com políticos conseguiu intervir no seu estado, beneficiar seus parentes e suas empresas. Obteve, por exemplo, com Deodoro da Fonseca, a demissão em 1890 do presidente de Mato Grosso, Antônio Maria Coelho (FARIA, 1993).

Em 1899, conseguiu que Campos Salles descumprisse a política dos governadores, criada pelo próprio presidente. Para livrar-se de seu opositor político, Murtinho conseguiu exercer “a exceção à regra”: para Mato Grosso a política de Campos Salles não foi adotada. Portanto, na maior parte das vezes nos anos de 1891 a 1911, foram eleitos apenas os presidentes do estado que antes haviam sido aprovados por Murtinho, assim como os candidatos para o Senado e Câmara Federal de Mato

Grosso (PONCE FILHO, 1952). Indicava também juízes no estado (LINS, 2010), e apoiou grupos armados para a manutenção de seu poder, o que contribuiu para as Disputas Oligárquicas de 1892, 1899 e 1906.

Entretanto, ao contrário da obra de Faria (1993), não acreditamos que os acontecimentos de Mato Grosso se devam única e exclusivamente à vontade de Joaquim Murtinho. Existia toda uma configuração política em Mato Grosso, comandada por Ponce. Defendemos que existiu uma correlação de forças: Generoso Ponce não poderia dominar o estado sem Murtinho, visto que a própria situação do estado perante a federação possibilitava contínuas interferências do poder central. Murtinho estando no Rio precisava de alguém que executasse seus interesses, a aliança perfeita seria com Ponce, que gozava de grande prestígio e aglutinava as lideranças locais. Assim, nem Murtinho era o único mandão político no estado e nem Ponce liderava sozinho. Ao se unirem em 1906, tiveram que aprender a dividir o poder no estado, ainda que a tomada de decisão conjunta fosse permeada de tensões.

De acordo com a literatura apresentada, os empresários institucionais através de uma conjuntura favorável empreenderam a mudança. Considerando que houve para Murtinho uma conjuntura favorável, podemos notar que as instabilidades dos anos iniciais da República contribuíram para empreender a mudança no que se refere ao âmbito local de seu estado.

Assim, Joaquim foi oligarca de seu estado natal, bem como empresário institucional. No que se refere à sua posição no campo, não estava no centro se considerarmos 1) o âmbito local e 2) o da medicina. Diferentemente no âmbito da 3) economia nacional, pois estava no centro, já que era ministro da Fazenda.

Sobre tais razões, podemos afirmar que: 1) No âmbito local, Murtinho tentou se inserir na política por diversas vezes. Conseguindo apenas em 1890 no Senado, mas nesse momento ainda não havia assegurado o predomínio na política local, o que aconteceu somente em 1892 quando apoiou Generoso Ponce.

2) Na medicina também não estava no centro, pois o prestígio e apoio governamental estavam com a medicina alopática. Murtinho enquanto ator ocupava posição menos central no campo, corroborando com a literatura, e empreendeu a mudança colocando a medicina homeopática em questão.

3) No âmbito da economia nacional Murtinho estava no centro. E alguns atores defendem, como Leca, Battilana e Boxenbaum (2009), que empresários institucionais poderiam estar no centro do campo, o que lhes acrescentaria autoridade formal,

considerada um recurso útil para os empreendedores institucionais na promoção do reconhecimento de seu discurso por outros atores.

Dessa maneira, é perceptível o capital social de Murtinho, uma vez que ele transitava entre os círculos de decisão influenciando tais resoluções. Construiu campos, mobilizando as outras pessoas e formando coalização política. Murtinho foi importante no que tange a política nacional e, decisivo na política de seu estado natal.

Figura 12 - Joaquim Murtinho



Fonte: Retirado de A Morte de Totó Paes, 2007, p.80

6.5- Coronelismo em Mato Grosso (1892-1906)

Uma das hipóteses do presente trabalho é que os coronéis de Mato Grosso diferem dos coronéis descritos por Leal (1975). O que não significa que não houvesse o compromisso coronelista, encontrado em vários aspectos no período abordado, tais como poder privado decadente necessitando do poder público (a disputa pelos cargos públicos para legitimação do poderio de determinado grupo); o poder público legitimando o privado (milícias de coronéis estabelecendo a ordem, decidindo eleições, comandando a força pública de repressão); mandonismo; pessoalismo; governismo; filhotismo; fraudes nas eleições; perseguições aos adversários; e ausência de poder público (que abriu espaços para que as soluções fossem proporcionadas pelo coronel como a força pública).

Quanto a fraqueza do poder público, nas mensagens presidenciais do período é constante a queixa da falta de praças, segundo o governador Manuel “[...] salta aos olhos que a actual companhia policial existente, mesmo em um estado completo, é

insuficiente para atender os mais triviais reclamos do serviço que haja compete à força pública estadual” (MURTINHO, 1892). Assim, os escassos recursos do município, segundo Leal, e a supressão da autonomia municipal relegavam ao poder privado o exercício de autoridade pública.

Segundo a clássica teorização do autor, o poder que o coronel sustentava em relação aos seus dependentes vinha “da sua privilegiada situação de dono de terras”, apesar disso apenas este motivo não garante o domínio no município. Para dominar no município era necessário o apoio dos chefes locais, o que explica como vários chefes locais agruparam-se em torno de um coronel.

Do ponto de vista dos chefes locais, além das graças de desfrutar da situação, várias razões os guiavam no apoio a determinado coronel. Tais razões poderiam ser de “ordem pessoal (maior vocação, capacidade ou habilidade); pela tradição (permanência da chefia na mesma família); pela situação econômica (propriedades ricas, com maior número de eleitores, ou maiores disponibilidades para gastos eleitorais)” (LEAL, 2012, p.73). Os vários fatores tornavam o “equilíbrio instável para as forças políticas locais”, pois foi recorrente, como mostramos, a chefia local ser transmitida por casamento, nascimento e proteção, uma vez que nada poderia garantir que o líder tivesse as qualidades acima descritas.

Os dois motivos que nos levam a afirmar que os mandões locais, Ponce e Murtinho, diferem dos coronéis de Leal são: 1) os coronéis de Leal tinham na terra uma importante base de seu poder; 2) e o coronelismo de Leal insere-se no mundo rural tradicional.

Esta diferença da análise de Leal deve-se ao fato do autor estar mais atento aos aspectos gerais do problema, escapando-lhe as especificidades. Leal não deteve-se nos casos estaduais, como mostrados por Carone (1971), Queiroz (2006, 1976), Vilaça e Albuquerque (1978) e sim no sistema, nas características globais.

De tal modo, como Generoso Ponce era coronel da Guarda Nacional⁸⁷ a historiografia não teve dificuldade em caracterizá-lo como um coronel (BITTAR, 2009; CORRÊA, 2006). Contudo, o coronel Ponce era um coronel peculiar comparado ao tradicionalismo apontado por Leal, uma vez que seu poder não vinha da terra e não viveu na fazenda, ao contrário, exceto o curto período que morou na pequena

⁸⁷ O termo “coronel” referia-se aos autênticos ou falsos coronéis da Guarda Nacional, o nome “coronel” começou a ser atribuído pelos sertanejos a qualquer chefe político.

propriedade em Chapada, sempre viveu na cidade. Além disso, Ponce Filho descreveu o pai com aversão a ser fazendeiro.

Conforme Leal:

O “coronelismo” atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; **sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria** (LEAL, 2012, p. 230, grifo nosso).

A base do poder de Ponce construiu-se no comércio na capital, depois no Partido Liberal, e o auge veio com a liderança na ação armada da Disputa Oligárquica de 1892. Entretanto, não significa que estivesse desligado da exploração da terra, Ponce possuía atividades na zona seringueira em Mato Grosso, além de explorar ervais. “Os Murtinhos e os Ponces possuem imensas glebas de ervais, e sua força vem do poderio que tem sobre as legiões de assalariados, que formam exércitos particulares” (CARONE, 1970, p.69).

Dessa maneira, Leal não trabalha na sua teorização com coronéis comerciantes, o autor pensa a vinculação entre comércio e coronelismo apenas como suporte, assim como a relação com os bacharéis, padres, médicos. Para Leal, estes profissionais exerciam uma liderança intelectual que dava apoio ao coronel. O autor não pensou no padre coronel, como por exemplo foi o padre Cícero (QUEIROZ, 2006), ou coronel médico, bacharel etc.

Em alguns lugares, é o padre quem funciona como líder intelectual, aliado dos “coronéis”, papel geralmente desempenhado pelos “doutores”. Em tal hipótese, a influência moral do ministério religioso, contribui para aumentar o seu prestígio político. Não se pode esquecer também a ação política do farmacêutico e do comerciante, um e outro em estreita ligação com os fazendeiros (LEAL, 2012, p.243, nota2).

Dessa forma, o coronel Ponce se assemelha aos coronéis apresentados por Vilaça e Albuquerque (1978). Os autores mostram quatro coronéis pernambucanos, que correspondem a etapas do processo de evolução do coronelismo. O primeiro, Chico Romão era o dono da cidade, cercada por sua fazenda, e seria um coronel mais tradicional, que pouco apoiava a penetração do moderno em sua cidade-fazenda Serrita.

Zé Abílio, coronel de Bom Conselho, foi um coronel-político, mais urbano e com atitudes de um coronel vaqueiro sertanejo. E o famoso coronel Chico Heráclio, de Limoeiro, foi um “coronel-vaqueiro, coronel-político, coronel-dominador, coronel-sendo-vencido-pela-investida-do-asfalto” (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1978, p. 44).

Enfrentou os incipientes comerciários e industriais, a cidade grande, os grupos de interesses, assim como as ideologias de esquerda.

Veremundo Soares, coronel de Salgueiro, foi o mais familiarizado com o moderno. Legítimo seguidor da tradição do coronel empreendedor Delmiro Gouveia, Veremundo era proprietário de cinema, farmácia, curtume, casa de saúde, empresa de energia elétrica, beneficiamento de algodão, fábrica de óleo vegetal, armazém de estivas, loja de tecidos, casas de aluguel e fazenda. Generoso Ponce mais se assemelha ao último coronel, mais próximo da cidade e do comércio.

Segundo Carone (1970), Ponce foi um coronel moderno. O autor divide os fazendeiros em dois grupos, um composto por fazendeiros decadentes, e o outro mais dinâmico. Os primeiros formavam uma aristocracia decadente, faziam parte vários presidentes da República, como Rodrigues Alves. No segundo grupo estavam fazendeiros mais dinâmicos, que dedicaram-se também a atividades industriais, comerciais e bancárias. Para o autor, as oligarquias mato-grossenses enquadram-se no segundo grupo: “Generoso Ponce extrai borracha dos seus seringais nativos, e é atacadista e varejista em Corumbá; os Murtinhos estão ligados à exploração e industrialização da Mate Laranjeira; e os Paes de Barros são grandes usineiros” (CARONE, 1970, p. 147).

Já a figura de Joaquim Murtinho foge completamente ao aspecto do coronel de Leal, dessa maneira o consideramos um oligarca de Mato Grosso e empresário institucional. Murtinho sempre viveu na cidade, embora tivesse indústria ervateira em terras devolutas em Mato Grosso. Murtinho representa a fusão desconsiderada por Leal do bacharel, médico, político e mandão local.

Tendo em vista as considerações feitas, Generoso Ponce e Joaquim Murtinho não são considerados coronéis conforme Leal, mesmo que o pacto coronelista fosse tão visível no estado de Mato Grosso. Os dois oligarcas mato-grossenses tiveram manifesta importância histórica, tanto para o Mato Grosso quanto para o futuro estado do Mato Grosso do Sul, como pode-se notar nas fotos abaixo, nomeiam ruas, escolas e praças dos dois estados.

Figura 13 - Campo Grande - Mato Grosso do Sul



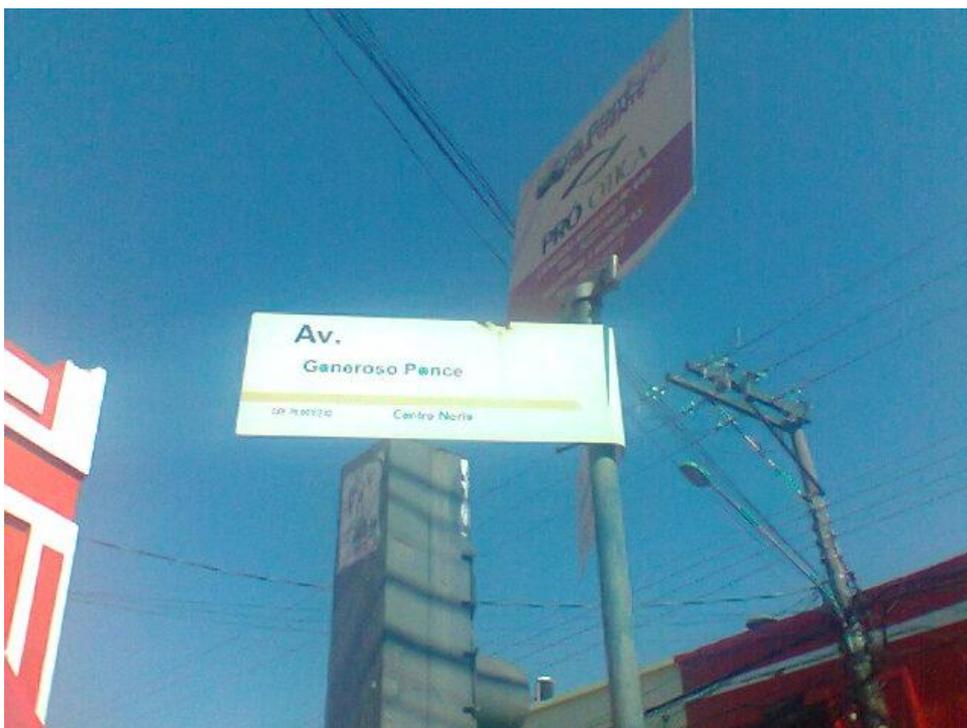
Fonte: Registro pela autora, 2013

Figura 14- Cuiabá - Mato Grosso



Fonte: Registro da autora, 2012

Figura 15- Cuiabá - MT



Fonte: Registro da autora, 2012

Figura 16 - Praça Generoso Ponce - Corumbá – MS



Fonte: Panorâmico

7- Considerações Finais

A passagem da centralização imperial para a descentralização republicana gerou instabilidades, mas os atores políticos encontraram formas para sua institucionalização. A Primeira República teve inconstâncias de ordens diversas, uma delas foram os conflitos locais ocorridos por todo país. Algumas revoltas tiveram participação popular, enquanto outras eram exclusivamente entre as elites, no caso do estado de Mato Grosso encontramos, nos anos abordados, apenas os conflitos internos das elites.

A disputa interna dos pequenos grupos que comandavam o estado chegou ao extremo das Disputas Oligárquicas. As principais características das Disputas Oligárquicas foram: 1) Os protagonistas eram somente as elites, ao povo cabia apenas lutar em um dos lados do conflito; 2) Os conflitos armados decorriam da competição entre as elites pelo poder; 3) Os conflitos não tinham a finalidade de romper com a ordem estabelecida, não sendo portanto “Revoluções”, como a historiografia de Mato Grosso denomina.

Dessa forma, as Disputas Oligárquicas não objetivavam alteração dos privilégios dos grupos em disputa. 4) As exclusões geradas eram duas: a do povo, e outra dentro das próprias oligarquias, já que o domínio oligárquico era feito somente pelos cuiabanos, os demais grupos do estado estavam subjugados. 5) Significaram uma ruptura, não da ordem, mas do conjunto de alianças estabelecidas. Demonstrando a alternância dos arranjos do poder e o afunilamento do comando político no período, pois as composições entre os grupos evidenciam também uma divisão.

Temos, portanto, as Disputas Oligárquicas em 1892, 1899 e 1906 como os frutos da transição das composições entre as elites. A mudança de regime em 1889 interrompeu a ascensão política de Ponce e a construção da carreira política de Joaquim Murtinho. De maneira que, como partes significativas das oligarquias fora do predomínio, Ponce e Murtinho optaram pela união de suas forças contra o adversário em comum: os militares. Em 1892, a alternância dos grupos no poder se deu com a saída dos militares e o estabelecimento do grupo Ponce, Murtinho, Corrêa da Costa, Paes de Barros e outros.

Após a vitória, o grupo no poder começou a disputar entre si o poder estadual, acarretando a divisão dos aliados, gerando a exclusão de uma parte da antiga aliança. Assim, em 1899, Ponce e os Corrêa da Costa foram excluídos do comando estadual que passou a ser, a partir de então, de Antônio Paes de Barros e Murtinho.

Novamente, atritos entre os membros do grupo vencedor geraram alternância da composição. A cisão dos Murtinho com Antônio Paes fez com que todas as oligarquias – anteriormente antigos inimigos – se unissem contra este último. Assim, no pequeno grupo de comando político gerado pelos novos acordos não havia constrangimentos quanto às contraditórias e conflitantes escolhas políticas anteriores. Tais divergências e hostilidades não impediram a formação da aliança, mesmo depois dos sete anos de ostracismo político vividos por Ponce e da negação do apoio de Murtinho em 1899 que, na ocasião, escolheu favorecer Antônio Paes.

Deste modo, Ponce e Murtinho além de participarem, e causarem, as Disputas Oligárquicas, são caracterizados como coronéis e oligarcas de Mato Grosso. Contudo, Generoso Ponce e Joaquim Murtinho não foram coronéis clássicos como conceituado por Leal (1975), embora tenham existido coronéis conforme a conceituação do autor no estado, estes não tiveram tantos poderes no período como Ponce e Murtinho.

Esta diferenciação do coronelismo de Leal dos casos aqui abordados se deve à própria opção, desenvolvida pelo autor, de uma teoria geral e sistêmica do coronelismo, que não se deteve em questões mais específicas. Leal não pensou no coronel comerciante, como era o caso de Ponce, nem no coronel bacharel, médico e professor, caso de Joaquim Murtinho. No entanto, em teorizações mais voltadas para casos específicos do sistema coronelista encontramos coronéis atuantes também nas mais diversas atividades, como comerciantes, médicos etc.

Os dois referidos oligarcas de Mato Grosso, entretanto, quando tiveram rompida sua aliança se viram fora do domínio político do estado. Domínio este que se sustentava na correlação de forças entre ambos. Para Ponce, a consequência foi mais grave e, devido à própria situação de submissão do estado diante da União, o coronel tinha de compor-se com a esfera federal – com influência decisiva de Murtinho para assuntos mato-grossenses. Quando Ponce desafiou Murtinho ficou sete anos longe do domínio estadual, tendo de refugiar-se no Paraguai e ver sua família ser perseguida.

Murtinho se beneficiava da conjuntura entre os estados e a União, em que a fragilidade do estado permitia interferências federais. Contudo, mesmo com sua influência nos círculos do Rio de Janeiro era necessário alguém comprometido com a execução da sua vontade em Mato Grosso, e tanto Antônio Paes quanto Ponce o desafiaram nas questões estaduais, mas Antônio Paes deixou claro no Rio de Janeiro que Murtinho não influenciava em seu estado.

A cisão de Murinho com Antônio Paes e a preferência por aliar-se novamente a Ponce evidenciou a necessidade de uma união com alguém que controlasse a maioria estadual, esta pessoa era Ponce. Dessa forma, Ponce e Murinho permaneceram no poder enquanto foram aliados: Ponce só comandou a política do estado enquanto estava unido a Murinho. E quanto a Murinho, quando aliado a Antônio Paes, fora excluído das decisões e este coronel não aglutinava as maiorias, fato evidenciado em seu assassinado.

Assim, a interdependência entre as oligarquias Ponce e Murinho era clara e esse equilíbrio de interferência foi fundamental na política de Mato Grosso entre os anos de 1892 a 1906. Juntos por duas vezes foram os responsáveis diretos pela mudança do grupo estabelecido no poder, da mesma forma que o enfrentamento de ambos refletiu na vida política tanto do grupo perseguido e asilado no Paraguai quanto dos que passaram a exercer o poder.

Justamente pelo fato de serem resultado de lutas entre elites, as Disputas Oligárquicas foram a forma mais extrema de interferência na política estadual. Mas não foram a única forma da interferência oligárquica, quando não estavam envolvidos nas disputas em questão, as decisões conjuntas entre Ponce e Murinho eram sempre cumpridas, como por exemplo, na escolha dos cargos do Executivo, Legislativo, Judiciário. Portanto, todo estado – o povo, as elites sulistas, as demais oligarquias – tiveram de submeter-se às vontades, aos arranjos e às brigas dos dois oligarcas. A República foi o auge do mando das oligarquias estaduais, e as oligarquias que conduziram o estado de Mato Grosso eram a dos Murinho e a de Ponce (CARONE, 1970).

O caso de Mato Grosso apresenta características do coronelismo, como ocorreu em todo país. Não era também exclusivo do estado a violência e os confrontos armados. Entretanto, três questões chamam atenção no coronelismo mato-grossense: 1) Os fatores propulsores de conflitos; 2) A forma da violência; e 3) O oligarca mato-grossense Joaquim Murinho.

Os fatores que proporcionavam o conflito decorriam do quadro específico que Mato Grosso se encontrava, da situação de abandono e quase exclusão do estado ao restante da nação. A falta de comunicação e os precários transportes faziam a região ser isolada do país, mas ligada aos vizinhos platinos. A pouca presença do poder público contribuía para que a dominação fosse privada, é constante nos relatórios dos presidentes de estado queixas se referindo à questão da segurança pública, o que soma-

se à insegurança da fronteira. O longo contorno fronteiriço deixava livre a passagem de contrabandos, armamentos e bandos armados, além de favorecer constantes conflitos por terras.

Entretanto, ainda havia outra exclusão interna: a capital subjugando as demais partes do estado. Durante a Primeira República nasce o regionalismo: a percepção da distinção de tratamento entre as partes do estado, e assim, vários confrontos armados almejavam dividir Mato Grosso, o que não ocorreu na Primeira República.

A violência e a perseguição aos adversários não eram exclusividade do coronelismo mato-grossense, mas alguns pontos merecem destaque. Um deles foi o fim da escravidão no estado apenas em 1930, já que os funcionários das fazendas eram castigados e tratados como escravos (CORRÊA, 2006; NEVES, 2001). Outro ponto de destaque foram os assassinatos políticos. Muitos foram os que perderam a vida motivados por questões políticas, inclusive o 2º vice-presidente do estado João Mascarenhas e o governador Antônio Paes de Barros, que morreram no atributo de suas funções públicas, revelando como o poder coronelístico desafiava o poder público.

Outro ponto de especificidade foi o oligarca Joaquim Murinho. A própria configuração republicana possibilitava que os oligarcas construíssem a base de seu poder em seus respectivos estados, para então ascender na esfera federal. Joaquim, entretanto, tem uma trajetória diferenciada. Ao invés de ascender através de seu estado natal, construiu as bases de seu poder no Rio de Janeiro, cidade que viveu a maior parte da vida, para depois construir o domínio político em seu estado, onde construiu parte seu império econômico. A prova que a construção de sua carreira política foi no Rio deve-se a sua primeira eleição ao Senado, quando foi o único a eleger-se da oposição, devido ao prestígio e à fama construídos em sua atuação de médico e de polemista nos jornais da capital. Não se elegeu por Mato Grosso por aglutinar a liderança política estadual, isso só vai ocorrer nas outras eleições.

Outra questão que encontramos na literatura e sem indícios em Mato Grosso foi o voto de barganha conforme Queiroz (1976). O que pode ser explicado pela divisão feita por Corrêa (2006), na qual o período abordado caracteriza-se por intensos conflitos, dificultando a possibilidade de barganha. Maior probabilidade para tal encontra-se nos períodos posteriores, depois da intervenção federal de 1917, quando a comunicação e os transportes melhoraram.

De modo que a presente dissertação buscou mostrar uma das partes do todo republicano, uma vez que sempre é passada a visão dos estados mais fortes,

esquecendo-se que na maioria dos estados a situação de precária economia e submissão à União durante a Primeira República. Não é verdadeiro que todos os estados eram mais fortes que a União, no desequilíbrio republicano apenas dois estados se sobrepunham: São Paulo e Minas Gerais. Enquanto, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul contrabalançavam. Portanto, para a esmagadora maioria dos demais 15 estados, a União era a mais forte (ABRUCIO, 1998).

Durante a pesquisa novas questões se impuseram, sobretudo, no que se refere a Joaquim Murinho. Não foi possível diante da complexidade de Joaquim Murinho (médico, professor, catedrático, político, estadista, banqueiro, empresário) destrinchar todas suas atuações, que perpassam o âmbito local de seu estado, nacional e internacionais (as relações da binacional Mate Laranjeira, as relações de Murinho com os ingleses).

Além de empreender na medicina homeopática, nas finanças brasileiras e em seu estado natal, Murinho também é aclamado pelos liberais como o pai do liberalismo no Brasil (FARIA, 1993). Assim, diante de tantas facetas, não foi possível estudar a totalidade de seu pensamento político e econômico. Outro ponto relevante quanto ao estadista foi a sua participação em questões internacionais, alguns autores como Machado (2002) falam da possibilidade de suborno inglês ao cuiabano. Faria (1993) o acusa de diversos negócios fraudulentos, porém, sobre este ponto existe uma grande dificuldade na comprovação.

Portanto, Murinho e Ponce tiveram importância decisiva na história política de Mato Grosso, a vontade dos oligarcas cumpriu-se por todo o estado. A união e a competição entre eles inseriam-se em um quadro maior permitido pelas configurações institucionais da Primeira República, que foi o período de experiência republicana e federativa mais duradoura da história brasileira.

Os oligarcas representavam a personificação do pessoalismo, mandonismo, filhotismo. Da mesma forma, contribuíram para a perda de muitas vidas nas Disputas Oligárquicas que fomentavam, no endividamento dos cofres públicos, no alijamento da oposição. É patente no período a exclusão da população da participação política, social e econômica, algo que os coronéis também beneficiaram-se para manter seus respectivos domínios.

Mas os fatores citados acima podem, igualmente, serem elencados por toda a Primeira República nos estados. Dessa maneira, compreender o período contribui para desnudar possíveis práticas que configuram-se em entraves à ordem democrática (no

caso mato-grossense é patente a afirmação do poder privado nos assassinatos do presidente do estado e 2º vice presidente) e, mais importante, para não repeti-los.

Outra importante interferência que os oligarcas dão para a história dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul refere-se ao povoamento. Na região sul do estado, a Companhia Mate Laranjeira por muito tempo dificultou e muitas vezes impediu o desenvolvimento do sul do estado, considerado território privado (ROSA, 1962). Como já afirmado o favorecimento à Companhia, logo identificado com apoio aos cuiabanos, gerou na região sul o regionalismo (diferença de tratamento dispensado pelo governo estadual as diferentes regiões do grande estado), conduzindo ao divisionismo e à sua consumação de fato em 1977 com a divisão de Mato Grosso.

Referências Bibliográficas

- A PROVINCIA de Mato Grosso. *Gazetilha*, Cuiabá, Ano XI, n.565, p. 3, 1889.
- ABRUCIO, Fernando L. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Pulo: Editora HUCITEC – Departamento de Ciência Política da USP, 1998.
- AVRICHIR, Ilan; CHUKE, Gabriel V. Empreendedorismo Institucional: uma análise de caso no setor de energia elétrica brasileiro. *RAM, REV. ADM. MACKENZIE*, V. 12, N. 6, Ed. Especial • SÃO PAULO, SP • NOV./DEZ. 2011
- BASTOS, Tavares. *A província: estudo sobre a descentralização do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937. (Coleção Brasileira).
- BITTAR, Marisa. *Regionalismo e divisionismo no sul do Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. vol.1.
- BÔAS, Glauca Villas. A tradição renovada na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009. p. 282-295.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução Sergio Miceli. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- BOTELHO, André. Manoel Bonfim: Um Percurso da Cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009. p.118-131.
- BRASIL. Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF: Congresso Nacional Constituinte, 1891.
- CALIL, Carlos A. Paulo Prado, entre tradição e modernismo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009. p.132-143
- CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Belo Horizonte, nº 5, p.1-20.1979.
- CARDOSO, Fernando H. Dos governos militares a Prudente - Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006. Tomo III, v. 8, p. 17-57.

CARONE, Edgar. *A república velha*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. v. 1 - Instituições e classes sociais.

_____ Coronelismo: definição histórica e bibliográfica. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, FGV, jul/set, 1971.

_____ *A república velha*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. vol.2 - Evolução Política.

_____ *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CARVALHO, J. M. Estudos de poder local no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG, N°25/25, P.232-244, 1968.

_____ Em louvor de Victor Nunes Leal. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 23, n° 1, 1980, p. 5-9

_____ *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia - Companhia das Letras, 1987.

_____ Federalismo Y centralizacion en el imperio brasileno: historia Y argumento. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.51-80.

_____ Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2,1997.Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso> acessos em 01 abr. 2010.

_____ A Utopia de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

CÉSARIS, Luis E. U. *Reconceituando o Institucionalismo Histórico: Path Dependence, agência e mudança institucional*. Dissertação de Mestrado apresentada à USP, São Paulo, 2009.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1890- 1940)*. 2°ed., Campo Grande: Ed. UFMS,2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: São Paulo Editora LTDA. 1925.

_____ *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

_____. *Joaquim Murinho*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

CROUCH, Colin. *Capitalist diversity and change: recombinant governance and institutional entrepreneurs*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DAHL, Robert. A critique of the ruling elite model. *The American Political Science Review*, v. 52, n. 2, 1958, p. 463-469.

DEBES, Célio. *Campos Salles: perfil de um estadista*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. 2^oe. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Nacional*. 2^oed., Brasília: 1997

FANAIA, João E. A. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 4^oed., São Paulo: Editora Globo, 2008.

FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da República: Negócios e Poder na Passagem do Século XX*. Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.

FERNANDES, Florestan. *O que é Revolução?* São Paulo: Abril Cultural Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos). 1984.

FIALHO, Fabrício Mendes. As múltiplas definições do conceito de capital social. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 65, p. 71-87, 2008

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4^o ed., São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.

FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luis Aranha Correa do. *A economia da república velha: 1889-1930*. Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Economia, 2011. (Texto para Discussão, n. 588). Versão preliminar de capítulo a ser incluído no Projeto História Contemporânea do Brasil, volume 3.

_____. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo P.(org.) *A Ordem do Progresso: cem anos de Política Economica Republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier ed., 1990.

FREYRE, Gilberto. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: FREYRE, Gilberto.

Casa-Grande & Senzala. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 3-82.

GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *BIB*, n.41, p. 35-83, 1996.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, 2003.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOLLANDA, Cristina B. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder Local*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

_____. Poder político local, do coronelismo ao populismo (um estudo de caso – São Paulo). Dissertação de (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1979.

LEAL, Joaquim Ponce. O conflito campo-cidade no Brasil. Os homens e as armas. 2ªed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1988.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ªed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

_____. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LECA, Bernard; BATTILANA, Julie; BOXENBAUM, Eva. Agency and institutions: a review of institutional entrepreneurship. *Academy of Management Annals*, v. 3, p. 65-107, 2009.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: O Brasil como Sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009. p.104-117.

LINS, Antônio L. *Eduardo Olímpio Machado – O Homem, O Meio e seu Tempo*. 2ªed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

MACHADO, Hilda. *Laurinda Santos Lobo*. Mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 30, n. 2, June 2010.

MELLO, Custódio J. *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MENDONÇA, Patricia Maria Emerenciano de; ALVES, Mario Aquino; CAMPOS, Luiz Claudio. Empreendedorismo institucional na emergência do campo de políticas públicas em HIV/aids no Brasil. *RAE electron.*, São Paulo, v. 9, n. 1, jun. 2010.

MENDONÇA, Estevão. *Datas Matogrossenses*. 2ªed. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 1973.

MENDONÇA, Rubens. *Histórias das Revoluções em Mato-Grosso*. Local: Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso. 1970. 205p.

MENEZES, Alfredo Mota. *A Morte de Totó Paes: Política no Interior do Brasil*, Cuiabá: Carlini&Caniato Editorial, 2007.

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MOSCA, Gaetano. La Clase Política. In: BATLE, Albert (Org.) *Diez Textos Básicos de Ciencia Política*. 3ªed. Barcelona: Ariel, 2007, p.23-36.

MOUTINHO, Joaquim F. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*. São Paulo: Tipografia de Henrique Schoroeder, 1869.

MURTINHO, Joaquim. Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1897). In: BONAVIDES, Paulo. AMARAL, Roberto (orgs). *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ªed.. Brasília: Senado Federal, 2002.

MURTINHO, Manoel. Mensagem do Presidente de Estado do Mato Grosso À Assembleia Legislativa 15/09/1892. Local: Arquivo Público do estado de Mato Grosso, estante 3, caixa 27.

NANTES, Aglay T. *Morro Azul – Estórias Pantaneiras*. 2ªed., Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e Raposas na Política de Mato Grosso*. 1ªed.Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.

O CORONEL Antônio Paes. *Jornal a Coligação*, Cuiabá, p. 1, 12 jul. 1906.

PALERMO, Miguel Â. *Nioaque – Evolução Política e Revolução de Mato Grosso*. 3ªed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

PERES, P. Comportamento ou Instituições? A Evolução histórica do neo – institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23, n.68, 2008.

PERESSINOTTO, R. M. Dossiê 'Elites Políticas. *Revista de Sociologia e Política*, v.6, n. 30, 2008.

PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1952.

_____. *O Menino que Era Eu*. Rio de Janeiro: Livraria Lançadora, 1967.

PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos Ilustres Varões de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso Governo de Garcia Neto, 1977.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

_____. O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ªed., São Paulo: DIFEL,1977, p.155-188.

QUEIROZ, Paulo R. C. Joaquim Murtinho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902) *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol.23, nº 45, p. 125-146, jan.-jun. de 2010.

RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco 150 anos-Balaio de Recordações*. 2ªed., Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

ROSA, Pedro Â. *Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com Paraguai)*. Campo Grande: Livraria Rui Barbosa, 1962.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nina Rodrigues: Um Radical do Pessimismo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.p.90-103

SERAFICO, Marcelo. Lições do artesanato intelectual: a herança do mestre. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 11, June 2004.

SOUZA, João B. *Evolução Política do Sul de Mato Grosso*. 3ªed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

_____. *Mato Grosso – Terra de Promissão*. 2ªed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

TARDELLI, Fabiana C. Monteiro Lobato e a homeopatia. In: I CONGRESSO PAULISTA DE HISTÓRIA DA MEDICINA PESQUISA HOMEOPÁTICA, n.1, jan./jun., 2005.

VIANNA, Francisco J. Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Niterói: Eduff, 1987.

VILAÇA, Marcos V. ALBUQUERQUE, Roberto C. *Coronel, Coronéis*. 2º ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

_____. *Economia e Sociedade*. Fundamentos de Sociologia Compreensiva. São Paulo: Ed. UNB, 2004b.